

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- O CONCEITO DE HABITUS E CAPITAL CULTURAL EM PIERRE BORDIEU	
A obra de Bordieu.....	30
Os fundamentos da teoria social.....	35
Campos de produção social em Bordieu.....	42
As especificidades do capital em Bordieu.....	50
CAPÍTULO 2 – IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTOS E SENTIDOS	
Uma leitura conceitual sobre o tema.....	61
Panorama histórico da imigração: plano internacional e brasileiro.....	64
Imigração e cultura do trabalho no Brasil: Por que tantos imigrantes? Qual o sentido disso?.....	67
CAPÍTULO 3 - IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO: CONTEXTOS E DESDOBRAMENTOS	
Uma capitania esquecida e o fraco dinamismo econômico.....	75
A cultura do café.....	77
A imigração italiana no Espírito Santo.....	80
A questão fundiária e os recursos governamentais.....	84
Racionalidade da cultura italiana.....	88
O núcleo Antônio Prado: a futura cidade de Colatina.....	91
Um pouco da nova economia colatinense.....	93
CAPÍTULO 4 – OS INDÍCIOS PARA UMA REFLEXÃO DO CAMPO EMPRESARIAL EM COLATINA	
Aspectos históricos.....	97
O papel da Igreja.....	100
O núcleo familiar como patrimônio.....	102
Contrastando culturas do trabalho a partir da cultura do imigrante.....	105
As relações com o marco conceitual.....	110
Reflexões sobre o campo empresarial em Colatina.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

I

Na busca por caminhos para pensar o futuro, deparei-me com a vontade de compreender o Brasil, sua história, sua cultura popular, suas gentes. Principalmente compreender que existem brasis, e não um Brasil homogêneo como querem alguns estudiosos. O Brasil sempre foi um lugar de dimensões particulares, específicas, e por que não plurais, com produções de sentidos diferenciados, de compreensão e olhares múltiplos. Não há como pensar que somos todos iguais, porque não somos. Temos cores, e, em certo sentido, “falares” diferentes. É preciso recorrer a “dicionários” locais para tentarmos entender gaúchos, mineiros, capixabas ou nordestinos, por exemplo.

E é com esse olhar plural que se apresenta essa dissertação. Pois nenhum pensamento, ou saber acadêmico consegue dar conta de todas as particularidades do saber humano. É por isso que se estudam tantas disciplinas. Mas, mesmo sabendo que há diferentes olhares sobre determinados pensamentos, e que existem “feudos” do saber, verdadeiros “donos” deste ou daquele pensamento (Chanlat, 2000), o que está proposto é um olhar pluridisciplinar, devido à complexidade do tema, sendo que a nuance analítica utilizada recorre a várias análises e interpretações do saber. Mas por que isso? Porque concordo com Chanlat (2000, p.66) quando ele afirma que “desencorajar os pensamentos desviantes, nômades e híbridos é, portanto, condenar-se à reprodução do idêntico e condenar os sistemas sociais à estagnação e mesmo ao desaparecimento”. Esse procedimento impediria a construção de novos conhecimentos.

O Espírito Santo é tomado como exemplo para nos questionar: como um Estado tão pequeno em extensão territorial é tão diferente de norte a sul? Uma sociedade diferente espacialmente falando, lugares mais frios na região de montanha, com uma cor branca e que lida com uma forma de compreender relações de trabalho¹, religião, comportamento, que poderíamos estar em alguma região da Itália ou da Alemanha devido à arquitetura, à culinária, à preservação de certos dialetos. Num outro ponto nos deparamos com a cor negra, guardando especificidades da sua herança ou de suas vivências em terras brasileiras. Ou seja, percebi então que devemos falar não de identidade,

¹ Ler Waiandt (1994) sobre empresas familiares de origem alemã no Estado do Espírito Santo.

mas de identidades. Mas isso não nos impediu de possuir elementos que nos unam, que nos tornem capixabas, mas esses elementos não são tão claramente notados. O nosso modo de “falar” não é tão perceptível ao outro. Confundem-nos. Talvez para nos entendermos como tal, poderíamos nos reportar a Castoriadis (2000) para mencionarmos o que não somos. Mas o certo é que de uma forma ou de outra nos identificamos como capixabas. E é nesse sentido que se insere a discussão da imigração, elucidando identidades, culturas nacionais, e particularmente identidades e culturas capixabas.

II

Não resta dúvida que a imigração italiana deixou marcas profundas na sociedade brasileira e isso não foi obra do acaso. A entrada de imigrantes alemães, italianos, japoneses, libaneses, espanhóis em nossas terras teve no fundo uma preocupação de **branqueamento da raça brasileira** (Ramos, 1994), devido à discussão de teorias com bases científicas do século XIX, que pregavam a inferioridade da raça negra. Raça negra essa que não conseguiu se firmar entre os brasileiros como uma raça nobre. A ela coube o papel da miscigenação e da suposta idéia de um país que tem no seu bojo uma visão mais “democrática” no que diz respeito à questão da raça (Seyferth, 1974).

O processo de imigração no Brasil foi baseado num projeto de monitoramento da população que envolvia o adensamento, branqueamento e a ‘elevação civilizatória’ dos habitantes do país. Essa política possuía dois objetivos claros: “o povoamento das regiões de fraca densidade populacional e a constituição de um mercado de trabalho para substituir a mão-de-obra escrava na produção mercantil-exportadora” Colbari (1998, p. 129-130). Assim, Colbari enfatiza que (1998, p.132) “[...] a questão não era somente a falta de população, os vazios demográficos, mas a falta de uma população portadora de certos atributos que permitissem sua incorporação no processo de produção”.

A tabela 1 abaixo mostra a entrada de estrangeiros no Brasil, especialmente italianos e portugueses. Por que essa comparação? Porque os portugueses, junto a índios e negros foram o principal grupo étnico da colonização. Sendo assim, fizemos esse recorte para mostrar a dimensão da imigração italiana para o Brasil.

Tabela 1 – Estrangeiros entrados no Brasil: italianos e portugueses

Ano	Estrangeiros	
	Italianos	Portugueses
1880 – 1889	293.262	263.470
1890 – 1899	580.604	189.215
1900 – 1905	120.924	32.747
Total	994.790	485.432

Fonte: Derenzi, 1974, p.42

No Espírito Santo, para buscar entender esse fenômeno faz-se necessário voltar ao século XIX, por volta de 1847. É nesse momento histórico que o Estado deixa para trás o seu atraso econômico em relação às outras províncias e parte para uma nova fase do seu desenvolvimento econômico. Fase esta marcada por transformações na economia regional: a da cultura do café².

A implantação das lavouras de café em detrimento da pouco expressiva cultura da cana-de-açúcar reorganiza a economia regional possibilitando a estruturação de uma base econômica mais ampla, capaz de sustentar um crescimento populacional mais significativo e propiciar o início da efetiva ocupação interiorana do Estado, o que ocorreu em primeiro lugar na região sul, polarizado pela cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

É bom esclarecer que, no fim da escravidão, os trabalhadores da região sul passam a trabalhar em sistema de parceria e os da região central reforçarão a produção familiar (Rocha e Cossetti, 1983). Esse reforço na pequena produção familiar se deve à política do Império de distribuir frações de terras às famílias européias, principalmente italianas e germânicas, que, com um pequeno pedaço de terra “geraram uma importante estrutura de minifúndios [...] e foram responsáveis por parte significativa da produção cafeeira, sobretudo a situada na região central e de montanhas” (Vasconcellos e Davel, 1998, p.15).

² Cultura aqui entendida no seu sentido polifônico. Cultura enquanto técnica do cultivo do café, arar a terra, as técnicas de plantio, de secagem e ensacamento e cultura no sentido de representação, de campo simbólico, principalmente na política, para ficarmos em um exemplo, a política dos coronéis, ou coronelismo.

Mas esses aspectos gerais da imigração já foram tratados por alguns nomes importantes de estudos dessa área no país (Oliveira, 2002, 2006; Alvim, 1986; Fausto, 2000; Acervo, 1997; Colbari, 1998; Estudos Avançados, 2006; Hutter, 1972; Martins, 1973; Petrone, 1977; Ramos, 1994; Seyferth, 1974, 1981, 1990, 1995, 1996, 1999). Os estudos de maior relevância nesse campo se encontram nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, tendo a USP e o Museu Nacional da UFRJ como dois pólos importantes de pesquisa nessa área.

O que pretendemos fazer é uma discussão voltada para compreender atitudes, comportamentos, capacidades intrínsecas, valores. Mais particularmente o que está relacionado ao *habitus* do imigrante. Ou seja, trataremos das estruturas que foram internalizadas pelo indivíduo, das concepções de juízo e ação, vindas da sociedade e partilhadas por todos aqueles que estavam submetidos a condicionamentos sociais similares (IEES, 2005). Ou ainda a história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental. Sendo assim, o *habitus* é história incorporada, e capital (Bourdieu, 2003). Mas precisamente neste estudo, capital cultural.

O estudo tem como **objetivo compreender como foi construído o capital cultural desses ítalo-brasileiros, assentado na cultura do trabalho, na igreja e nos grupos de parentesco e que gerou estratégias de racionalidade, e um certo padrão de afetividade e sociabilidade na comunidade em que estavam inseridos. E que possibilitou a definição de aspectos sociais e culturais e de desdobramentos no campo empresarial em Colatina.**

III

Os indícios na literatura pesquisada no Estado do Espírito Santo apontam que esse processo de colonização baseado na pequena produção familiar foi importante para o desenvolvimento estadual, pois propiciou a organização da vida produtiva no Espírito Santo, lançando as bases para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas chefiadas por essas famílias de origem européia, como é o caso da Viação Águia Branca, Viação Itapemirim, Grupo Dadalto, assim como para os arranjos produtivos de Fruticultura (Caliman Agrícola), Moveleiro (Moveleir, Panan), e de Vestuário (Grupo Guermar, Grupo Merpa). Esse processo deu ao Estado a capacidade de construir uma economia mais moderna, além de ter influenciado o pensamento de grandes estadistas que

governaram o Estado, já republicano no século XX, como Moniz Freire, Jerônimo Monteiro, Florentino Ávidos, Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg.

Nessa perspectiva, as leituras das obras realizadas sobre o tema no Espírito Santo permitem levantar algumas possibilidades para um possível diálogo com essa realidade.

A primeira diz respeito à transição do trabalho compulsório para o trabalho livre - houve uma certa “demora” no processo de compreensão de mudança no sistema abolicionista/imigrantista pelos fazendeiros no Espírito Santo, o que fortaleceu a estrutura da pequena propriedade e da transferência do núcleo de acumulação para o comércio. Essa tendência verificada no Estado contraria o processo da produção cafeeira em outros estados, podendo ser explicada pelo fraco dinamismo da grande propriedade ou por certo marasmo da economia no Espírito Santo, já que temos que lembrar que o Estado tinha vastas extensões de terra a serem ocupadas, carente de mão-de-obra e forças capazes de impedir a entrada dos imigrantes no sistema de produção mercantil (Rocha, 2000, Rocha, 1998, Campos Jr., 1996).

A segunda - a locomoção dos italianos pelo território - esse núcleo familiar também se utilizava de vários subterfúgios para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade, o encaminhamento dos filhos e filhas aos seminários, os casamentos entre as famílias são exemplos dessas estratégias para a não fragmentação das extensões de terra. Podendo ser entendido como a racionalidade da cultura italiana para a manutenção da propriedade, já que como sendo numerosas as famílias era preciso prever uma forma de que não houvesse uma dispersão da propriedade; isso acabou por levar os imigrantes a se moverem pelo território. Uma dessas direções se deu no sentido do sul para o norte do estado, margeando o Rio Doce e criando vilarejos nas margens do rio, como é o caso de Colatina (Campos Jr., 2004; Banck, 1998).

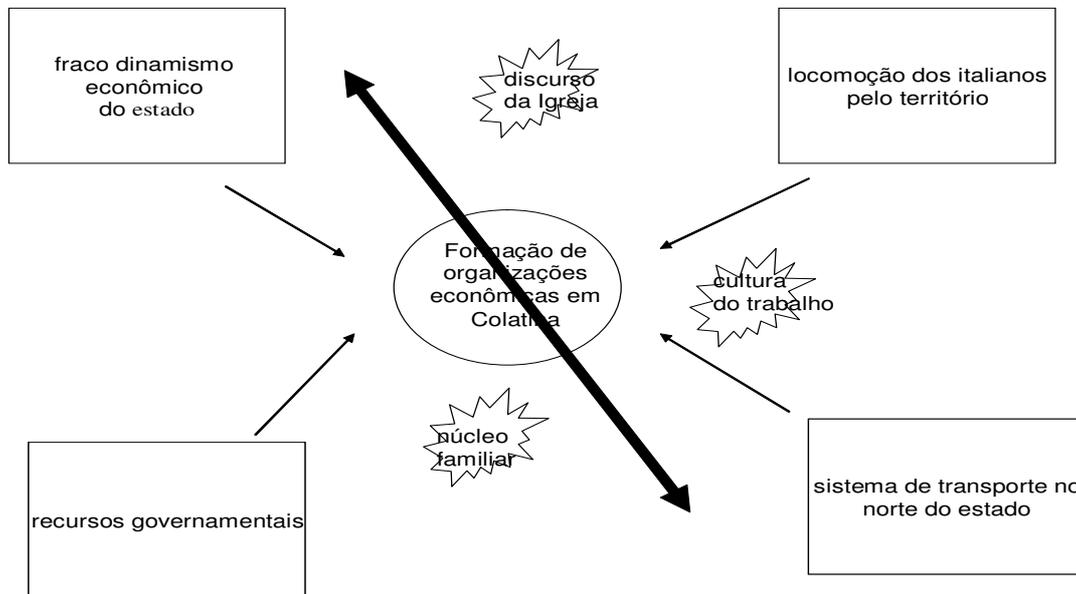
O terceiro elemento - os imigrantes no Espírito Santo foram beneficiados com recursos oficiais - os recursos eram destinados à implantação de núcleos coloniais de pequenos proprietários, inicialmente indutores e posteriormente chamarizes de fluxos espontâneos (Rocha, 2000, Rocha, 1998, Derenzi, 1974).

O quarto elemento a ser levantado diz respeito à construção de um embrião de um pólo de transportes de cargas no norte do estado tendo Colatina no seu epicentro – a malha rodoviária e ferroviária criada que possibilitou a centralidade regional de Colatina (Campos Jr., 2004, Ribeiro, 1996).

Para este estudo é importante considerar alguns elementos, que são centrais em relação ao objetivo que queremos elucidar. **O discurso da igreja** - como elemento de coesão do grupo - mais do que ente religioso, a Igreja agiu como espaço físico e ideológico no cotidiano desses ítalo-brasileiros, especialmente em Colatina; **pelo núcleo familiar**, que atuava como elemento aglutinador, elo de ligação, de vivência coletiva; **a cultura do trabalho** e finalmente **o sonho de fazer a América**, visto aqui como um elemento catalisador, de propulsão para a vida em uma região completamente desconhecida.

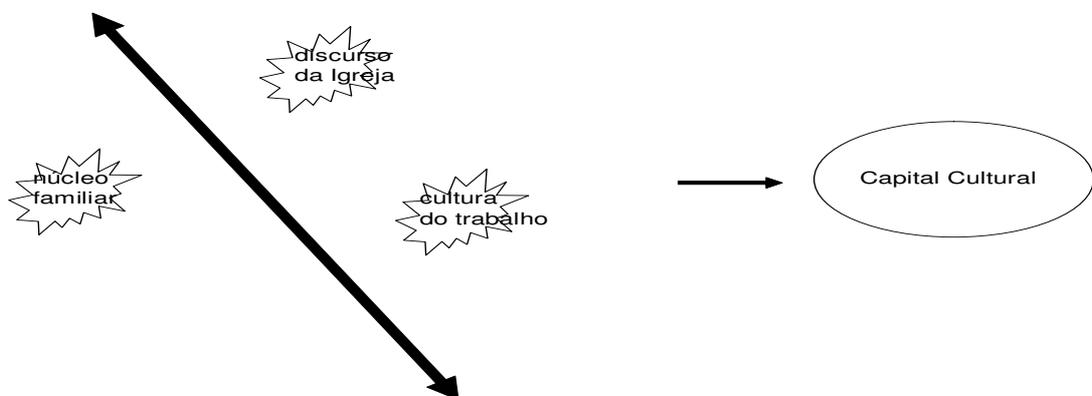
Um ponto que deve ser mais bem discutido diz respeito à cultura do trabalho que é juntamente com o discurso da Igreja e o núcleo familiar, o último elemento do tripé, que colabora na formação da base de sustentação do capital cultural a ser discutido. As referências que norteiam esse estudo nos apontam que a imigração não só mudou a cor da raça brasileira, como foi importante para o sentido do *ethos* do trabalho. Essa herança da cultura do imigrante gerou uma renovação no sentido do *ethos* para o trabalho, de uma concepção e compreensão diferente do pensamento pautado na escravidão, que impregnou nosso imaginário com uma visão negativa do trabalho manual. Ou seja, na concepção colonial, tínhamos uma visão do trabalho manual de forma pejorativa, degradante, de inferioridade para quem realizava estas atividades do dia-a-dia. Ao escravo, ao negro poderia caber qualquer atividade de tamanho esforço. Os valores que engrandeciam o indivíduo estavam ligados a tudo aquilo que pudesse levar à amplitude, à vastidão, à irresponsabilidade, à audácia. Neste sentido, a cultura herdada da imigração emerge com a valorização do trabalho, nas atitudes baseadas na estabilidade, na segurança, em perspectivas materiais sem proveito rápido, com entendimento de elementos modernos do trabalho, e tendo a sua forma mais relevante baseada na cultura familiar: tendo a família como o centro dos seus valores, criando em torno desse núcleo familiar, uma cultura influenciada pelo *ethos* do trabalho. E atuando como cimento, cola dessas relações, a Igreja.

Esses elementos são possíveis caminhos de investigação adotados, como forma de norte para o ensaio que pretendemos fazer com relação ao tema proposto nessa dissertação. O gráfico 1 tem a finalidade de tornar os elementos expostos mais didáticos para o leitor.



Fonte: elaborado pelo autor

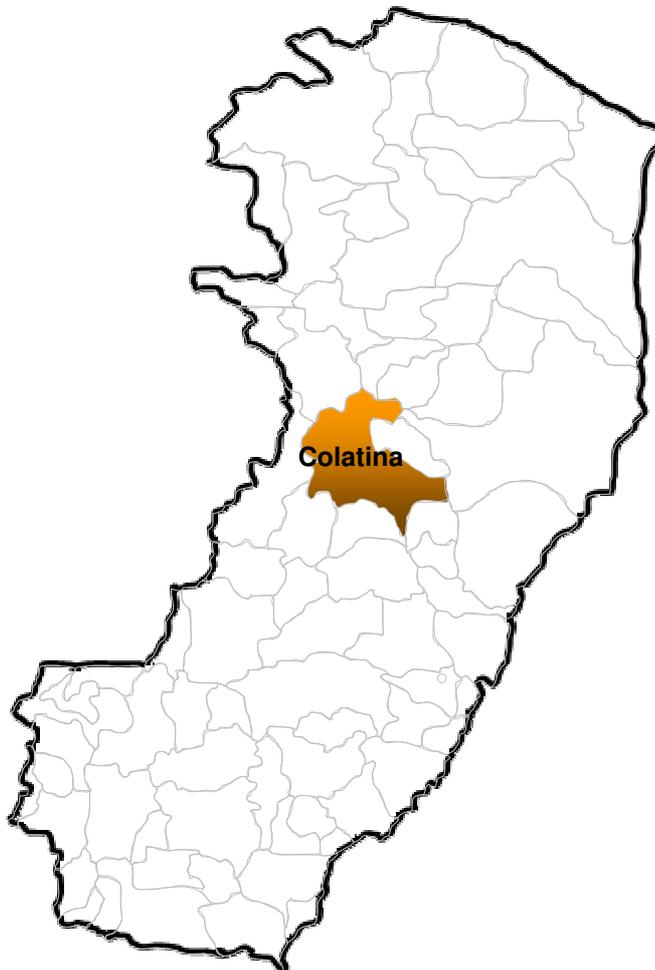
O gráfico 2 explicita a base de sustentação do capital cultural.



Fonte: elaborado pelo autor

Com esses elementos postos, questões surgem para debate. A presença do trabalho do imigrante, organizado, sobretudo de forma familiar, em pequenas extensões de terra foi um fator explicativo da forma como os empresários surgiram em Colatina? Isso explica o fato de haver, em Colatina, empresários e empreendimentos bem sucedidos e uma cultura empresarial positiva?

O mapa 1 abaixo apresenta a localização de Colatina.



IV

Na tentativa de percorrer e elucidar essas questões, apresentaremos as incursões realizadas no campo.

Iniciei o campo da minha dissertação tentando desvendar os sentimentos, ora confusos, ora esclarecedores do objeto que venho perseguindo enquanto pesquisador. A chegada a Colatina se deu em dia de fortes raios solares depois uma temporada de inverno de certa forma rigorosa para os padrões capixabas.

O primeiro contato foi buscar qual estabelecimento comercial na Avenida Presidente Vargas, no centro de Colatina, representava o grupo têxtil que pretendia estudar. A recepção foi muito calorosa, tendo informações sobre o grupo, a localização da empresa, sendo possível já perceber o perfil da família gestora que comandava o grupo. A impressão girava em torno de uma família pouco participativa no cotidiano da cidade, sendo essa impressão confirmada por dois entrevistados, uma assessora do prefeito, com a qual já havia tido oportunidade de realizar um trabalho em parceria, tentando desvendar o que era Colatina. O segundo entrevistado foi um professor de italiano, residente na região. Ele já havia tido uma experiência na Itália, mas por motivos profissionais e emocionais retornou a Colatina, e montou um curso onde ministra aula de italiano e um escritório em que realiza os proclames necessários à retirada da cidadania italiana. Nessa ocasião, o professor também reitera a percepção inicial e a fala da entrevistada anterior, da dificuldade em se buscar informações sobre a família que pretendia estudar: os Paulini.

De imediato não descartei a possibilidade, mas o professor, muito generosamente, abriu uma nova oportunidade, apresentando uma outra família, os Guerra, como sendo uma alternativa mais viável, já que, segundo o professor, essa família teria uma “mente mais aberta” para me receber e tentar desenvolver o meu campo de pesquisa.

Nessa perspectiva, pelo método ainda não era possível optar por essa ou aquela família seria preciso outros indícios para nos fornecer qual família teria maior possibilidade de nos dar elementos para a construção do estudo.

Partimos então para outra entrevistada, que foi a assessora do Sinvesco (Sindicato das Indústrias do Vestuário de Colatina), que me forneceu um livro sobre a memória de confecção em Colatina, além de fornecer informações sobre sites importantes do APL (Arranjo Produtivo Local). É no Sinvesco, segundo a entrevistada, que são atualizadas as informações sobre o site do APL de Colatina. Outra informação pertinente dada pela assessora dizia respeito ao fato do SEBRAE local ter melhores informações com relação ao APL, já que o Sinvesco detinha informações apenas sobre os associados (o Sinvesco é um sindicato patronal).

Outro entrevistado foi o substituto da gerente regional do SEBRAE Colatina. Na ocasião não obtive nenhuma informação pertinente, já que a gestora dos projetos não se encontrava no momento, mas me apresentou um livro sobre a metodologia que o SEBRAE trabalhava na conceituação do que seria APL para essa instituição. O conceito trabalhado em certas nuances se aproximava do conceito defendido pelo Professor Cassiolato da UFRJ³, um conceito de arranjo produtivo que possui uma leitura mais brasileira do tema, tendo um discurso diferente apresentado da vertente americana que trabalha com o conceito de cluster. Nesse conceito, o professor Lastres trabalha com as pequenas empresas, que é o foco das ações desenvolvidas pelo SEBRAE. O documento era intitulado Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, um projeto financiado com dinheiro do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Nessa mesma ocasião, obtive o contato (celular e telefone fixo) da gestora para um possível contato futuro.

O contato com o substituto me incitou alguns tipos de dúvida com relação ao que o SEBRAE realmente entendia de APL, se Colatina era APL ou apenas um pólo de confecção. Já que Colatina possui empresas de grande porte, adotando apenas uma visão de pequena empresa, como se encaixaria as demais, as médias e grandes empresas? Fiquei a me questionar, por que os caminhos me levavam a estudar uma empresa de grande porte, será pelo ar de sofisticação a minha análise? Mas não poderia me ater a esses fatos, já que seria a metodologia adotada a definidora de qual empresa pesquisar. É claro que sempre gostamos de dar um caráter mais sofisticado ao que estamos desenvolvendo, mas qualquer empresa poderia ser o elemento da minha busca, desde que tivesse os indícios necessários.

³ Ler Lastres, Maciel et al. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

Enquanto aguardava o retorno da gestora de projetos, desloquei minha atenção então para buscar informações sobre o município de Colatina, suas empresas, o que significava aquele município, mas não mais através do discurso dos colatinenses sobre a sua cidade e história, mas através dos livros publicados sobre o município. Fui orientado pela assessora da prefeito a buscar informações na biblioteca municipal.

Junto às bibliotecárias foi possível separar todo o material disponível para uma possível catalogação das informações mais pertinentes, para que se pudesse xerografar posteriormente, já que a biblioteca não dispunha de empréstimo a “estrangeiros”. Livros e revistas foram catalogadas, lidas e feitos resumos das principais informações; foram encontrados tanto materiais do município, quanto da região. A partir da leitura principalmente da Revista Nossa, Folha do Norte, O Colatinista foi possível perceber com mais convicção quem eram os atores locais, as empresas, as principais personalidades do mundo econômico e político no município. Da Revista Nossa as disponíveis datavam de maio de 1983 a outubro de 1989; são fontes importantes por que além de fazer parte da realidade local, a revista tinha uma vertente histórica sendo possível encontrar algumas edições que se remetiam apenas a fatos históricos, outras que tinha um caráter de mostrar as diversas regiões de Colatina, mas sempre com um olhar do passado, tentando mostrar pessoas e situações importantes para o entendimento da cidade de Colatina. Com relação à Folha do Norte o material disponível datava de agosto de 1997 a agosto de 2006; esse material possuía um olhar mais corriqueiro do cotidiano, não sendo um material importante como fonte de análise histórica, mas como elemento de apresentar, no presente, nomes de relevância no setor têxtil, que de certa forma coadunavam com os nomes encontrados na Revista Nova; existia uma certa recorrência de nomes e empresas. Com relação ao Colatinista só tivemos acesso a apenas um exemplar que não possuía data.

Com relação aos livros, a biblioteca possuía os mesmos nomes que sempre representam a questão da imigração no Estado (Derenzi, 1974; Rocha, 1972; Puppim, 1991; Cavati, 1973; Rocha, 2000; Novaes, 1979). Já com relação à história no município algumas obras foram encontradas (Ribon, 1990; Maciel, 2004; Costa, 1999; Ribeiro, 1996), sendo apenas uma com alguma relevância científica. O que constatamos em campo é que a história de Colatina ainda está pouco retratada, discutida; as questões regionais, como do próprio Espírito Santo carecem de uma maior discussão, por que os assuntos encontrados na historiografia dão conta de olhar a realidade a partir de uma visão economicista.

A investigação desse material possibilitou traçar nomes, personagens para uma compreensão do município e mais do que isso, foi possível confirmar a presença nula da família Paulini, um fato intrigante numa sociedade como a colatinense, católica, de pessoas cordiais, com uma certa efervescência social; não há sequer nesse material algum tipo de menção a esse grupo familiar, intrigante para um grupo como os Merpa que hoje estão entre as dez empresas mais importantes do setor têxtil do Estado, a sexta colocada em termos de faturamento⁴. Mesmo a Revista Nossa não tendo uma edição atual, a família Paulini deveria ser uma das principais famílias da cidade na época, estamos falando de apenas 24 anos de história. Se por um lado, os Paulini não configuravam a cena local, duas outras famílias estavam diretamente ou indiretamente nas manchetes do noticiário local, os Vieira e os Guerra. Como os Vieira não possuem descendência italiana eles automaticamente estavam colocados de lado para o estudo em questão.

Paralelo à busca da empresa, foram entrevistadas 10 pessoas, sendo 06 nessa segunda fase, divididos em dois grupos. Os 4 primeiros entrevistados tiveram um caráter mais preliminar e investigativo do cotidiano da cidade e de ponto de apoio para a inserção no campo de pesquisa. O primeiro grupo era formado por formadores de opinião do município de Colatina, escritores, historiadores, autoridades religiosas, jornalistas, artistas com a finalidade de se compreender o que era Colatina em várias perspectivas: econômica, política, social, cultural, identitária e histórica. O segundo grupo era formado por estudiosos do tema imigração e do município de Colatina, no que tange à imigração e ao setor têxtil.

Os Guerra confirmavam a fala dos meus entrevistados como sendo uma família de “mente aberta” de fácil acesso, e as informações da Revista Nossa confirmam isso. Não é apenas uma família citada em várias edições, como tem na edição de novembro/dezembro de 1984, uma matéria sobre a matriarca da família Guerra, sra Maria Guerra, casada com o sr. Vicente Guerra, e que tiveram 14 filhos, sendo o presidente do Grupo Guermar, o sr. Marcos Guerra, neto da sra. Maria Guerra.

Pronto, estava dado o caminho inicial para o núcleo familiar a ser estudado, já que se confirmavam os indícios apontados pelos meus entrevistados, da facilidade de acesso aos Guerra, ou pelo menos como pensei na ocasião de pelo menos uma maior abertura.

⁴ Findes (2005).

Mas como chegar a eles? Era preciso ter um apelo emocional, senão a possibilidade de ouvir um não como resposta seria muito grande, por que o tema da dissertação apesar de discutir imigração, no entanto, acaba por trazer à tona questões muito íntimas sobre a concepção dos sujeitos dessa família em questão, por mais que seja um estudo e guarde todas as questões relativas ao sigilo acadêmico, mas de qualquer forma haveria de uma certa forma exposição dos membros do grupo, poderiam surgir fraquezas, desavenças familiares, quando, na verdade, são outros os elementos geralmente mostrados num tipo de estudo que versa sobre o campo da administração. Se por um lado, seria difícil por causa dos dados financeiros, que não era o caso; por outro tentar entender a teia de significados⁵ desse grupo familiar seria talvez um empecilho ainda maior.

Mas quem seria esse personagem que poderia contribuir nessa empreitada? Num primeiro momento foi pensado o nome de Orlando Caliman até por que o sr. Marcos Guerra era senador em exercício, ocupando a cadeira no Senado do sr. Gerson Camata, primo-irmão de Caliman, mas essa relação não configurava o elemento emocional que gostaria que essa pessoa tivesse, senão parecia algo como de favor. Não queria que tivesse essa conotação, então recorri a fitas gravadas para buscar dentre os entrevistados quem seria um possível personagem que pudesse colaborar. E um nome era recorrente em todas as falas, o do bispo da cidade de Colatina, Dom Décio Zandonadi. Ora, quem mais não poderia ser, a Santa Sé, sempre tão presente no cotidiano desses descendentes.

Pois bem, recorri a Dom Décio para que ele intercedesse junto ao sr. Marcos Guerra, que prontamente atendeu ao pedido do bispo para uma possível entrevista. Os encontros foram marcados e remarcados várias vezes pela Vitória, sua secretária, que realizou a ligação entre o senador e eu.

No Grupo Guermar, quem me atendeu foi o Sr. Luís Oliveira, diretor administrativo, que me apresentou alguns materiais (organograma, biografia do sr. Marcos Guerra, histórico do grupo) que dizem respeito ao grupo. No organograma foi possível compreender papéis, posição dos irmãos, hierarquias (pelo menos duas divisões claras, entre irmãos e não-irmãos e dentre os irmãos, entre homens e mulheres). Em seguida fui conduzido à pessoa responsável pelo processo de qualidade, que teria o papel de ser a minha *cicerone* pela empresa.

⁵ Ler Geertz (1989) sobre o conceito de cultura dentro de uma perspectiva antropológica hermenêutica.

A não compreensão da minha *cicerone* do papel de um pesquisador, me permitiu conduzi-la aos caminhos que queria seguir dentro da empresa, e não na rota costumeira, que era apresentar toda a empresa ao visitante. O intuito era (já que pedi ao diretor administrativo para não ser apresentado não naquele momento às pessoas da empresa como pesquisador, mas como um visitante qualquer) conhecer os diretores (todos irmãos entre si, com exceção do diretor administrativo) para ver o cotidiano da empresa e o comportamento deles. De que modo agiam entre si (os irmãos) e com os funcionários.

Por acaso, sem saber que estava lidando com um dos irmãos do grupo, a única mulher, e conseqüentemente a única diretora do grupo, Miriam, sem me conhecer direito, e sem maiores informações me levou para a festa de aniversariantes do mês. O fato é importante de ser mencionado porque na ocasião houve a leitura de uma parábola da área de gestão, mas que tinha recorte de fortes indícios do que procuro para compreensão do meu objeto de estudo, o tripé: discurso religioso, cultura do trabalho e família.

Durante o discurso de Miriam e da presença de outras pessoas da organização e de outros irmãos, fiquei imaginando quem poderia dentre eles ser a porta de entrada para buscar informações sobre essa família. O mais óbvio poderia ser a Miriam, pelo fato de ser mulher, mas não achei necessariamente num primeiro momento que ela seria a melhor pessoa.

Mas durante as conversas com fui tendo com a minha *cicerone* por alguns lugares da empresa, percebi que a impressão não se confirmava, já que o fato de Miriam ser a única mulher do grupo, ela não tinha muito voz junto ao grupo, mas ela poderia ser o elo de ligação entre eles e a família. Percepção confirmada, não quis mais fazer a visita pela empresa e voltei as minhas atenções para tentar conversar com Miriam. Pedi a minha *cicerone* que me levasse até ela e que não tomaria mais que 10 (dez) minutos do seu tempo.

Na presença de Miriam, expliquei sobre o meu objeto e sobre o real interesse de minha pesquisa e que ela seria um elemento importante para a minha entrada junto à família. Comentei com mais profundidade sobre o objeto da dissertação, um pouco de como gostaria de conduzir o processo e o

produto disso. E principalmente do cuidado com as informações que estaria a buscar, já que o teor do assunto mexia em certo sentido com a privacidade da sua família.

Ela prontamente me explicou que para ela não haveria tantos problemas, mas que talvez os irmãos teriam algum tipo de reserva, pelo fato de serem homens e serem mais reservados. Nesse instante, tenho contato com o terceiro irmão, o Marcelo, responsável pela parte de suprimentos da organização, sendo muito cortês ao me receber. Acabada a conversa entre Miriam e eu, ficamos de nos falar na próxima semana.

Voltei para Vitória com a certeza de não conseguir fazer o campo de pesquisa naquela empresa, a forma como Miriam se comportou durante a minha fala, no fundo a deixou muito receosa sobre o fato de um “estrangeiro” adentrar aquele território, conhecê-los, escrever sobre eles, publicar posteriormente qualquer tipo de material a respeito. As minhas percepções se confirmaram, duas semanas seguintes. Vitória, a secretária do presidente, me informa que motivos de compromissos relativos ao Senado e no momento, já estávamos nessa altura em outubro, a pesquisa não poderia ser realizada.

Voltamos então à estaca zero. Bom, era preciso recapitular o que havia sido feito naquele momento para saber qual atitude tomar. Primeiro foram feitos vários contatos por telefone com os Paulini, mas não houve nenhum tipo de retorno, essa foi a primeira atitude tomada em campo, porque quando cheguei pela primeira vez em Colatina para fazer o campo já tinha os Paulini em mente como uma empresa a ser pesquisada. As justificativas vinham da publicação realizada pelo Findes, da revista anual sobre as 150 maiores empresas do Estado. Segundo, pelo Sebrae obtive alguns nomes de empresas de pequena porte, o corte feito foi a participação das empresas junto ao Sebrae, nesse segundo contato, já foi presencial, mas só consegui chegar em três delas, até a secretária. Em uma delas, de nome fantasia Amabalis, só cheguei até o portão, atendido de pé, pela grade do portão, por uma assistente administrativa. E a quinta tentativa, realizada da forma como foi descrito, fracassada. Qual atitude tomar?

Duas perspectivas foram traçadas. A primeira seria recorrer ao Sinvesco, na tentativa de que pudesse através do presidente da associação haver algum tipo de inserção. A segunda, seria, dadas as circunstâncias do tempo, adotar a compreensão apenas do capital cultural, entrevistando atores

que diretamente ou indiretamente lidaram com esse campo. Filhos, netos, ou bisnetos que tiveram algum tipo de ligação com essa “cultura”. O fracasso da quinta tentativa e certa ansiedade de minha parte me levou a buscar através das falas dos *nonos* e *nonas* tanto através de entrevistas, quanto através de livros biográficos de famílias da região, elucidar o objetivo dessa dissertação e de acordo com a metodologia buscar através de um ensaio, dar conta da empreitada da dissertação. Nesse sentido, foram realizadas mais 20 entrevistas com esse perfil de entrevistado. Na análise realizada no capítulo 4, só foram utilizadas essas últimas 20 entrevistas, as demais que já haviam sido realizadas, num total de 10 entrevistas, foram guardadas para estudos futuros.

V

Nesse sentido, era preciso recorrer aos parâmetros da metodologia adotada, para a partir dela, compreender que caminhos seguir e de que forma. O norte seria o método indiciário. Para tanto, apoiamos em Ginzburg (1989). O nosso objetivo aqui se resume em utilizá-lo como método de pesquisa, entendendo por método todo o processo de pesquisa, de instrução, de investigação, de apresentação, de escolhas, um modo de agir, de proceder no campo da pesquisa. A pergunta que cabe aqui é por que esse método e não outro? Porque ele parte da interdisciplinaridade, de um pluralismo teórico e metodológico, da mesma forma em que se tece esse tema, aqui estamos utilizando tanto conceitos relativos ao campo da administração, antropologia, história e sociologia. Segundo, os parâmetros indiciários não se tecem teorias permanentes, mas sim teorias que possam ser refutadas, refeitas, reconcluídas, o que atende ao próprio objeto. Novas teorias poderão ser formuladas a partir do tema imigração, por que entendemos que os fatos históricos não são deterministas ou generalistas. Existem realidades e não realidade histórica, verdade e verdades históricas, a melhor versão dependerá de que olhar ela será vista, porque os olhares são muitos, os sentidos são diversos e os interesses plurais. O terceiro ponto está relacionado a uma perspectiva ensaísta da narrativa histórica, o que coaduna com o que podemos inferir neste estudo. Não estamos lidando aqui com os imigrantes que para cá vieram, mas sim, com memórias daqueles que ouviram, que de uma forma ou de outra vivenciaram esse cotidiano, pois se “(...) as causas não são

reproduzíveis, só nos resta inferi-las a partir dos efeitos”(Ginzburg, 1989, p.169). Outro elemento do método é que ele se desloca para o âmago da pesquisa, o vínculo entre retórica e prova, que faz parte do modelo ensaísta que pretendemos adotar aqui. A prova se dará dentro da perspectiva da retórica. Nesse caso o critério de escolha do indício não invalida o caráter científico das ciências conjecturais, porque a realidade é opaca, nela existem pontos privilegiados, indícios, sintomas, que tornam possíveis decifrá-la, ou seja, a retórica não é incompatível com a prova empírica palpável. Nesse sentido o método requer um exercício de imaginação e argumentação, retórica.

Mas o que essa discussão agrega ao campo da Administração? Para Bordieu, o fazer científico está no mundo. A questão é: como fazer para “tomar” o mundo como objeto? Para responder a esta pergunta, Bourdieu apresenta um pré-requisito: “tomar” o próprio fazer científico como objeto. Prosseguindo na reflexão, surge a questão: A partir de que pressupostos é possível “tomar” o fazer científico como objeto?

O primeiro pressuposto já foi dado: o fazer científico é histórico e social. Aceitá-lo implica em pensar os pressupostos como inseparavelmente inscritos na epistemologia e na sociologia, pois, como afirma Bourdieu (O poder, 1989, p. 71, nota 15): “[...] a epistemologia não pode ser separada, nem de facto nem de direito, da história social da ciência.”

Diante do exposto, a questão possível de ser enunciada é: Sendo a sociologia produto do fazer científico, portanto produto de um fazer com os limites sócio-históricos assumidos por Bourdieu, como poderia inserir-se na polêmica epistemológica, que é da ordem dos princípios de busca de verdades, sem estabelecer uma contradição com o que ele mesmo afirma?

Embora possa parecer procedente, a questão exposta acima incorre em um erro de princípio, ao admitir a existência de algum princípio de busca de verdades que não seja produto de uma prática histórica e social. A questão que de fato interessa, para a qual Bourdieu chama a atenção, é que todo discurso epistemológico deve ser visto como tal: princípios de busca de verdades constituídos na história⁶ e, portanto, também passíveis da socioanálise. Isto, entretanto, não impede que eles sejam

⁶ Para enfatizar uma reflexão fundamental: “Na verdade, não é pelo prazer de diminuí-lo que se deve lembrar que o filósofo, tão inclinado a se pensar como *atopos*, sem lugar, inclassificável, está, como todo mundo, compreendido no espaço que pretende compreender.” (*Meditações*, 2001, p. 40).

tomados como princípios, pois o fazer científico instituído historicamente supõe um modus operandi próprio, que deve ser “respeitado”. O único caminho, para superar os erros escolásticos supõe, como afirma Bourdieu, a própria escolástica.

Entender os critérios adotados por Bourdieu ao reivindicar uma ciência mais científica, é, em última instância, segundo ele, reforçar o que a própria ciência instituiu historicamente como objetivo, e reconhecer que

O princípio da compreensão prática não é a consciência conhecedora [...] mas o sentido prático do habitus habitado pelo mundo que ele habita, *pré-ocupado* pelo mundo onde ele intervém ativamente, numa relação imediata de envolvimento, de tensão e de atenção, que constrói o mundo e lhe confere sentido. (*Meditações*, 2001, p. 173).

Ou seja, o que estamos trazendo como forma de agregar valor às teorias da administração é uma dimensão pouco considerada no campo, que é uma abordagem histórica. Com essa perspectiva é possível dar mais ênfase às histórias de vida, às experiências vividas e internalizadas pelos indivíduos. O que coaduna com o pensamento de Chanlat (2000) quando o autor analisa que essa dimensão é esquecida nas organizações modernas, já que os gestores estão de certa forma, submersos em ações imediatas e orientados para as questões de curto prazo, pois têm a tendência de eliminar a memória e trabalhar com horizontes mais curtos. Mas se essa dimensão é esquecida, esquecemos igualmente quem somos e de onde viemos, já que a história é constituída da identidade dos indivíduos e das sociedades.

VI

A estrutura do texto está assim apresentada. No capítulo 1, Imigração no Brasil: contextos e sentidos, apresentamos o Estado da Arte da discussão do tema no Brasil, a imigração estudada a partir dos conceitos de assimilação e aculturação até estudos mais modernos que tratam o assunto sobre a perspectiva da identidade dos imigrantes. Em Imigração Italiana no Espírito Santo: Contextos e Desdobramentos analisamos a imigração acontecida no Estado e principalmente as suas características particulares em relação a outros territórios. Além de apresentar um histórico do município pesquisado, Colatina. No Capítulo 3, discutimos o nosso marco conceitual, que são os conceitos de *habitus* e capital cultural em Bordieu. Para tanto não nos detemos apenas nesses dois

conceitos, mas na formulação do autor dos fundamentos da sua teoria social. Em *Indícios da Formação Empresarial* analisamos através das entrevistas realizadas quais são os principais elementos que compõem o capital cultural na região estudada, sendo três os elementos constituidores apresentados: o discurso da Igreja, os grupos de parentesco e a cultura do trabalho como formadora de um *ethos* do trabalho. E por fim, nas *Considerações Finais* apresenta-se as principais análises e as contribuições do estudo para o campo da administração.

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE *HABITUS* E CAPITAL CULTURAL POR PIERRE BORDIEU

A obra de Bourdieu

Nos termos de Bourdieu, a reflexão epistemológica, ao exigir o referido “diálogo”, recusa a dicotomia entre epistemologia e metodologia, pois ela própria é constitutiva do fazer científico. A reflexão epistemológica tem como objetivo manter sob o controle possível as operações pertinentes à objetivação, e esta supõe o trabalho persistente de construção do objeto científico, sem o qual a ciência não se distingue de outras formas de “conhecimento”, fundamentalmente o senso comum. Portanto, o controle almejado supõe referências teórico-metodológicas que informem os “parâmetros” a serem seguidos, ou seja, pressupostos da ordem dos discursos epistemológicos, e um dos pressupostos fundamentais, defendidos por Bourdieu, consiste em assumir a natureza sócio-histórica da ciência.

A especificidade do universo teórico de Bourdieu, herdeiro de autores clássicos⁷ e contemporâneos⁸ pertencentes às diversas áreas do conhecimento, torna a apresentação de uma das dimensões de sua obra dependente da elucidação de grande parte de suas noções, fundamentalmente, da sua “teia” conceitual.

Para Louis Pinto (2000, p. 77), as propostas teóricas de Bourdieu fazem uma síntese de pontos de vista tomados historicamente como opostos – a tradição neokantiana de Humboldt-Cassirer e Whorf-Sapir, o estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss e o marxismo – mas “[...] trazem contribuição específica para uma mesma totalidade complexa: a ordem do simbólico.”

⁷ Bonnewitz, 2003.

⁸ Wacquant, 2002.

Como já foi explicitado, compreender os pressupostos e as conclusões teóricas de Bourdieu exige o conhecimento de seus conceitos sistemáticos. Ao se referir aos objetivos de *Réponses*⁹, Wacquant (2002 p. 102) não apenas identifica os conceitos-chave de Bourdieu como sendo os de *habitus*, campo e capital, como também enumera: “[...] seus principais núcleos conceituais: reflexividade, *habitus*, capital, campo, dominação simbólica, *doxa*, a missão dos intelectuais etc. [...]”.

À relação acima somam-se outros termos que “carregam” especificidades como *nomos*, *illusio*, prática, jogo, estratégia, trajetória etc., fundados na perspectiva de que o real é relacional, constituindo uma “teia” muito difícil de ser exposta de maneira clara e sem sacrifício dos sentidos, como destaca Wacquant (2002).

Embora tocando uma grande diversidade de temas, a unidade da obra de Bourdieu, para muitos, reside na ocupação ininterrupta com as relações de dominação, suas estruturas e reprodução expressa desde seus primeiros trabalhos em áreas como educação, cultura, literatura e arte. Bonnewitz (2003, p. 18), entretanto, afirma: “Na verdade, esta aparente diversidade esconde *uma problemática unificada e uma vontade científica permanente*: fazer da sociologia uma ciência total, capaz de restituir a unidade fundamental da prática humana.”

Em um mesmo sentido, Wacquant (2002, p. 100) reitera:

Bourdieu concebia uma Ciência Social unificada como um “serviço público” cuja missão é “naturalizar” e “desfatalizar” o mundo social e “requerer condutas” por meio da descoberta das causas objetivos e das razões subjetivas que fazem as pessoas fazerem o que fazem, serem quem são, sentirem da maneira como sentem.

As construções de Bourdieu parecem ter um outro ponto de convergência, estritamente relacionado ao propósito de uma Ciência Social unificada, que se expressa em uma atenção permanente com o rigor científico. A defesa de que as ciências sociais podem ser tão científicas quanto as ciências da natureza sustenta-se em uma determinada compreensão da ciência, centrada no fazer científico¹⁰, pensados no campo da física. Ao “transpor” tais pressupostos para seu discurso epistemológico,

⁹ Obra de responsabilidade de Pierre Bourdieu e Loïc J. D. Wacquant.

¹⁰ No caso das ciências sociais, Bonnewitz (2003, p. 7) reforça: “[...] Pierre Bourdieu, assim como Durkheim, afirma a possibilidade de um conhecimento científico do mundo social que se define menos pela especificidade do seu objeto do que pela especificidade do seu procedimento.”

priorizando as reflexões sobre as ciências sociais, ele “desvela” as relações entre este discurso e as análises sociológicas.

Tanto em leituras de trabalhos que tratam do discurso explicitamente epistemológico, como A Profissão do Sociólogo, quanto em uma análise eminentemente sociológica, como As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário, Bourdieu suscita, a todo momento, questões epistemológicas.

A obra de Pierre Bourdieu é extensa e diversa. Existem registros de cerca de mil e oitocentas publicações¹¹, considerando-se livros, antologias, artigos, entrevistas e informes de investigação, multiplicados pelas várias línguas nas quais foram publicados originalmente ou foram traduzidas, sendo os principais idiomas o francês, o alemão, o inglês e o espanhol. As referidas publicações se iniciam em 1958 e alcançam 2002, ano de sua morte.

A trajetória intelectual de Bourdieu¹² originou-se na região onde nasceu, *Béarn*, uma pequena vila no Sudoeste da França, na região dos Pirineus, onde cursou a escola fundamental e o ensino médio, este último na cidade de Pau. Com a pretensão de ingressar na *École Normale Supérieure*, o que se realizou em seguida, fez o preparatório no *Khâgne* do *Liceu Louis-le-Grand* de Paris. Ao assumir os estudos em filosofia, Bourdieu,

[...] mergulhou no estudo da lógica e da história da ciência graças à influência de Alexandre Koyré, Jules Vuillemin, Eric Weil (cujo famoso seminário sobre a *Filosofia do Direito* de Hegel ele seguiu), Martial Guéroult (um grande especialista em Leibniz sob cuja orientação ele escreveu um trabalho sobre as *Animadversiones*), Gaston Bachelard e George Canguilhem (que também haviam orientado Michel Foucault alguns anos antes). (Wacquant, 2002, p. 97).

Ao lado de Jacques Derrida, Louis Marin e Emmanuel Leroy Ladurie, conclui a *agrégation* em Filosofia, tornando-se professor desta disciplina no Liceu de Moulins.

¹¹ Esta informação foi obtida no site Hyperbourdieu. O livro *Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu* de Yvette Delsaut e Marie-Christine Rivière (2002) constitui-se também em uma referência importante da bibliografia de Bourdieu.

¹² As informações biográficas de Pierre Bourdieu foram extraídas de Wacquant (2002), Bonnewitz (2003) e Pinto (2000).

Em 1955, ao ingressar no serviço militar, foi enviado à Argélia, por motivos de comportamento inadequado. A conversão da filosofia para a sociologia é atribuída a esta experiência, pois o interesse de Bourdieu pela sociedade argelina o levaria a estudos etnológicos e, posteriormente, sociológicos. Suas primeiras obras – *Sociologie de l’Algérie* (1957), *Travail et Travailleurs en Algérie* (1963) e *Le Déracinement* (1964), este último escrito com Abdelmalek Sayad – testemunham essa conversão.

De volta à França, em 1960, tornou-se professor assistente na *Sorbonne* e, mais tarde, “[...] na Universidade de *Lille*, onde, pela primeira vez, leu sistematicamente e ministrou cursos sobre Durkheim, Weber, Marx, Schutz e Saussure, bem como sobre Antropologia britânica e a sociologia norte-americana”(Wacquant, 2002, p. 98).

Em meados da década de 60, assumiu o cargo de Diretor de *Etudes da École des Hautes Études en Sciences Sociales* e fundou o *Centre Européen de Sociologie*, período que demarca a sua passagem da antropologia para a sociologia. Quanto ao trabalho desenvolvido por Bourdieu nessa ocasião, comenta Wacquant (2002, p. 98):

Ele procedeu no sentido de combinar em sua prática de pesquisa o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística de Weber sobre os *Lebens-ordnungen* em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty. O resultado foi um quadro teórico original, elaborado por meio de e para a produção de novos objetos de pesquisa, objetivando desvendar a multifacetada dialética das estruturas sociais e mentais no processo de dominação.

Bourdieu conquistou, em 1981, a cátedra de Sociologia do *Collège de France*, consolidando um destaque no mundo acadêmico que teve início nos anos 60. A sua incursão no universo editorial foi outro fator determinante para a difusão de suas idéias. Ele esteve por mais de duas décadas à frente da série *Le Sens Commun* da *Éditions de Minuit*, fundou a revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* e, a partir de 1989, também dirigiu a revista *Liber*, traduzida em diversos idiomas, alcançando grande parte da Europa.

Na última década, o caráter cada vez mais público de suas idéias, que ultrapassaram inclusive as fronteiras do mundo acadêmico, justificou-se não somente pela sua natureza nessa fase, direcionadas para temas como mídia, política e economia, como também por serem marcadas pela

crítica ao chamado neoliberalismo. O engajamento de Bourdieu na militância política em favor dos movimentos sociais¹³ foi ainda um outro fator que favoreceu a divulgação de seu pensamento. Referindo-se ao documentário de Pierre Carle sobre Bourdieu, Wacquant (2002, p. 100) afirma:

[...] *Sociologia como uma arte marcial* (2000), captura muito bem como as teorias sociais de Bourdieu e as tomadas de posição públicas vieram informar o pensamento e a ação de incontáveis militantes e de cidadãos comuns, envolvidos em movimentos sociais explosivos por toda a Europa, estendendo-se dos ecologistas e gays aos advogados dos direitos dos sem-teto, das associações anti-racismo e sindicalistas desarmados pela obsolescência dos veículos tradicionais da militância trabalhista.

No campo específico, de acordo com Louis Pinto (2000), Bourdieu foi contemporâneo da decadência do existencialismo e ascendência do “estruturalismo”¹⁴. Para Bonnewitz (2003), o debate na França, mais recentemente, travou-se entre quatro correntes: “o individualismo metodológico” de Raymond Boudon, “a abordagem estratégica” de Michel Croizer, “a sociologia da ação ou acionalismo” de Alain Touraine e o “estruturalismo genético ou estruturalismo crítico” de Bourdieu, ou, ainda, como o próprio Bourdieu denomina, estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista.

Mais especialmente, no campo da sociologia da ciência e do conhecimento, e de certa forma também na história da ciência, o próprio Bourdieu situa a sua contribuição em *Science de la Science et Réflexivité*. Nesta obra, chama a atenção para as análises contidas em seu artigo *Le Champ Scientifique* de 1975, editado no Brasil sob o título O Campo Científico, na coletânea organizada por Ortiz, publicada em 1983, ao tempo em que faz uma análise das perspectivas teóricas, criticando e apontando as contribuições de autores como: Merton, Tomas Kuhn, David Bloor, Michael Lynch, Woolgar, Barry Barnes, Harry Collins, Trevor Pinch, Karin Knor-Cetina, entre outros.

¹³ Outros comentários sobre o envolvimento de Bourdieu com os movimentos sociais podem ser encontrados em Tijoux (2002, p. 159).

¹⁴ Pinto, 2000.

Os Fundamentos da teoria social

Como é possível fazer a “leitura” do mundo social? Qual o trabalho do sociólogo? Quais os eixos do discurso sociológico que se unem ao epistemológico? Qual a teoria sociológica de Pierre Bourdieu?

Opondo-se à tradição identificada como substancialista, Bourdieu afirma que o real é relacional e o que existe são as relações¹⁵. Ao defender a precedência da razão sobre a experimentação¹⁶, reconhece as noções, “idéias primeiras”, como “caminhos” para desvelar o real.

As noções são instrumentos que permitem o desenvolvimento da investigação. Elas encerram pressupostos relativos à concepção do real, portanto são compreendidas como recursos para a objetivação.

A tarefa do sociólogo é “[...] construir sistemas de relações inteligíveis capazes de explicar os dados sensíveis.” (As regras, 1996, p.14) Coerentemente com os pressupostos que demarcam o que Bourdieu considera como conhecimento científico, tais construções devem poder ser confrontadas com a experiência.

As noções cumprem a função de apontar um caminho metodológico, impedindo e permitindo escolhas no trabalho de construção do objeto. Os pressupostos orientam a elaboração de hipóteses que, de acordo com a lógica do racionalismo aplicado, podem ou não ser confirmadas. As confirmações possíveis expressam-se na fertilidade de seus resultados. Estes, ainda que permanentemente parciais, pois sujeitos a retificações, são também suficientemente “capazes” de permitir a continuidade das pesquisas.

Afirmar que as análises sociológicas de Pierre Bourdieu têm como pressuposto que o real é relacional, significa dizer que é a relação entre práticas e posições que define o real, elas próprias

¹⁵ *Capital*, 1998.

¹⁶ De acordo com Louis Pinto (2000, p. 102): “O ‘modo de pensar relacional’ foi sistematizado em antropologia pelo estruturalismo, mas não é exclusividade deste, pois muito deve, segundo Bourdieu, à reflexão de outros autores, como Cassirer. Ao substituir a coisa pela relação, esse modo de pensamento satisfaz uma exigência muito geral, imposta em diferentes domínios: a exigência de criar entidades de nível mais abstrato, plenas de novas possibilidades operatórias.”

relacionalmente definidas em um espaço social. As propriedades dos agentes e dos espaços sociais são constituídas nas relações que as definem. Conseqüentemente, entendê-las, supõe a compreensão dessas relações, o que somente é possível pela identificação do sistema de relações constitutivas e constituidoras de um espaço social. A noção de espaço social fundamenta-se na idéia de espaço como um

[...] conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e *entre* [...] (Razões, 1996, p. 18-19).

O sistema das relações entre posições – o espaço social – constitui a estrutura. A configuração espacial, fundada na exterioridade e no distanciamento, tem a posse do capital como elemento distintivo ou definidor das posições. A quantidade e a composição do capital possuído pelos agentes definem as posições. Como existem em um mesmo espaço social diferentes tipos de capital, a composição ou estrutura do capital refere-se à sua qualidade¹⁷.

O espaço social é história institucionalizada e constitui as condições sociais de produção dos agentes¹⁸. A concepção de história une-se à noção de prática, pois esta última é também história incorporada (*habitus*) em ação¹⁹, permitida e condicionada pela história objetivada sob a forma de espaço social.

A prática supõe o encontro das duas histórias: a objetivada e a incorporada. Esta afirmação é uma das demarcações da ruptura com a perspectiva finalista da história, o que supõe a recusa explícita a “[...] transformar o ‘fim’ da história em ‘fim’ da ação histórica [...]” (O Poder, 1989, p. 80)

Ao não dissociar estrutura e história, Bourdieu afirma que, se por um lado, a posição (posse de determinado capital) de cada agente em um momento dado é resultante do conjunto de estratégias anteriores (que depende da estrutura do campo pela intermediação das propriedades estruturais da posição a partir das quais são engendradas; e das “características”, valor e poder da posição a partir

¹⁷ Em Razões Práticas (1996), o autor refere-se ao capital global como a soma do capital econômico e do capital cultural de cada agente, ao analisar a sociedade francesa como um espaço social.

¹⁸ O poder, 1989, p. 94.

¹⁹ De acordo com Louis Pinto (2000, p. 38): “O *habitus* deve ser compreendido como uma gramática gerativa de práticas conformes com as estruturas objetivas de que ele é produto [...]”

da qual as estratégias foram articuladas), por outro lado, as transformações da estrutura (a mudança de posições ou não, mas sempre um novo momento do campo) são o produto das estratégias. Isto é, se de um lado a posição é produto das estratégias, de outro as estratégias são produto das posições.

A perspectiva da história nem se afina com as determinações destituídas de “sujeitos”, nem com determinações como produtos da vontade de “sujeitos”:

A relação com o mundo social não é a relação de causalidade mecânica que frequentemente se estabelece entre o “meio” e a consciência, mas sim uma espécie de cumplicidade ontológica: quando a história que frequenta o *habitus* e o *habitat*, as atitudes e a posição, o rei e a sua corte, o patrão e a sua empresa, o bispo e a sua diocese, é a mesma, então é a história que comunica de certo modo com ela própria, se reflecte nela própria, se reflecte ela própria. (O poder, 1989, p. 83)

Embora também produto das estratégias dos agentes e inseridas no espaço de posições, as práticas não são plenamente conscientes, mas guiadas pelos interesses²⁰ existentes em um campo. O sentido do jogo, inscrito no *habitus*, ainda que possibilitando “escolhas”, não carrega uma intencionalidade controlada, não se constitui na vontade. As tomadas de posição são condicionadas pela história objetivada ou sistema de relações, e se apresentam “[...] em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes [...]” (O poder, 1989, p. 81); portanto as histórias do espaço social e das trajetórias são “produtoras” da própria história.

Segundo Bourdieu, essa abordagem rompe com a dicotomia indivíduo/sociedade.

Essa fórmula, que pode parecer abstrata e obscura, enuncia a primeira condição de uma leitura adequada da análise da relação entre *posições sociais* (conceito relacional), as *disposições* (ou os *habitus*) e as *tomadas de posição*, as “escolhas” que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática [...] (Razões, 1996, p. 18).

Identificar as trajetórias, ou a história das tomadas de posição dos agentes, consiste na identificação das posições que os agentes ocupam nas configurações sucessivas do espaço de posições. A cada configuração do espaço de relações deve corresponder uma análise do valor social relativo à posição e “opções” dos agentes. “A subordinação do conjunto das práticas a uma mesma intenção

²⁰ As especificidades da compreensão de Bourdieu sobre o que denomina *interesse* são indissociáveis das análises relativas aos “automatismos” do *habitus* e às *trocadas de bens simbólicos*, esta última inerente aos *campos de produção cultural*.

objectiva, espécie de orquestração sem maestro, só se realiza mediante a concordância que se instaura, como por fora e para além dos agentes [...]” (O poder, 1989, p. 86-87).

O espaço social supõe uma história comum, que “reúne” as diversas posições. É um espaço com três dimensões: a distribuição do volume de capital global entre os agentes, a composição do capital e a história no tempo. Decorre dessa concepção a idéia dos diversos pontos de vista relativos, cada um, a uma posição no espaço social. Cada ponto de vista corresponde a um “sujeito” e este relaciona-se a um sistema de disposições. O *habitus* é história incorporada e dispõe de um sentido prático. A “idéia primeira”, fundadora da noção de *habitus* expressa “[...] a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo [...]” (O poder, 1989, p. 60).

Como outras noções, o *habitus* exerce, inicialmente, uma função negativa²¹, no sentido de orientar a investigação contra noções ou conceitos não aceitos pelo investigador. Como foi dito, o uso das noções como instrumentos de objetivação visa garantir uma determinada direção à investigação²².

Do mesmo modo, a noção de campo, que define o espaço social entre o texto (ou obra, ou ainda produto cultural) e o contexto, supõe, também cumprindo sua função negativa, o pressuposto de que, ao analisar uma produção cultural “[...] não basta se referir ao conteúdo textual desta produção, mas que não basta tampouco se referir ao contexto social contentando-se em fazer uma relação direta do texto e do contexto.” (*Les usages*, 1997, p. 14). Com a noção de campo, Bourdieu direciona suas análises contra as leituras que identifica como internalistas e externalistas. Defende, portanto, a “existência” de universos específicos, relativamente autônomos, formados pelas relações entre as posições e as tomadas de posição dos agentes, constituindo, assim, uma dimensão “intermediária”, não reconhecida pelas referidas análises²³.

²¹ *Les usages*, 1997, p. 14. A *função negativa* de uma *noção* refere-se ao que esta última demarca como excluído da investigação. Ainda sobre *função negativa e função positiva da teoria* na concepção de Bourdieu, ver Pinto (2000, p. 92-93).

²² Segundo Louis Pinto (2000, p. 96-97): “Trata-se de noções ‘monadológicas’, pois de certo modo cumprem a função tradicionalmente atribuída às substâncias, ao mesmo tempo que são retraduzidas e repensadas numa lógica estrutural de relação.”

²³ “[...] a noção de campo permite compreender as relações entre o que é interno e o que lhe é externo, sem que lhe seja preciso absolutizar ou reduzir nenhum dos termos.” (Pinto, 2000, p. 81).

O “indivíduo”²⁴ por ele denominado agente, termo que é também utilizado para designar instituições ou grupos²⁵ de acordo com os mesmos princípios, é indissociavelmente história incorporada e situado²⁶ no mundo social.

Os agentes possuem *habitus* incorporados e têm “lugar”, posição em um espaço social. A prática é condicionada pelas determinações do *habitus* e da posição ocupada; ou seja, as ações possíveis são delimitadas pelas condições histórico-sociais. Como diz Bourdieu (*Les usages*, 1997, p. 17): “É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer.” Porém, acrescenta ainda: “Os agentes sociais não são, evidentemente, partículas passivamente levadas pelas forças do campo [...]” (*Les usages*, 1997, p. 22).

Há estruturas objetivas inscritas na história e nas lutas do campo, “[...] independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou de coagir suas práticas ou suas representações.” (*Choses dites*, 1987, p. 147). Os agentes, entretanto, dispõem de uma relativa autonomia na “escolha” de estratégias devido ao espaço de possíveis. Esta relativa autonomia torna as tomadas de posição não necessariamente previsíveis, mas delimitadas pelas determinações das estruturas objetivas. “Ou, mais precisamente, é a posição que eles [os agentes] ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, ao menos negativamente, suas tomadas de posição.” (*Les usages*, 1997, p. 17).

O termo espaço de possíveis²⁷ demarca a existência de uma diversidade de usos possíveis²⁸, no sentido de um conjunto de possibilidades que está à disposição de cada *agente*, a depender de sua *posição* no *campo*. A história do campo institui “[...] o universo finito das *liberdades sob coação* e das *potencialidades objetivas* [...]” (*As regras*, p. 266) que se configura em um espaço de possíveis para o agente com *habitus* correspondente.

²⁴ “A idéia de indivíduo separado repousa, de maneira bastante paradoxal, na apreensão ingênua daquilo que, como diz Heidegger num curso de 1934, ‘é percebido sobre nós de fora’, que é ‘perceptível e sólido’, isto é , o corpo [...]” (*Meditações*, 2001, p. 161).

²⁵ Cf. *Les usages*, 1997, p. 16-17. Bourdieu tanto utiliza o termo agente para referir-se a uma empresa, no caso do campo econômico, como a Einstein, no caso do campo científico. Ainda em relação ao campo científico, ele reitera: “Os agentes, cientistas isolados, equipes ou laboratórios, criam [...]”

²⁶ “[...] (O lugar, *topos*, pode ser definido em termos absolutos, como o local onde uma coisa ou um agente ‘tem lugar’, existe, em suma, como localização, ou então, em termos relacionais, topológicos, como uma posição, um nível no interior de uma ordem) [...]”. (*Meditações*, 2001, p. 161).

²⁷ Alguns textos traduzem para o português *espace des possibles* como espaço dos possíveis.

²⁸ *As regras*, 1996, p. 266.

A relação entre as posições e as tomadas de posição não tem nada de uma relação de determinação mecânica. Entre umas e outras se interpõe, de alguma maneira, o espaço dos possíveis, ou seja, o espaço das tomadas de posição realmente efetuadas tal como ele aparece quando é percebido através das categorias de percepção constitutiva de certo *habitus*, isto é, *como um* espaço orientado e preñado das tomadas de posição que aí se anunciam como potencialidades objetivas, coisas “a fazer”, “movimentos” a lançar, revistas a criar, adversários a combater, tomadas de posição estabelecidas a “superar” etc. (*As regras*, 1996, p. 265).

O reconhecimento do código específico²⁹ define a condição de entrada no jogo. Situado e datado, portanto social e histórico, o código específico é um sistema de percepção, de apreciação e de expressão das condições sociais de um campo ou espaço social.

As condições sociais de um campo constituem-se do espaço de posições objetivado, institucionalizado, em relação com a história incorporada ou *habitus*. Os *habitus*, disposições e estruturas mentais incorporadas ao longo da história do “indivíduo”, incluem os condicionamentos da origem (por exemplo: social, econômica ou geográfica), porém: “[...] só se realizam efetivamente em relação com uma estrutura determinada de posições socialmente marcadas [...]” (*As regras*, 1996, p. 299).

Apenas a história e a estrutura de lutas entre os agentes permitem a existência das estruturas mentais e categorias de percepção específicas, pois estas só existem como tais “[...] pelo efeito da *colocação em prática*, jamais redutível a uma pura execução [...]” (*As regras*, 1996, p. 305).

É fundamental reforçar que existem potencialidades, quer dizer, algo que se coloca como possível, mas não necessário. Consequentemente, para Bourdieu, não existe a possibilidade de que o jogo estabelecido em um campo possa ter seu “resultado” antecipadamente definido ou completamente previsível, pois as análises do sentido prático e mesmo do espaço de posições não informam as tomadas de posição, apenas o espaço dos possíveis, as tendências³⁰.

²⁹ “À maneira de uma língua, esse código constitui ao mesmo tempo uma *censura*, pelos possíveis que exclui de fato e de direito, e um *meio de expressão* que encerra em limites definidos as possibilidades de invenção infinita que proporciona [...]” (*As regras*, 1996, p. 304).

³⁰ Como reforça Louis Pinto (2000, p. 10): “[...] Pierre Bourdieu jamais comparou um campo a um jogo de forças cegas. Num campo existem reais possibilidades de transformação, mas que são diferentes conforme a posição ocupada.”

Além das noções de campo, capital e *habitus*, Bourdieu recorre a outra noção fundamental já citada: a *prática*. As reflexões sobre a *prática*, que impõem a explicitação de uma teoria da prática³¹, são cruciais para a compreensão da extensão e complexidade das suas conclusões sobre a ciência.

A atenção volta-se para uma análise sociológica que tenha como produto uma teoria da prática que permita a compreensão da produção científica³². Mais uma vez, a sociologia apresenta-se como recurso para assegurar o rigor científico, cumprindo, desse modo, um papel eminentemente epistemológico, por “trazer à luz os esquemas da prática científica” (O poder, 1989, p. 24)

A construção do objeto prática científica só foi possível pela operação de conceitos sistêmicos, o que, por consequência, permitiu a construção de hipóteses sobre a ciência. Neste sentido, as exigências para pensar a prática científica não se distinguem das que se impõem para pensar qualquer mundo social e qualquer objeto científico.

Em suma, era preciso pelo menos lembrar que o privilégio que se encontra no princípio de toda a actividade teórica, na medida em que supõe um corte epistemológico, mas também social, nunca governa tão subtilmente essa actividade como quando, à falta de se mostrar como tal, conduz a uma teoria implícita da prática que é correlativa do esquecimento das condições sociais de possibilidade da teoria. (Esboço, 2002, p. 138).

Ao deixar “às claras” os “pressupostos” que orientam a própria prática científica³³ e os obstáculos epistemológicos a ela inerentes, a teoria da prática possibilita a vigilância, no sentido de evitar, o quanto possível, a “invasão” de pré-construções no trabalho de pesquisa que compromete o rigor pretendido. Instituídos pelo jogo estabelecido pelo campo e pelo *habitus*, esses pressupostos não são plenamente conscientes. A noção de prática, então, ao remeter às condições sociais de possibilidade da teoria, conduz às noções de campo, capital e *habitus*, pois estas se constituem na possibilidade de

³¹ “[...] a teoria da prática que aparece como condição de uma ciência rigorosa das práticas não é menos teórica, portanto teórica e praticamente cortada da prática, que a teoria da prática implicitamente envolvida nos modelos objetivistas [...]” (Esboço, 2002, p. 137).

³² Em relação à produção do conhecimento científico, Louis Pinto (2000, p. 46) enfatiza: “Descobrir a prática é antes de tudo perder a segurança propiciada pela teoria, ou melhor, é perder a crença na onipotência do capital cognitivo que define o cientista.”

³³ “Desse ponto de vista, a teoria da prática poderia ser considerada a expressão teorizada da tentativa de superar a contradição do ‘duplo eu’ dividido entre a teoria e a prática, entre o universo nobre e desrealizante da escola e o universo profano de origem: trata-se de inventar uma forma teórica e expressiva que escape aos efeitos de dominação teórica, pela teoria, de imaginar um discurso sobre a prática, ou melhor, uma prática conservada na teoria, único meio de conferir aos instrumentos fornecidos pela escola usos inéditos e inconcebíveis para a tradição ‘escolástica’.” (Pinto, 2000, p. 52).

desvendar as condições sociais que possibilitam a ciência. Entretanto, como ressalta Bourdieu (Wittgenstein, 2002, p. 352):

[...] a sociologia não pretende, de forma alguma, explicar a imposição lógica do discurso matemático, mas pode explicar a razão dos limites, neste caso, da explicação sociológica, ou seja, a autonomia do campo no qual se engendra e se exerce esta necessidade).

A análise sociológica pretende desvendar o modo pelo qual os limites lógicos tomam a forma de limites sociais³⁴, através de formas específicas de luta no campo científico, tornando-se instrumentos, por assim dizer, de regulação do jogo.

Bourdieu apresenta a sociologia da ciência como uma perspectiva de análise que permite o reconhecimento tanto da condição sócio-histórica constitutiva do campo científico, como das peculiaridades desse campo. Afirma que as estruturas cognitivas³⁵, ao tempo que são produto deste campo específico são também sua condição de funcionamento³⁶. Embora a razão seja produto da história, possui uma relativa autonomia em relação à história³⁷.

Porque instituído por condições sociais específicas, o código científico tornou-se condição social dessa prática específica, portanto história institucionalizada no campo e no *habitus* científicos. Sua perspectiva ocupa-se não somente em remeter, constantemente, a análise do campo científico à história, afirmando ser este um campo social como outro qualquer, como também às peculiaridades deste campo, marcado pela instituição da razão como mecanismo de funcionamento.

Campos de produção social em Bordieu

Considerando que os campos de produção cultural (campo religioso, científico, artístico, jurídico, por exemplo)³⁸ são microcosmos específicos que estão postos em relação ao campo de poder³⁹ ou

³⁴ Wittgenstein, 2002.

³⁵ Reafirmando a importância das análises relativas às estruturas cognitivas e seus condicionamentos sociais, Louis Pinto (2000, p. 48) lembra: “[...] as estruturas cognitivas, longe de serem absolutizadas como transcendentais, devem relacionar-se com as estruturas objetivas ou, se preferirmos, com as oposições constitutivas de uma formação social, visto que resultam de imposições que não se fundam unicamente no ‘entendimento humano’.”

³⁶ Meditações, 2001.

³⁷ Meditações, 2001.

³⁸ As regras, 1996.

³⁹ “O campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente). Ele é lugar de lutas entre detentores de poderes (ou espécies de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre

espaço de luta entre agentes que detêm poder em diferentes campos, Bourdieu aponta três dimensões que, ao serem analisadas, permitem compreender a produção cultural: a posição do campo no seio do campo do poder, a estrutura interna do campo e a gênese dos habitus dos ocupantes⁴⁰.

Um ponto de grande importância, e que exige situar os campos específicos no universo maior, no campo do poder, é a noção de relativa autonomia. Como espaços relativamente autônomos, os campos relacionam-se com as pressões externas de diferentes formas e proporções. Estas diferenças são determinadas tanto pelo significado das produções do campo para os demais campos, como pelo grau de resistência oferecido por cada campo. Importa saber a natureza das coações externas⁴¹, como se expressam (se através de créditos, ordens, encargos, contratos etc.)⁴² e que estratégias os campos engendram para se liberarem de tais coações.

A refração⁴³ é o termo utilizado por Bourdieu para referir-se à explicitação de uma das formas de resistência às pressões externas colocada pelos campos. Ele afirma que o efeito de refração será maior quanto maior for o grau de autonomia. Um campo mais autônomo impõe sua lógica específica às referidas pressões, não as respondendo diretamente, nem conformando-se às exigências por elas colocadas.

As exigências são respondidas em graus distintos, sempre sob a mediação da lógica dos campos específicos. O grau de refração ou das alterações impostas pelas leis internas do campo às pressões externas é um dos indicadores mais importantes do poder de cada campo, constituindo-se em referência fundamental para a avaliação das respectivas autonomias relativas.

os artistas e os ‘burgueses’ do século XIX, têm por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas.” (As regras, 1996, p. 244).

⁴⁰ Mesmo sendo referências vinculadas ao *campo literário* mais diretamente, as análises são relativas a todos os *campos de produção cultural*: “A ciência das obras culturais supõe três operações tão necessárias e necessariamente ligadas quanto os três planos da realidade social que apreendem [...]” (As regras, 1996, p. 243).

É importante também destacar a observação explícita que Bourdieu faz no início do segundo capítulo da segunda parte: “O leitor poderá, ao longo de todo este texto, substituir *escritor* por *pintor*, *filósofo*, *cientista* etc., e *literário* por *artístico*, *filosófico*, *científico* etc.” (As regras, 1996, p. 243)

⁴¹ *Les usages*, 1997.

⁴² *Les usages*, 1997.

⁴³ O termo oriundo da física constitui uma analogia muito interessante, porque se refere ao fenômeno da alteração sofrida por um raio de luz ao penetrar em um meio diferente.

Os *campos* sempre “[...] são atravessados pela necessidade dos campos englobantes, a do lucro, econômico ou político [...]” (As regras, p. 246), ainda que disponham de alto grau de autonomia. Deste modo, tais tensões invadem esses universos específicos, interferindo em suas lutas internas. Disputas estabelecem-se entre os agentes que defendem mais veementemente a autonomia e os que são mais “vulneráveis” às sujeições externas, ambas carregadas de possíveis compensações econômicas ou simbólicas. Essas diferentes posições dentro do campo, constituidoras também de subcampos⁴⁴, têm maior ou menor força, a depender da posição que o campo específico ocupe no campo de poder. Os resultados dessas disputas podem também implicar em reforço ou arrefecimento da autonomia relativa⁴⁵.

As épocas e as tradições nacionais impõem variações significativas nas autonomias relativas dos campos, pois o capital simbólico acumulado coletivamente, dependendo de seu peso, pode conferir maior ou menor liberdade em sua relação com o campo de poder.

As lutas no campo são disputas pelo poder entre os agentes; uma de suas expressões mais visíveis é o “conflito de definição”⁴⁶. As disputas envolvem as determinações dos limites de um campo, ou melhor, os critérios que definem quem são os “produtores” e quais são os produtos. Cada agente defende o ponto de vista que o referende mais. Tais definições são fundamentais, pois demarcam historicamente a própria “existência” do campo, o ponto de vista fundador. Por exemplo:

A definição mais estrita e mais restrita do escritor (etc.), que aceitamos hoje como evidente, é o produto de uma longa série de exclusões ou rejeições visando recusar a existência enquanto escritores dignos desse nome a toda espécie de produtores que podiam viver-se como escritores em nome de uma definição mais ampla e mais frouxa da profissão. (As regras, 1996, p. 253).

⁴⁴ “O grau de autonomia de um campo de produção cultural revela-se no grau em que o princípio de hierarquização externa aí está subordinado ao princípio de hierarquização interna: quanto maior é a autonomia, mais a relação de forças simbólicas é favorável aos produtores mais independentes da demanda e mais o corte tende a acentuar-se entre os dois pólos do campo, isto é, entre o *subcampo de produção restrita*, onde os produtores têm como clientes apenas os outros produtores, que são também seus concorrentes diretos, e o *subcampo de grande produção*, que se encontra *simbolicamente* excluído e desacreditado.” (As regras, 1996, p. 246).

⁴⁵ Louis Pinto (2000, p. 82) ressalta que é importante “[...] compreender que a autonomia [de um *campo*] não é uma situação para sempre garantida juridicamente, e sim o resultado de lutas que se inserem na história.”

⁴⁶ Cf. As regras, 1996, p. 253.

Neste caso, a propriedade disputada é o que Bourdieu denomina de poder de consagração, que regula também o direito de entrada, pois seus detentores definem que “produtores” e produtos pertencem ou podem pertencer a um campo.

Jogo é o termo utilizado por Bourdieu para definir a competição instituída nos campos pelo fato dos agentes, como os jogadores, compartilharem um *habitus*. Este constitui disposições incorporadas, que permitem tanto o “reconhecimento” comum da *illusio*, que é o interesse no jogo, e é preservada por todos, como, ao mesmo tempo, a obediência a “regras”, sem as quais as disputas não poderiam existir. Entretanto, diferentemente dos jogos comuns, no jogo dos campos, as “regras” não são voluntárias nem totalmente explícitas⁴⁷.

Há campos cuja explicitação das “regras” do jogo é maior; isto revela a presença de um consenso, ainda que mínimo, quanto a estas. O grau de explicitação ou de codificação das “regras” é uma importante propriedade que determina distinções entre os campos. Decorre dessa mesma propriedade uma reflexão sobre o grau de exigência para com os agentes, em relação à posse do capital acumulado pelo campo. Em campos com menor grau de codificação das “regras”, exige-se também menor capital dos candidatos ao ingresso. O campo científico é um exemplo de alto grau de codificação, o que supõe uma grande exigência em relação à posse de capital cultural ou informacional.

O conjunto dos processos que acompanham a autonomização do campo científico mantém relações dialéticas: assim, a ampliação contínua do direito de entrada, que a acumulação de recursos específicos implica contribui em troca para a autonomização do campo científico instaurando, indiretamente, um corte social com o mundo profano dos leigos. (O Campo científico, 1983, p. 145, nota 36).

Falar de *campo* impõe explicitar o que Bourdieu denomina *illusio*: “[...] a crença no jogo, o interesse pelo jogo e pelas apostas [...]” (As regras, 1996, p. 258). Cada campo tem sua crença fundamental, sua *illusio*, que, ao mesmo tempo em que constitui a condição para o seu funcionamento, apresenta-se como produto deste. Esse “acordo secreto” é base das disputas e, assim, do próprio *jogo*.

⁴⁷ *Réponses*, 1992, p. 73.

O uso do termo *illusio*, designando a crença e o interesse que orientam as práticas, o conhecimento e reconhecimento das “regras” do *jogo*, é uma das demarcações apresentadas por Bourdieu para “ênfatizar” que a sua concepção não deve ser confundida com a do interesse característico da intencionalidade consciente. Dito de outra forma, a *illusio* supõe uma lei fundamental aceita “[...] na relação conjuntural entre um *habitus* e um campo [...]” (As regras, 1996, p. 258). Essencialmente histórica e social, a *illusio* implica em um jogo de duplas verdades.

Da reflexão sobre a *illusio* decorre a compreensão da produção do valor. O valor das obras é produzido pelas crenças que são a base do jogo; portanto é o campo que produz valor. Tomando as palavras de Bourdieu (As regras, 1996, p. 259): “O produtor do *valor da obra de arte* não é o artista, mas o campo de produção enquanto universo de crença que produz o valor da obra de arte como *fetichismo* ao produzir a crença no poder criador do artista.”

De maneira equivalente ao campo artístico, no campo científico essa afirmação traz muitas implicações.

O reconhecimento social da obra é que atribui valor à obra; e o campo é a possibilidade histórica e socialmente configurada para constituir as possibilidades desse reconhecimento. Consequentemente, entender uma obra, e mais especificamente o seu valor, é compreender a rede de relações estabelecida para que esta obra “exista” como tal, o que ultrapassa, por assim dizer, o universo dos “produtores” diretos, por exemplo artistas, escritores e cientistas. Sendo assim, o campo define o *nomos*, princípio de visão e de divisão legítima⁴⁸ ou sistema de classificações legítimo, critério mesmo de demarcação entre o que pode e o que não pode ser reconhecido como obra ou como “criador”. Ao reconhecer o campo como o verdadeiro criador, Bourdieu reconhece que o fato dos agentes serem “apresentados” como criadores é um *fetichismo* conveniente e necessário ao jogo⁴⁹.

É importante frisar que a afirmação de que o verdadeiro “sujeito” criador da obra nos campos de produção cultural é o campo e não os agentes não constitui, para Bourdieu, uma contradição em relação ao reconhecimento das “[...] capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do agente [...]” (O poder, 1989, p. 61).

⁴⁸ As regras, 1996.

⁴⁹ As regras, 1996.

A noção de *habitus*, já apresentada, fundamenta uma leitura que, em sua recusa à oposição indivíduo/sociedade, permite, segundo Bourdieu (O poder, 1989, p. 62): “[...] sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construção de objecto.”

O *habitus* é expressão do corpo socializado⁵⁰, história das relações objetivas incorporadas que “confere” o sentido das práticas ou ações dos agentes, “[...] sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional [...]” (O poder, 1989, p. 62). Ao permitir o reconhecimento prático do jogo, o *habitus* permite a identificação do espaço de possíveis, do espaço relativamente autônomo das tomadas de posição dos agentes.

Habitus é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento aristotélico e na Escola Medieval, nos trabalhos de Bordieu encontramos a mais completa renovação sociológica do conceito, delineado com a finalidade de romper a oposição objetivismo e subjetivismo. Segundo a Internacional Encyclopedia of Economic Sociology (IEES) (2005, p. 316):

habitus é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente.

Ainda conforme a IEES (2005) o *habitus*: a) não é uma questão de aptidão natural mas social; b) é transferível para vários domínios da prática; c) é durável, mas não é estático ou eterno, porque as disposições sociais podem ser rompidas, corroídas, desmanteladas por novas forças exógenas; d) dotado de inércia incorporada, no sentido de que opera como um prisma filtrando as últimas informações e sobrepondo-as, daí o peso desproporcionou dos esquemas socializados na infância; e) introduz um desfasamento, criando um *gap* entre os acontecimentos do passado e as determinações atuais.

Esta perspectiva, “[...] que tem como ponto central a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*) [...]” (Razões, 1996, p. 10)

⁵⁰ O poder, 1989, p. 62.

define os campos e seus jogos como condições sem as quais não existiriam as produções culturais, mas nas quais os agentes podem “criar”.

A história incorporada, o *habitus*, é um capital que possibilita aos agentes disporem das mesmas estruturas de percepção e de avaliação dos bens simbólicos de um universo social. Portanto a produção e reprodução da crença coletiva são produtos e produtoras do campo de uma estrutura social, onde os agentes são capazes de jogar de acordo com as “regras” desse jogo, ainda que sem a intenção de fazê-lo.

As obras ou produções dos campos culturais (a arte, a literatura, a ciência, por exemplo), bem como as respectivas práticas, são produtos das relações sociais e históricas objetivadas nos corpos (*habitus*) e nos espaços sociais, ao tempo que também produtoras das mesmas relações. Em outras palavras, a ciência, a arte, a literatura têm suas possibilidades e impossibilidades determinadas pelas relações entre cada espaço de posições específico e as histórias individual e coletiva incorporadas pelos agentes.

Nesse sentido, a dinâmica do jogo ou as mudanças sucessivas na configuração do campo é analisada a partir da construção da rede de relações objetivas, que são as relações entre as posições ocupadas. Estrutura e história não são perspectivas antagônicas⁵¹, mas “coexistentes”, já que a teoria dos campos supõe que:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um *campo* [...] como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação de sua estrutura. (Razões, 1996, p. 50).

Tendo como pressuposto que uma posição é definida pela posse de capital, a cada posição corresponde um espaço de possíveis. A quantidade e qualidade do capital possuído e o espaço social e temporal no qual estão inseridos constituem as condições que os agentes detêm para lutar pelo capital em um campo.

⁵¹ As regras, 1996.

É importante lembrar que as estratégias, as “escolhas” feitas pelos agentes, ainda que semelhantes (entre agentes ou dos mesmos agentes em tempos diferentes), têm significados sociais distintos, a depender da configuração do campo, porque qualquer alteração de posições define a modificação do espaço de possíveis.

A demarcação das diferenças, muitas vezes manifestada pela ruptura com a tradição estabelecida no campo, também explica que os produtores de vanguarda só podem assim se colocar porque estão postos nas disputas com o que os instituiu; ou seja, o passado do campo. Neste sentido:

É a própria lógica do campo que tende a selecionar e a consagrar todas as rupturas legítimas com a história objetivada na estrutura do campo, isto é, aquelas que são o produto de uma disposição formada pela história do campo e informada dessa história, portanto, inscrita na continuidade do campo. (As regras, 1996, p. 274).

Há diferenças significativas entre os sub-campos de produção restrita e os sub-campos de grande produção⁵². Os sub-campos de produção restrita caracterizam-se pelo fato de que “[...] os produtores têm como clientes apenas os outros produtores.” (As regras, 1996, p. 246). Já os sub-campos de grande produção, pautam-se no

[...] critério do *êxito temporal* medido por índices de sucesso comercial (tais como a tiragem dos livros, o número de representações das peças de teatro etc.) ou notoriedade social (como as condecorações, os cargos etc.), a primazia cabe aos artistas (etc.) conhecidos e reconhecidos pelo “grande público.” (As regras, 1996, p. 246-247).

Portanto, no caso dos sub-campos de grande produção, os critérios externos “invadem” a lógica das lutas entre os agentes.

O avanço do processo de autonomização dos campos e um maior fechamento neles próprios têm como consequência um grau elevado de codificação ou uma maior explicitação das aquisições históricas, que impõe condições específicas aos novatos ou pretendentes ou seja, mais exigências em relação ao direito de entrada.

⁵² As regras, 1996.

As especificidades do capital em Bourdieu

Tendo como referência as noções de campo, *habitus*, capital e prática, Bourdieu sistematiza as considerações sobre em que consiste o fazer científico a partir das análises acerca do campo científico.

É porque me pareceu particularmente necessário submeter a ciência a uma análise histórica e sociológica que não vise exclusivamente relativizar o conhecimento científico associando-o e reduzindo-o a suas condições históricas, portanto a circunstâncias situadas e datadas, mas que pretende, ao contrário, permitir àqueles que fazem ciência de melhor compreender os mecanismos sociais que orientam a prática científica e de se tornar assim “mestres e possuidores” não somente da “natureza”, segundo a velha ambição cartesiana, mas também, e isto não é sem dúvida menos difícil, do mundo social no qual se produz o conhecimento da natureza. (*Science*, 2001, p. 8).

Sendo o campo científico um campo social como outro qualquer, é marcado por lutas, relações de força, estratégias, interesses e lucro⁵³. Porém, traços comuns a todos os campos são revestidos de formas específicas. O que interessa é conhecer as formas específicas em que se dá o jogo científico. Só o desvelamento do campo científico irá fornecer a possibilidade de explicitar as condições sociais relativas ao fazer científico.

A preocupação volta-se, então, para identificar as características particulares desse universo, visando esclarecer como as leis gerais dos campos especificam-se no caso do campo científico. Estas leis referem-se às condições sociais para o aparecimento do que é reconhecido como produto científico; ou melhor, as condições que constituem o jogo do qual fazem parte a concorrência entre os produtores e a inclusão ou eliminação dos novos integrantes.

Como já explicitado anteriormente, os campos são espaços sociais constituídos de condições particulares relativas às diversas produções culturais. Para pensar um campo faz-se necessário pensar a estrutura de relações entre seus agentes, e esta estrutura é a configuração da distribuição do capital.

Os diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico)⁵⁴ estão postos hierarquicamente, de formas diversas, a depender do campo e das configurações sucessivas de um

⁵³ O campo científico, 1983.

⁵⁴ *Réponses*, 1992.

mesmo campo, pois, de acordo com Bourdieu (*Réponses*, 1992, p. 77): “[...] um capital só existe e funciona em relação com um campo [...]” Mais precisamente, as espécies fundamentais de *capital* são o econômico, o *cultural* e o *social*, sendo o *capital simbólico* “[...] a forma que uma ou outra destas espécies reveste-se quando é percebida através das categorias de percepção que reconhecem a lógica específica ou, se preferirem, que desconhecem o arbitrário de sua posse e de sua acumulação” (*Réponses*, 1992, p. 94).

O capital social consiste na rede de relações que o agente dispõe, que está ou pode ser mobilizada e permite reunir poderes e diferentes capitais, como o político ou o econômico. Essas redes de relações têm como características serem duradouras e disponíveis para utilização, no sentido em que os agentes podem ter acesso ao seu capital coletivo. Pela posse de capital social, os agentes podem obter lucros muito maiores em relação a outros que têm capital cultural e econômico equivalentes.

A noção de capital cultural é genérica, e Bourdieu afirma que gostaria de denominá-lo capital informacional. O capital cultural “[...] existe ele mesmo, sob três formas, no estado incorporado, objetivado e institucionalizado.” (*Réponses*, 1992, p. 95).

O capital cultural incorporado, vinculado ao corpo, supõe um investimento de tempo pessoal e intransferível, favorecido prioritariamente pelo capital cultural familiar acumulado, que amplia de forma considerável o tempo de aquisição, na medida em que este é constituído na própria socialização.

No estado objetivado (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, escritos, pinturas etc.)⁵⁵, o capital cultural, em sua dimensão material, pode ser obtido do mesmo modo que o capital econômico, porém somente se constitui em sua globalidade na dependência das categorias de percepção relativas ao estado incorporado, esta condição de sua apropriação efetiva.

O capital cultural institucionalizado é o próprio reconhecimento institucional, que apesar de uma certa autonomia em relação ao capital cultural incorporado, sob a forma de um título escolar, permite o estabelecimento da possibilidade de conversão, atribuindo comensurabilidade na relação entre capital cultural e capital econômico, sendo tão mais valioso quanto mais raro ele for.

⁵⁵ Os três estados, 1998.

A construção de um campo supõe a identificação do capital específico, inscrito em uma lógica peculiar, e esta “[...] é definida pela estrutura da distribuição das espécies particulares de capital que são ativas [...]” (*Réponses*, 1992, p. 83). Deste modo, torna-se fundamental destacar as definições específicas do capital científico.

No caso do campo científico, o capital cultural ou informacional reveste-se de especificidade, sendo sinônimo dos recursos científicos acumulados e disponíveis sob a forma de teorias. Neste campo, o capital econômico, embora importante, até porque a posse deste “[...] assegura as condições da liberdade com relação à necessidade econômica [...]” (*As regras*, 1996, p. 295), não é o foco de atenção, pois o eixo da luta é o capital científico, já que a sua posse determina as possibilidades de consagração para os agentes⁵⁶.

O capital científico é um conjunto de propriedades que são o produto de atos de conhecimento e de reconhecimento conquistados pelos agentes engajados no campo científico e dotados assim de categorias de percepção específicas que lhe permitem fazer as diferenças pertinentes, conforme o princípio de pertinência constitutiva do *nomos* do campo. (*Science*, 2001, p. 110).

Esse capital específico, só acessível aos detentores de um capital cultural⁵⁷ relativamente elevado, é constitutivo da distinção. A distinção supõe o reconhecimento pelos agentes do campo científico, pois é este reconhecimento que produz o capital científico. A diferença, também denominada por Bourdieu de originalidade na produção da obra dos agentes, somente “existente” pelo reconhecimento dos concorrentes, confere as possibilidades e os limites de acumulação de capital. À tendência de os agentes que possuem mais capital simbólico concentrá-lo progressivamente, ele se refere como a lei da concentração⁵⁸.

O campo científico tem duas espécies de capital: o “poder temporal ou político”⁵⁹, relacionado às posições ocupadas nas instituições científicas, que confere a seus detentores um poder de produção

⁵⁶ “Resumidamente, o que demanda o campo científico, é um capital incorporado de um tipo particular, e em particular todo um conjunto de recursos teóricos voltados para o estado prático, para o estado de sentido prático [...]” (*Science*, 2001, p. 103).

⁵⁷ O capital cultural é condição, mas não sinônimo do capital simbólico do campo científico.

⁵⁸ *Science*, 2001.

⁵⁹ “[...] é o princípio burocrático dos poderes temporais sobre o campo científico como aqueles dos ministros e dos ministérios, dos decanos, dos reitores ou dos administradores científicos (esses poderes temporais são antes

e reprodução da estrutura, é também capital simbólico, embora conquistado por mecanismos distintos; e o poder específico ou prestígio social, que se constitui no alto reconhecimento de seus pares.

Bourdieu ressalva que, efetivamente, reunir grande capital das duas espécies é algo quase impossível; o prestígio ou “capital de autoridade propriamente científico”⁶⁰ exige um trabalho muito grande para ser acumulado, e quase sempre impede que os seus detentores possam conciliá-lo com cargos administrativos. Pelo mesmo motivo, os detentores do poder institucional são incapazes de se dedicar ao acúmulo de capital científico “puro”. Há exemplos de situações intermediárias, em que a composição do capital reúne algum capital “puro” e algum capital institucional ou temporal.

Ao afirmar que a noção de capital supõe um ponto de vista específico sobre o campo científico, isto é, o entendimento deste como campo de lutas, Bourdieu⁶¹ apresenta uma análise das instâncias ou mecanismos pertencentes à esfera do “reconhecimento” e as considera como produtos e instrumentos dessas mesmas lutas. Isto porque, os parâmetros, valores e critérios, impostos por agentes investidos de poder para tal, constituem-se em reforço às “regras” do jogo científico defendidas por estes mesmos agentes, sob a forma de posições teóricas, metodológicas etc. O que, de acordo com Bourdieu, deixa sem sentido a fragmentação entre a ciência dos cientistas e a ciência das obras científicas⁶², pois as “escolhas” científicas são inseparavelmente “escolhas” científicas e sociais.

Diferentemente das perspectivas que assumem as instâncias de “reconhecimento” como “consagração legítima”, no sentido mais comum da expressão, ele adverte: “Quanto mais os investigadores são reconhecidos (pelo sistema escolar, depois pelo mundo científico), mais eles são produtivos e continuam a sê-lo. As pessoas mais consagradas são aquelas que foram consagradas o mais cedo [...]” (*Science*, 2001, p. 29).

O fato científico, como produto de um campo cultural, é uma construção coletiva, pois supõe tanto os “produtores” e os “consumidores”, nesse caso os pares que conferem o reconhecimento, como, e

nacionais, ou seja, ligados a instituições nacionais, notadamente àquelas que regem a reprodução do corpo de cientistas – como as academias, os comitês, as comissões, etc. [...]” (*Science*, 2001, p. 113-114).

⁶⁰ *Science*, 2001.

⁶¹ *Science*, 2001.

⁶² *Science*, 2001.

prioritariamente, o fato das relações serem mediadas pela estrutura e *habitus*. É o espaço de posições que confere as possibilidades do reconhecimento. O coletivo de agentes, ao qual é atribuída a autoridade sobre os “recursos científicos acumulados”, também produz formas específicas de interesse.

O campo científico tem referências instituídas: as hierarquias. A estas são atribuídos poderes de legitimação, como o mencionado acima, sem que as relações de poder ou melhor, os processos de legitimação, entendidos como uma dialética nas relações de poder do campo, possam perpetuar o que Bourdieu vai chamar de “simplex círculo de legitimação mútua”, porque dependem das multideterminações do jogo instituído pela dupla história – a objetivada e a incorporada.

Ao referir-se à autonomia dos campos, Bourdieu afirma que, tanto mais autônomo o campo, maior a dependência de seus “produtores” em relação aos respectivos competidores, visto que apenas estes têm condição de atribuir e julgar o valor dos produtos.

[...] de fato: somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos. E também de direito: aquele que faz apelo a uma autoridade exterior ao campo só pode atrair sobre si descrédito⁽⁹⁾. Muito semelhante, sob este aspecto, a um campo artístico [...] (O campo científico, 1983, p. 127).

Ao impor seus produtos, os “produtores” necessitam impor sua definição de ciência, sua delimitação de problemas, metodologias e teorias mais adequadas à legitimação do seu trabalho.

A definição de ciência vigente no campo científico é produto das relações políticas e está associada ao capital científico “puro”, porque a definição do que está em jogo está também em jogo.

Tomando o problema da prioridade da descoberta, Bourdieu identifica, em sua argumentação, o permanente debate entre empiristas e racionalistas, como exemplo de uma discussão que aparece, muitas vezes, apenas identificada como questão epistemológica. Para ele, debates dessa “natureza” são, na verdade:

[...] discussões políticas sobre o direito de propriedade científica, que são ao mesmo tempo debates científicos sobre o sentido do que foi descoberto, e debates epistemológicos sobre a *natureza da descoberta científica*, opõem na realidade, mediante protagonistas particulares, dois princípios de hierarquização das práticas científicas; um que confere primazia à

observação e à experimentação e, portanto, às inclinações e capacidades correspondentes, outro que privilegia a teoria e os “interesses” científicos correlativos. Debate que nunca cessou de ocupar o centro da reflexão epistemológica. (O campo científico, 1983, p. 128).

Nesta perspectiva, a concepção de ciência imposta pelos dominantes é uma construção social, mas não fictícia, porque ao mesmo tempo que produto de uma “fabricação” tem eficácia simbólica, eficácia do capital simbólico ou do que seja simbolicamente legítimo em um campo.

A legitimidade e o poder de reforçar a concepção dominante do que é ciência são produtos do jogo. Expressar interesses dominantes faz parte ou constitui-se em estratégia de obtenção de maior capital. A possibilidade de acumulação e mobilidade relativas ao capital científico, que se define desde o título escolar de origem e contatos com professores até o alcance de cargos administrativos, revela-se em um conjunto de “sinais específicos de consagração”.

A desigualdade na distribuição do capital apresenta-se em diferentes graus. Existem situações de monopólio e de uma distribuição mais equitativa. Em situações em que a distribuição do capital é mais homogênea, a forma e a intensidade da competição diferem das que ocorrem em um campo cuja distribuição é mais heterogênea. Quando existe uma distribuição do capital mais equilibrada em um campo científico, as grandes revoluções periódicas são “substituídas” por pequenas revoluções permanentes⁶³.

Nas estratégias de conservação estabelecidas pelos interesses dos dominantes não apenas figuram os recursos científicos em estado objetivado (instrumentos, obras, instituições etc.) e em estado incorporado (*habitus*)⁶⁴, mas também incluem-se os consumidores dos bens científicos e o conjunto de instituições do sistema de ensino.

Destacando a relação entre as condições sociais e o avanço da própria ciência, Bourdieu afirma que, mesmo marcadas por interesses privados, as lutas podem favorecer o progresso científico. Refere-se aqui não apenas a interesses internos ao campo, mas também a interesses externos. A idéia de

⁶³ O campo científico, 1983.

⁶⁴ No caso do campo científico os próprios objetos técnicos são história objetivada que mantém as *construções* anteriores “[...] sob uma forma particularmente econômica, com por exemplo a colocação em forma e em fórmulas ou sob as espécies de um tesouro, lentamente acumulado, de gestos calibrados e de atitudes rotinizadas.” (*Science*, 2001, p. 72).

dependência sob a aparência de independência, levantada por ele, impõe uma complexidade maior às análises. Apontada como falsa ruptura, essa estratégia, segundo ele, é utilizada pelos doxósofos, identificados pela linguagem erudita.

Uma das características do processo de autonomização, no caso particular das ciências sociais, é destacada por Bourdieu (O campo científico, 1983, p. 148): “[...] o que está em jogo na luta interna da autoridade científica no campo das ciências sociais é o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política.”.

Assumindo uma postura crítica contundente em relação ao que se denomina de ciências sociais, ele vai afirmar ainda que a sociologia oficial há de ser impugnada. Esta, para Bourdieu, caracteriza-se pela ruptura fictícia, tal como explicitado acima. A única possibilidade da sociologia oficial poder ser considerada ciência, é através do avanço da autonomia. Esta afirmação vai implicar também no compromisso de assumir as ciências sociais como não neutras, como capazes de interferir nos mecanismos sociais e rejeitar a posição que nega a eficácia simbólica que as mesmas exercem sobre o campo do poder.

Desvelados os mecanismos que buscam transparecer desconhecidos, a questão colocada como fundamental e paradoxal é: “[...] quais são as condições sociais de possibilidade do desenvolvimento de uma ciência liberta das pressões e das demandas sociais sabendo que, neste caso, os progressos no sentido da racionalidade científica não são progressos no sentido da neutralidade política?” (O campo científico, 1983, p. 148).

Bourdieu não aceita o que chama de “teoria do atraso” como justificativa para a não autonomia das ciências sociais e alerta para a identificação plena da sociologia oficial com a doxa, ou seja, com o império do impensado.

A questão da influência das ciências sociais no mundo social está relacionada à possibilidade de autonomia deste campo e ao progresso da ciência. As ciências sociais possuem eficácia simbólica, interferindo na dinâmica da luta no campo político. Porém, ao explicar, detidamente, as análises propostas pelas perspectivas internalista e externalista, nos textos dedicados ao campo científico,

Bourdieu denuncia a insuficiência de ambas e ressalta que mesmo visões híbridas, por desconsiderarem o espaço de mediação que determina uma série de especificidades, também não alcançam conclusões pertinentes.

O campo constitui-se nas relações entre seus agentes. Raramente há possibilidade de agentes isolados (indivíduos ou instituições) serem capazes de alterar radicalmente as relações de força de um campo. A estrutura das relações determina as possibilidades dos agentes, e esta estrutura está “[...] *grosso modo*, determinada pela distribuição do capital científico [...]” (*Les usages*, 1997, p. 18).

Os dominantes impõem a definição do conjunto de objetivos importantes. Em última instância, o referido conjunto é imposto pela correlação de forças, pela luta do campo e não de uma forma “pura”, porque os dominantes necessitam ser legitimados por seus concorrentes.

O capital é capital atribuído aos agentes por seus concorrentes. Sobre o capital científico, Bourdieu (*Les usages*, 1997, p. 20-21) enuncia:

Esse capital de um tipo completamente singular se baseia em parte no reconhecimento de uma competência que, apesar dos efeitos de conhecimento que ela produz, e parcialmente através destes efeitos, procura autoridade e contribui para definir, não só as regras do jogo, senão também as regularidades do jogo, as leis segundo as quais vão distribuir-se, por exemplo, os lucros neste jogo, as leis que fazem que seja importante ou não escrever sobre tal tema, que seja brilhante ou antiquado, que seja mais rentável publicar no *American Journal de fulano e fulano* que na *Revue Française de beltrano*

Reconhecer “as diferenças sociais nas carreiras científicas” é reconhecer o capital científico, o seu valor, o que possibilita fazer previsões sobre tendências que permitam aos agentes acumular mais capital, como fez ao se referir à importância do “título escolar de origem”. Bourdieu lembra: o sentido histórico do jogo é o sentido do seu futuro. Há uma dinâmica que admite a mudança de “regras”; o *habitus* pode levar à resistência às “regras” do jogo, porque no campo as “regras” são postas no jogo.

O interesse no desinteresse, exposto como algo característico do campo científico, é denunciado como instrumento de dissimulação das estratégias. Estas também podem ser transmutadas em normas e valores que transparecem como respeito puro a regras de interesse comum. A sutileza do

interesse no desinteresse é, ao mesmo tempo, uma forte marca do campo científico, e também fonte de vários equívocos. Entre eles, os mais comuns são os extremos: o crédito em uma ciência pura e a identificação da ciência com o campo econômico⁶⁵.

Bourdieu identifica ainda que respostas às solicitações externas podem se constituir em acréscimo de capital no interior do campo. Possibilidade interessante para ser analisada, mas que não deve ser confundida com a busca de reconhecimento externo, este sem necessariamente atribuição de capital, e sim, ao contrário, prejudicial aos agentes em muitos casos.

Ao refletir sobre as diferenças entre os pesquisadores “aplicados” e os “puros”, ele critica tanto a vulnerabilidade dos primeiros como o fechamento dos “puros”. Pondera, então, que o investigador “aplicado” pode ter, em contrapartida, acesso a recursos econômicos e políticos significativos, estando, entretanto, sujeito a riscos:

Quanto aos investigadores “aplicados”, eles estão bem situados para perceber que a condescendência estatutária que lhes concedem alguns investigadores ditos “puros” mascara muitas vezes a ansiedade ou a insatisfação de uma investigação que não encontra sua justificação nem pelo lado dos logros científicos nem pelo lado das aplicações práticas [...] (*Les usages*, 1997, p. 45).

A tensão entre estes propósitos pode opor os investigadores e adquirir contornos diferentes, a depender do momento do campo, como também do prestígio e reconhecimento que eles possuem.

Essa tensão, desvelada entre os investigadores “aplicados” e os “puros”, mascara uma pressão maior: dar respostas ao mundo econômico e político. Para tanto, a comunicação entre o campo científico e outro qualquer que exerça pressão sobre ele, notadamente os pertencentes ao campo do poder, torna-se fundamental, remetendo a um novo problema: encontrar mediadores que permitam esse “diálogo”.

Perseguindo a idéia de ciência científica, Bourdieu afirma ter como prioridade, nos casos do enfrentamento direto de demandas sociais, a análise dos objetos e de suas específicas construções sociais. Do seu ponto de vista, esta é a condição para a conquista da autonomia, tanto em relação ao

⁶⁵ Bourdieu condena a designação de “ciência pura”, porque esta supõe a exclusão da dimensão política do campo científico e também opõe-se à idéia de “ciência servil”. Demarca, assim, mais uma vez, a existência de um revestimento específico de cada campo, nas lutas, estratégias e interesses.

Estado como ao mercado. Entendendo o avanço da autonomia como possível e imprescindível para o alcance da ciência científica, recomenda a substituição do

[...] ecumenismo verbal e ineficaz e todos os discursos piedosos sobre a “demanda social”, suas exigências e seus danos, deveriam ser substituídos por uma reflexão profunda sobre os *contratos* visando não a definir posições de princípio, abstratas e genéricas, a favor ou contra eles, mas princípios práticos de gestão destes contratos [...] (*Les usages*, 1997, p. 50).

É preciso compreender a lógica que permite reunir duplas visões de autonomia, duplos entendimentos da investigação e da invenção e a relação entre solicitações públicas e privadas. A recomendação visa, na reafirmação das diferenças, dificultar os jogos que “criam” antinomias, explicitando interesses comuns, através da integração pela maior comunicação, articulando democracia e eficácia científica, substituindo ambigüidades por clareza nas diferenças, na busca de romper com a hierarquia e fortalecer a resistência coletiva⁶⁶, até porque, o essencial é salvar a regra⁶⁷.

O sentido prático de preservação do jogo científico requer o imperativo da regularização, presente, por exemplo, nos “recursos” freqüentemente utilizados para adequar resultados de uma pesquisa à lógica da prática, salvaguardando o acordo tácito do campo. Para Bourdieu, esta adequação, que pode ser tomada como uma hipocrisia, por ser coletiva adquire outro sentido, o sentido da preservação do jogo estabelecido neste campo.

Compreender o sentido da prática científica requer “[...] uma teoria global do espaço científico, como espaço estruturado segundo lógicas ao mesmo tempo genéricas e específicas [...]” (*Science*, 2001, p. 68), porque o poder no campo depende da correlação de forças do mercado científico de bens simbólicos.

⁶⁶ Esta análise foi relativa ao Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) e, no caso, Bourdieu sugeriu, acusando de hipócritas os discursos reformistas dos dirigentes e possíveis técnicos externos especializados em mudanças institucionais, estratégias para que haja o “fortalecimento simultâneo da diferenciação e integração”, e que sejam formadas comissões e definidos critérios para o julgamento das melhores pesquisas, levando em consideração a qualidade científica, criando, posteriormente, instâncias administrativas alteradas, incluindo nestas investigadores competentes. Embora as reflexões sobre a relação entre o *campo científico* e as demandas externas refiram-se prioritariamente ao INRA, situadas em um tempo e *espaço* próprios, podem, a partir desse caso, ser tomadas como universais, ao menos para provocar a reflexão.

⁶⁷ *Science*, 2001.

Embora o desvelamento das condições de produção exponham a própria prática imbuída do seu sentido do jogo, Bourdieu defende, ao reconhecer esses mecanismos, que as condições específicas do campo científico produzem as condições de produção do fato científico; esta é a realidade, construída sim, porém não fictícia. Portanto “[...] a crença ingenuamente realista dos pesquisadores em uma realidade exterior ao laboratório é uma pura ilusão da qual apenas uma sociologia realista pode livrá-los.” (*Science*, 2001, p. 57).

CAPITULO 2

IMIGRAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTOS E SENTIDOS

Uma leitura conceitual sobre o tema

A gama de estudos sobre imigração é vasta, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, em virtude do número expressivo de imigrantes vindos para o Brasil, em processo que ajudou a aumentar o cômputo geral da população no país. E não foram poucos os para cá vieram. Duas são as linhas dos primeiros trabalhos produzidos no Brasil com relação ao tema. O primeiro diz respeito aos problemas gerados pela política da imigração produzido por entidades ou personagens envolvidos ou interessados na colonização estrangeira. O segundo segmento dá destaque aos procedimentos de atração de imigrantes para o país, ora dando sugestões de mudança na legislação, ora sugerindo procedimentos para uma maior atração.

O interessante do tema é que ele possui várias facetas, sendo analisado por inúmeras áreas do saber científico: geografia, história, sociologia, antropologia e por que não administração, sendo assim, um tema interdisciplinar. Nesse caso, como campo de atuação é vasto. Vamos tentar dar conta da dimensão ora sociológica, ora histórica dos estudos da imigração no Brasil e particularmente no Espírito Santo.

Willems (1946) contribui para a teoria, na consolidação da análise fundamentada nas teorias da assimilação⁶⁸ e da aculturação⁶⁹. Antes dele, a visão sobre a imigração tinha um caráter

⁶⁸ Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (1986), o termo significa o processo de se tornar semelhante ou mais semelhante; em sociologia, designa: a) o processo pelo qual um grupo, geralmente uma minoria ou grupo imigrante, graças ao contato, é absorvido pela cultura do outro grupo ou grupos; b) o resultado de tal absorção.

Dessa maneira, assimilação designa o processo pelo qual, através de comunicação e participação, um conjunto de traços culturais é abandonado e um novo conjunto é adquirido. A mudança é gradual e pode-se processar em qualquer nível. Difere do processo biológico da fusão racial através da miscigenação ou amalgamação.

Assimilação plena significa a incorporação de novos membros na sociedade de maneira que já não se distingam os demais. Afirma-se frequentemente que os imigrantes podem não só adotar outra cultura, mas também contribuir com a introdução de certos traços próprios na cultura dominante; isso indica que a transmissão de elementos culturais não é um processo exclusivamente unidirecional.

⁶⁹ Conforme o Dicionário de Ciências Sociais (1986), o termo pode ser definido como o processo de mudança de cultura no qual o contato mais ou menos contínuo entre dois ou mais grupos culturais distintos resulta em um grupo

nacionalista, quase sempre voltado aos “problemas” da assimilação. Nesse rol podemos citar Silvio Romero, Alfredo Ellis Júnior, Oliveira Viana e Gilberto Freire. Essas questões nacionais giravam em torno da ameaça à formação nacional de base lusitana, a uma noção de assimilação restrita ao processo de abasileiramento.

Nesse sentido, Willems (1946) analisa a imigração alemã no Rio Grande do Sul, mas não deu atenção ao modismo da assimilação (no sentido do abasileiramento) e tão pouco a da noção de *melting point* (mestiçagem). O autor deu mais ênfase à questão da marginalidade cultural. Willems (1946) introduziu o modelo antropológico de estudo de mudança cultural a partir do contato interétnico, aplicado para compreender o fenômeno da absorção dos imigrantes no contexto do Estado-Nação. Para ele, o processo assimilacionista é bilateral, embora devam prevalecer os padrões de grupo dominante, isto é, a sociedade nacional. Nessa perspectiva, o autor rejeita a idéia de *melting point* que foi apropriada no Brasil, afirmando que o contato entre os grupos não envolve necessariamente, caldeamento. Nesse caso, o autor, trabalha menos com o conceito de assimilação e dá mais ênfase aos conflitos resultantes do confronto entre diferentes tradições culturais, abordados através dos conceitos de “marginalidade” e de “ambivalência de atitudes”.

No nosso estudo de caso, se de um lado a situação marginal é própria da primeira geração, por outro, os ítalo-brasileiros (descendentes já em processo de aculturação) têm uma cultura híbrida. Nesse sentido, subcultura italiana, cultura híbrida, ítalo-brasileira expressam clivagens próprias das sociedades culturalmente plurais, quando se está em jogo a construção do Estado-Nação e não são necessariamente incompatíveis com a proposição teórica de aculturação.

Já na década de 1950, diversos estudiosos estudaram a imigração como fenômeno da aculturação numa dimensão sociológica. Sendo que em alguns casos permaneceram a temática da miscigenação como indicador da assimilação. Ou ainda no que Willems (1946) chamou de adaptação ao novo ambiente com conseqüente transformação dos hábitos alimentares, de vestuário entre outros. O ensaio de Wilson Martins (1989) é um bom exemplo desse enfoque dos estudos relativos à

tomar para si os elementos da cultura do outro grupo ou grupos. O termo é também usado para designar o estado resultante desse processo.

Isso se refere aos resultados do contato e da interação de grupos distintos. O ponto de partida é o tempo que se inicia o processo. Cultura do grupo ponto de referencia, onde são focalizados os acontecimentos e processos do grupo através da reação do mesmo, aceitando, rejeitando, ou reformulando elementos de outra cultura.

aculturação, pois ele inverte a proposição assimilacionista, quando propõe no seu estudo a influência dos imigrantes na formação do Estado do Paraná. O que fica claro no seu estudo que o Brasil não é essa estrutura homogênea como pensavam alguns autores que tratam de estudar o país (Oliveira Viana dentre outros) mas de uma concepção étnica e cultural plural. O autor chama atenção para o uso de termo *melting point* como sinônimo de assimilação.

Na década seguinte, alguns estudos ainda se seguem, mas um neologismo surge nas ciências sociais, com a finalidade de crítica com relação às questões da assimilação, no que tange ao desaparecimento das características, ou melhor, dos grupos étnicos no contexto do Estado moderno. Estamos falando do conceito de etnicidade⁷⁰ (Seyferth, 2004). Uma obra que sintetiza melhor as questões da imigração nesse período é a obra de Diegues Junior (1964). Segundo Seyferth (2004) o autor faz um estudo mais geral da imigração, mais sintético, dando ênfase ao desenvolvimento da urbanização e da indústria, mas importante para a compreensão do fenômeno da imigração no Brasil.

Os estudos de aculturação e assimilação foram comuns nas décadas de 1950, 1960 e 1970, com perspectivas teórico-metodológicas muito próximas às de Willems, procurando abordar o tema da integração sociocultural dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira, eventualmente destacando diferenças geracionais. No campo das ciências sociais, em particular, na antropologia, a pluralidade étnica e a conseqüente formação de identidades culturalmente demarcadas são temas recorrentes que praticamente substituíram o modelo analítico baseado nos conceitos de aculturação e assimilação.

Os debates posteriores ora retificam, ora criticam esses posicionamentos mas, de um modo geral, a persistência e a relevância dos fenômenos abarcados pelas noções de etnicidade, grupo étnico, relações interétnicas, formação de identidade e sua amplitude empírica na forma de diferenças culturais, deixaram em segundo plano as problemáticas de integração e absorção contidas no

70

Em consonância com o Dicionário de Ciências Sociais (1986), Etnicidade: objetivamente pode ser entendida como a condição de pertencer a um grupo étnico. A etnicidade reflete as tendências positivas de identificação e inclusão num grupo étnico. Nesse caso, é possível vê-la como uma qualidade da qual se participa, e que expressa a ênfase na atribuição de membro do grupo étnico. Mostra a inoportunidade do conceito de aculturação e assimilação, dando mais ênfase a afirmação do próprio grupo.

modelo analítico de assimilação e aculturação. Essas novas reflexões teóricas repercutiram no Brasil e foram discutidas inicialmente por Cardoso de Oliveira (1976).

No nosso estudo, o objetivo foi, a partir da história da imigração, buscar os elementos que mais marcaram essa fase no território capixaba, este entendido no sentido de campo (Bourdieu, 2003), de mundo particular e específico, que são: o discurso da Igreja, a cultura do trabalho e o núcleo familiar. Utilizando entrevistas, buscando na memória dos entrevistados, a partir da história oral, montar um mosaico que fosse possível compreender a formação empresarial em Colatina. O referencial adotado para essa leitura foi a sociologia de Bourdieu, principalmente os conceitos de *habitus* e capital cultural.

Panorama histórico da imigração: plano internacional e brasileiro

O século XIX inaugurou um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais no mundo ocidental. Os conflitos europeus e a crescente revolta das colônias anunciavam um novo pacto colonial, o fim dos grandes impérios e a instituição de uma nova ordem mundial, regida pela industrialização, pelo capitalismo, liberando um excedente de trabalhadores que a industrialização tardia na Alemanha e na Itália não tinham condições de absorver (Braz, 1996).

A ascensão do capitalismo na Itália aconteceu de forma traumática, atingindo o camponês tanto economicamente quanto culturalmente, provocando uma migração dentro do próprio país e uma forte emigração para outros países. Esse sistema atingiu uma estrutura agrária milenar que não estava preparada para o novo momento mundial e que sofreu um processo de empobrecimento e miserabilidade, tendo o pequeno proprietário que arcar com taxas, impostos e tributos pesados para a sua condição. A taxa sobre a propriedade cobrada pelo governo e que aniquilou o pequeno produtor é um fator importante para se entender o processo imigratório italiano (Lazaro, 2004).

A venda das terras para os grandes latifundiários italianos por parte dos pequenos proprietários gerou uma massa de desempregados tão gigantesca que não havia mais condições de oferecer trabalho a tanta gente. Muitos camponeses passaram a empregar-se em construções, outros viraram marceneiros, etc. Mas os empregos criados eram insuficientes. A fome invadiu todas as comunidades camponesas. A solução, por exemplo, era o pai mandar a filha para a Europa Central para trabalhar até em ferrovias, algo difícil de ser assimilado por um camponês. Outras moças eram amas de leite em cidades ou vilas italianas. Ao regressarem para suas casas, esses filhos voltaram

com uma outra visão do mundo, provocando choques familiares e alterações de comportamentos sociais e de padrões culturais e morais. Essa situação não se passava somente na Itália, mas também em outros países do continente europeu. Esse exército de banidos foi tão grande que exigiu outras saídas. Convém não esquecer que estamos falando da introdução do processo econômico vindo com a unificação da Itália.

As guerras e revoluções libertárias ou nacionalistas contribuíram para a desorganização da estrutura agrária tradicional e a instituição de novas relações de produção e de mercado. Abriram espaço para um novo tempo, marcado pela ascensão da burguesia e pela instituição do Estado Nacional.

Segundo Derenzi (1974, p.37) “ [...] em 20 de setembro de 1870, depois de vinte anos de conspiração, alianças e guerras cruentas, Vittorio Emanuele II, de Roma proclama o Reino da Itália”. E encerra um período marcado pelo conflito, fome, desemprego e desabrigo, criando um processo de reconstrução em detrimento a desorganização causada na produção daquele país. E realizando o sonho de um povo que perdera a sua união e nacionalidade desde a queda do Império Romano.

Mas o preço pago pela reunificação foi alto. A guerra pela unificação levou toda a massa camponesa a apoiá-la e a participar de suas lutas. Mas os promotores da reunificação deixaram de cumprir suas promessas com a população. E as lideranças políticas, ao atingirem o poder, mudaram todo o projeto político original. Partiram para introduzir o capitalismo, para substituir as pequenas propriedades por espaços industriais, numa conexão com os latifúndios. Essa situação instalou-se a partir de 1860. O Brasil passou a ser, então, a solução dessa gente, que se havia transformado numa massa de excluídos sociais.

No período de 1841 a 1940, sete milhões de italianos deixaram a sua pátria. Segundo Alvim (2000) a imigração italiana constituiu um equilíbrio socioeconômico, pois se de um lado aliviava a pressão sobre as cidades, com o excedente de trabalhador que não foi absorvido pela industrialização nascente, por outro lado, o dinheiro enviado pelos que partiram para os parentes que permaneceram em solos italianos afastou a possibilidade de uma rebelião social.

A região do Vêneto no norte da Itália foi a que mais italianos mandou para o Brasil. Cerca de 30% do total de imigrantes que vieram para o país são dessa região, no período de 1870 a 1920.

Diferentemente de como se especulava a respeito dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil, a maioria que veio neste período é originária do norte da Itália e não do sul. A importância de fazer essa diferença se dá pelo fato do tipo de imigrante que aportou no país. Segundo Alvim (2000, p. 386)

[...] até 1885 saem, sobretudo do Vêneto, famílias que pertenciam ao universo meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários. Isto é, não eram camponeses destituídos de qualquer capital. Essas famílias eram formadas por 12 ou até 15 elementos ao todo, normalmente com dois ou três homens e suas respectivas mulheres ou filhos.

No Brasil, o século XIX é caracterizado pelo intercâmbio em termos econômicos com a Inglaterra, e internamente, com a organização escravocrata do trabalho produtivo. Ou seja, no plano externo o Brasil é fornecedor de café, açúcar, fumo, couros, peles, erva-mate, arroz, cacau, madeiras, borracha o que ajuda o país na manutenção da prestação de serviços e da administração pública. Internamente, a sociedade e a produção se organizam tendo como base a escravidão (Holanda, 1995).

Esse modelo se torna insustentável para um sistema capitalista de produção em plena revolução industrial; esse sistema de mão-de-obra escrava se mostra insuficiente para a transformação do país em uma nação que busca se desenvolver. Nesse sentido, a racionalidade capitalista requer em uma sociedade de mercado um ajustamento do que seja a oferta de bens e serviços e a procura por esses elementos. Nessa perspectiva, o trabalhador cativo necessita fazer parte dessa racionalidade, mas não como escravo, mas como trabalhador livre, pois se torna condição importante para a alimentação do processo do capitalismo (Idem, 1995).

Entretanto, essa contradição visível no país, não se resolve facilmente. Estando presente esse “problema” em todas os planos estruturais sendo eles, econômicos, sociais ou políticos. A formação do capitalismo no Brasil apresenta várias crises, sendo a transformação do trabalhador escravo em trabalhador livre a maior delas. E ainda presente em nossos dias atuais, a desigualdade entre brancos e negros no Brasil ainda é assunto de rica e calorosas discussões.

O Brasil então, a partir dos meados do século XIX, reintegra o país à economia agrário-exportadora, transformando o café no mais importante produto da balança comercial brasileira e no principal

pólo de atração de imigrantes. Conforme Derenzi (1974, p.42) “ [...] em 25 anos a entrada de estrangeiros no Brasil foi de 1.825.621, dos quais 54% de italianos, o dobro dos portugueses”.

Imigração e cultura do trabalho no Brasil: Por que tantos imigrantes? Qual o sentido disso?

A imigração europeia para a América, durante o século XIX e parte do século XX, teve o novo modelo de produção do sistema capitalista como pano de fundo para a sua realização, apresentando uma característica própria, em cada região, localidade ou país em que se instalava. No caso brasileiro, do século XIX, o que o imigrante encontrou foi um império independente com uma região essencialmente agrícola, um modelo de produção escravocrata, monocultura e exportadora. Sendo esta “[...] a forma como o país se [inseriu] desde os primórdios do período colonial, na divisão internacional do trabalho, a produção de produtos primários para o mercado externo” (Campos Jr., 1998, p. 161).

O mundo neste momento passava por um processo de transformação no processo produtivo e de ideologias econômicas e sociais que não tolerava o trabalho cativo. Havia na conjuntura internacional, principalmente pela Inglaterra, uma necessidade de expansão dos mercados consumidores dos seus produtos industrializados. O processo de industrialização por que passava alguns países necessitava de uma massa consumidora e conseqüentemente de trabalhadores assalariados ou com recursos disponíveis para a aquisição de bens. É dentro deste contexto histórico que surge no Brasil às leis que regimentaram o início do processo de libertação dos escravos e que vai ter o ponto máximo com a abolição da escravatura.

Mas, isso não é tudo. Aliás, seria simplório imaginar que o mundo se move apenas a partir de interesses do capital. Havia também uma forte reação da opinião pública internacional contra os horrores do cativo. Depois da revolução francesa, da ascensão da república, da difusão do conceito de cidadania na Europa, era cada vez mais difícil a manutenção de um regime de escravidão negra no mundo ocidental.

Não podemos esquecer também que na sociedade brasileira já havia forte restrição também ao mercado de escravos. O movimento abolicionista estava presente mesmo dentre nossas elites. Os mais letrados tinham vergonha de viver em um país que tinha tamanha chaga social. Tudo isso foi

minando as condições concretas da manutenção dos escravos brasileiros e criando as condições para o surgimento do trabalho livre e assalariado.

Dito isso, é preciso questionar se esse fato isoladamente explica a vinda de tantos imigrantes para o país? Em parte sim, já que a imigração ocorrida no Brasil se deu primeiramente com a finalidade de ocupar o lugar do trabalhador cativo. Além disso, salienta Klein (2000), uma vez que são as condições econômicas os fatores responsáveis na maioria das vezes pela expulsão, é importante saber por que mudam as condições e quais elementos agravam de forma crítica a situação que leva os emigrantes a enfrentá-las. Três são os fatores: acesso a terra, variação de produtividade da terra e o tamanho da família que precisa ser mantida. Segundo ele o fenômeno da grande migração do século XIX e XX, o que de fato contou foi uma mistura desses três elementos.

Mas esses fatores não dão conta de compreender na sua totalidade qual o sentido dessa imigração no Brasil? Segundo Colbari (1998) não há dúvida de que o processo de imigração no Brasil trata-se de uma questão política, baseada num projeto de gerenciamento da população que envolvia o adensamento, branqueamento e a 'elevação civilizatória' dos habitantes do país. Essa política segundo a autora possuía dois objetivos, o povoamento das regiões de fraca densidade populacional e a constituição de um mercado de trabalho para substituir o trabalhador escravo na produção mercantil-exportadora (Colbari,1998). Dessa forma, a elite burocrática lusitana tinha a possibilidade de salvar a decadente estrutura sócio-econômica que até então passava os proprietários de café no Brasil.

Já para Otávio Ianni (1967) no plano técnico o regime da escravidão representava um obstáculo à expansão da racionalidade indispensável à aceleração da produção do lucro. Como a economia nacional estava organizada para produzir mercadoria, isto é, lucro, a empresa exigia renovação contínua, tanto em sua organização geral como no planejamento da utilização dos fatores.

A transformação do trabalhador cativo em trabalhador livre na visão de Ianni (1967) se faz no sentido adequado à produção do lucro. Dessa forma, o imigrante que veio para o Brasil, ou seja, para vencer no Mundo Novo, não veio como proprietário, mas como braços para a lavoura, substituindo o trabalho compulsório e possibilitando ao proprietário de terras, os latifundiários, a geração do lucro para a manutenção e desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Nesse contexto, o parlamento brasileiro serviu como um regulador da quantidade de imigrantes que entravam no país. Ora muitos entravam, ora poucos passavam pelas alfândegas brasileiras, mas sempre regulando o número dos imigrantes que entravam no país para não tocar na estrutura fundiária do país, que mantinha os latifúndios. O objetivo era trazer trabalhadores para as lavouras, em substituição ao escravo, mas a estrutura fundiária do país baseada nas grandes extensões de terra não deveria ser alterada. Já que o imigrante vinha para o Brasil com a promessa do governo brasileiro de ter, quando chegasse ao país, uma porção de terra para a sua família.

Outros aspectos também devem ser lembrados no propósito da imigração como o de ordem geopolítica, a da urbanização. É nesta época, que começa a se fazerem sentir também os primeiros sinais de “[...] diferenciação entre o que é urbano e rural (...) com isso [cria-se] condições para uma nova divisão do trabalho no âmbito particular” (Witter, 1998, p. 39).

Mas a questão que interessa destacar diz respeito a ambos os casos: povoamento e a formação do mercado de trabalho. Tendo como pano de fundo a regeneração física e moral da sociedade brasileira, com a constituição de um tipo brasileiro, como desdobramento da definição do imigrante ideal: branco, camponês e resignado.⁷¹ Baseado no momento da constituição do Estado Republicano, o cálculo racial elaborado pelas elites agrárias possuía o conceito de que a integridade do mundo político pressupunha uma unidade racial e cultural.

Deve ressaltar-se que a colonização ibérica não foi bem sucedida na questão do homem branco, enquanto colonizador e construtor da ordem civil e econômica. A ruptura com a metrópole não desbancou a estrutura agrária formada e nem a cultura da mentalidade lusitana. Tratava-se de uma herança cultural apoiada no tripé: família patriarcal, propriedade de terras e trabalho compulsório, formando assim os parâmetros que articulavam a vida socioeconômica brasileira (Holanda, 1995).

E como destaca Holanda (1995), Prado Júnior (1999), Freyre (2003) a família brasileira patriarcal não poderia ser a formadora do caráter dos indivíduos, pois tolerava e negligenciava certas características, como a promiscuidade, a indisciplina e a instabilidade das relações sexuais, criando “[...] um campo aberto e amplo para o mais desenfreado sexualismo” (Prado Jr., 1999, p.351).

⁷¹ Tese defendida por Rocha (2000).

Mesmo admitindo que esse não era o retrato de todo o conjunto da sociedade brasileira, não se pode negar a sua influência na ética social e política, tendo marcado diversas organizações e instituições, inclusive a familiar contemporânea. Vasconcellos (1995), Holanda (1995), DaMatta (1997) e Faoro (1998) quando discutem a questão do modelo político brasileiro, destacam essa herança, pautada no clientelismo, nas relações sociais baseadas na violência e no favor disfarçadas na personalidade cordial do brasileiro. O coronelismo discutido por Vasconcellos (1995) é retrato desta herança.

Assim, Colbari enfatiza que (1998, p.132) “[...] a questão não era somente a falta de população, os vazios demográficos, mas a falta de uma população portadora de certos atributos que permitissem sua incorporação no processo de produção”.

É importante destacar as representações do trabalho no imaginário coletivo brasileiro, todo pautado na relação da escravidão e no cativo. Esse legado foi responsável por uma concepção negativa do trabalho na cultura brasileira. Essa ausência no imaginário brasileiro do trabalho, enquanto gerador de riqueza e prosperidade gerou uma sociedade que compreendia o trabalho como negação da liberdade e da inferioridade social. Logo, era de suma importância que o processo imigratório estivesse todo ele pautado “[...] no espírito de iniciativa, na ética do trabalho, no domínio das técnicas de produção e no respeito às leis” (Colbari, 1998, p.133). Esses atributos eram considerados fundamentais para o propósito do sucesso dos núcleos coloniais instalados, principalmente, nas áreas de fraco povoamento.

Ramos (1994) reforça as idéias defendidas pela autora. O autor defende que os discursos abolicionistas, desde o século XIX, tinham forte preocupação com um país tão heterogêneo sócio-racial, dividido por um lado por uma nação branca, rica e proprietária e de outro lado, pobre, não-proprietária e não-branca. O que gerava um sentimento de um “medo branco” assentado em uma possível violência dos negros contra os brancos. Nessa perspectiva era preciso buscar elementos para a construção de uma unidade nacional, que pudesse disciplinar os negros libertos, assim como introjetar neles uma ética positiva do trabalho. A “solução” encontrada pelos abolicionistas seria a busca pelo sangue branco europeu, o ingrediente ideal para a construção de um povo e de uma raça brasileira. A ênfase na reforma do povo, por meio de práticas de educação para o trabalho, e na regeneração, através da imigração branca.

Para Ramos (1994, p.28)

é nessa perspectiva de regeneração do povo que fundamentou as teorias sobre branqueamento (...). Mas podemos adiantar que, baseados nessas teorias, os intelectuais e dirigentes da nascente República Brasileira acreditavam ser possível, através da importação de sangue branco e da depuração do sangue negro pela mestiçagem, a regeneração dos componentes étnicos que fundaram o Brasil e a produção efetiva de um “tipo” racial brasileiro eugênico (...). E esse futuro tipo brasileiro, regenerado pela entrada de sangue europeu, teria duas virtudes básicas: de um lado, ele forneceria a base sobre a qual o povo brasileiro construiria sua unidade racial e cultural num patamar mais elevado que o proveniente da mistura de raças inferiores; e de outro, garantiria uma evolução futura do país pela melhora dos tipos raciais que o compunham.

Nessa perspectiva apontada pelo autor fica clara a presença dos embasamentos das “teorias do racismo científico” para os intelectuais e dirigentes brasileiros para a explicação do nosso “atraso” frente aos outros povos, principalmente, aos europeus, bem como de elementos definidores de uma “identidade nacional tupiniquim”.

Segundo Seyferth (1974), a teoria do branqueamento foi elaborada entre o final do Império e a Primeira Guerra Mundial. Sua principal característica é a ambigüidade: concebe a mestiçagem ao mesmo tempo como um bem e um mal, definindo um conjunto inteiro de reflexões com os tipos e graus de mestiçagem e sua importância na formação da Nação. Em comum com as teorias raciais estrangeiras, os autores brasileiros acreditavam na desigualdade das raças, na inferioridade dos mestiços e na incapacidade dos povos de raça negra em alcançar a civilização sem a tutela ocidental.

A peculiaridade nacional, contudo, residia na crença de que a inferioridade dos mestiços não era um fato absoluto e que, através da miscigenação das raças inferiores com as melhores raças brancas, era possível produzir-se, por uma espécie de seleção natural, um tipo racialmente mais branco e evoluído do que as raças não brancas e que, este é um ponto fundamental, esse processo estava acontecendo no Brasil. Para tal, contribuía uma baixa fertilidade dos negros e mulatos, a tradição portuguesa de cruzamento interracial e a imigração européia. Por conta disso, o país adquiriria com o passar do tempo um padrão racial mais branco e uma civilização correspondente (Seyferth, 1974).

Essa valorização do mestiço de branco com as raças inferiores produziu uma aglutinação entre todos os que defendiam as teses do branqueamento na defesa da imigração branca pensada como

instrumento pelo qual, de um lado, se operaria a regeneração da raça, e de outra se produziria um amálgama, um povo homogêneo, garantindo a integridade da Nação.

Mas, esse privilégio da imigração européia como instrumento de constituição de um povo, definido a partir da teoria do branqueamento, implicou certas diferenças em relação ao modo como a imigração fora concebida já no fim do Império. Isso porque o ideal de um branqueamento da população pela adição de imigrantes brancos já fora uma das determinações políticas que orientaram os estímulos à imigração nas últimas décadas do Império. Tratava-se de obter uma inversão da pirâmide populacional cuidando que houvesse mais brancos do que negros no país. Mas, dos anos 80 do século passado em diante, uma ênfase particular recairia na disponibilidade das raças brancas para miscigenação e para a assimilação cultural ao Brasil.

Efetivamente, a preocupação com a miscigenação e com a assimilação, levantada pela teoria do branqueamento, conformou a maior parte das posições dos intelectuais e políticos diante da imigração nas primeiras décadas da República. Como nos mostra Skidmore, as teorias raciais foram uma presença recorrente nas formulações republicanas sobre a imigração tanto nos debates envolvendo publicistas, quanto nas próprias leis republicanas (Skidmore, 1976).

A primeira legislação republicana sobre imigração, datada de 1890, restringia de modo absoluto a entrada de imigrantes africanos ou asiáticos no país (Idem, p.154). Se essa lei foi abrandada em 1907, o que permitiu a entrada dos primeiros imigrantes japoneses, as posições públicas em favor de uma imigração exclusiva ou preferencialmente branca predominaram durante toda a primeira metade de século.

Assim, um mesmo eixo definido a partir da teoria do branqueamento atravessou toda a legislação sobre imigração produzida no Brasil do fim do Império até o fim do Estado Novo: a preocupação com a eugenia. Vale dizer, a preocupação com a "higiene das raças", com o tipo de mistura racial que se estava estabelecendo no Brasil, uma vez que dessa mistura adviria um povo brasileiro, base a um só tempo do progresso e da unidade da Nação.

Outra nuance sobre a imigração é defendida por Rocha (2000) que reflete sobre o discurso da política da imigração. Conforme nos relata, esse discurso estava ligado à criação dos núcleos coloniais no Brasil.

Para Rocha (2000) havia no país duas tendências e que conseqüentemente dividiam o Brasil em duas frações de pensamentos naquele instante. Uma que preconizava a vinda de imigrantes para serem instalados como pequenos proprietários de terra, e a outra, que advogava a introdução de imigrantes como substitutos do trabalhador cativo à grande lavoura. Essa política dos núcleos coloniais se apoiava no binômio abolicionismo/imigrantismo, no qual os seus partidários acreditavam que à medida que a grande lavoura necessitasse de trabalhador, o imigrante excedente nos núcleos coloniais poderia ser absorvido na lavoura cafeeira.

Esse pensamento dos núcleos coloniais enquanto formador de trabalhador livre em substituição ao trabalho cativo fazia parte do imaginário das autoridades brasileiras. Prova disso, são os pronunciamentos de ministros, deputados e demais personagens importantes da historiografia política brasileira, que na maioria das vezes eram ambíguos e contraditórios.

Esse comportamento poderia até ser esperado pelo momento em que o país passava pela falta de braços para a lavoura, produzindo uma relação de trabalho nessa época não muito diferente da relação estabelecida no tempo da escravidão. Daí a contrapropaganda propalada na Europa proibindo a emigração para o Brasil. As palavras do então Ministro da Agricultura, Manoel Felizardo S. Mello comprovam essa discussão:

[...] os nossos fazendeiros tão caro tem pago a experiência dos trabalhos parciários feitos por colonos do norte da Europa, que dificilmente se embarcarão em empresas desta natureza. Entretanto, como é forçoso prover de braços a grande lavoura, urge desenvolver os centros coloniais pelo sistema da pequena propriedade.⁷²

Esse pensamento também esteve presente em solos capixabas, quando da extinção do trabalho escravo na grande lavoura. E apesar, do Governo Imperial propalar a sua política de imigração, baseada na criação dos núcleos oficiais de pequenas propriedades, vários exemplos indicam os

⁷² Relatório do Ministério da Agricultura de 13 de maio de 1861, p. 21-22 extraído de Rocha (2000, p.26).

favores e os subsídios fornecidos aos fazendeiros pelo Governo no sentido de fornecer trabalhador para as lavouras.

Essa política só pode ser implantada até o momento em que os grandes produtores dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo conseguiram estender o período da crise de trabalhadores para a lavoura, com medidas paliativas, como o tráfico interno, abertura de estradas e implantação de tecnologia no beneficiamento do café. No entanto, no final da década de 70, a imigração no país começa a mudar a sua direção, sendo tomadas algumas medidas pelo Governo Imperial, como promulgação de leis e decretos que extinguíam aos poucos algumas benesses fornecidas pelo Governo, passando agora o imigrante a custear o seu próprio sustento e sobrevivência em terras brasileiras.

Não é de espantar que a partir desse momento, o governo deixa de subsidiar os núcleos coloniais oficiais, para patrocinar o trabalhador estrangeiro nas grandes lavouras. Muitos núcleos coloniais foram abandonados neste período com a falta da ajuda governamental, mudando o sentido até então em voga da política de imigração no país. Esse encaminhamento dado ao processo, radical, de certa forma, é um claro indício do poder da hegemonia dos grupos ligados ao café especialmente da região cafeeira de São Paulo. O Espírito Santo, sem representação política de peso e influente no cenário nacional político, ficou a margem desse processo e bem distante dos benefícios que ele gerou.

Podemos concluir então que essas duas linhas de pensamento discutidas: a introdução no país de uma nova etnia, principalmente italiana, com o propósito de transformação da capacidade de compreensão e percepção do trabalho. E por outro lado, o discurso da política da imigração brasileira dos núcleos coloniais é importante para explicar a configuração da imigração acontecida no Espírito Santo e que tem um rebatimento na conjuntura do universo do trabalho capixaba atual.

CAPÍTULO 3

IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO: CONTEXTOS E DESDOBRAMENTOS

Uma capitania esquecida e o fraco dinamismo econômico

O Espírito não prosperou como as capitanias de São Vicente e Pernambucano prosperaram. Pode-se afirmar que foi um fracasso a empreitada da colonização nas novas terras. As matas e os ataques dos índios botocudos mantiveram a população próxima ao litoral. Na capitania do Espírito Santo, quase nada havia, os homens e mulheres se vestiam com simplicidade e se alimentavam de farinha, feijão e mariscos de forma geral. Já no século XIX, a colônia, devido a grande estagnação econômica, fechou-se sobre si mesma. O que prevalecia tanto na alimentação, quanto na cura das doenças era o conhecimento indígena (Saint-Hilaire, 1974).

Durante três séculos a economia do Espírito Santo não possuiu nenhum desenvolvimento que pudesse ajudar o Estado a se destacar nesta ou naquela cultura agrícola ou comercial. O açúcar, seguido da produção de farinha, eram os principais produtos da pauta de exportação da Província até os anos 50 do século XIX, embora fossem cultivados em todas as regiões, estavam concentrados em regiões específicas: a farinha de mandioca em São Mateus e a produção de cana-de-açúcar no sul da Província.

No final do século XVIII, a população era muito pequena, apenas 22.493 habitantes. As cinco principais vilas da província detinham 78% da população da província, sendo a população negra representante de 39% da população. Vitória era a vila mais populosa da província.

**Tabela 2 – A população das principais vilas da Província do Espírito Santo
1788/89**

Vilas	População		
	Branca	Negra	Total
Vitória	2.327	4.898	7.225
Anchieta	3.017	102	3.119
Nova Almeida	2.712	42	2.754
Guarapari	1.789	728	2.517
Vila Velha	814	1.064	1.878
Total	10.659	6.834	17.493

Fonte: Oliveira, 1975, p. 232/3

A vinda da família real para o Brasil, a ligação da província com Minas Gerais por meio da reconstrução da Estrada do Rubim, a instalação da primeira Assembléia Provincial, a edição do primeiro jornal impresso da Província e o prosseguimento da imigração estrangeira iniciada em 1813, com a vinda de trinta casais açorianos para Viana, e a sua continuidade em 1847 com a chegada de 163 alemães em Santa Isabel criaram melhores condições para o desenvolvimento da Província, tirando-a do seu processo de marasmo nos últimos séculos (Oliveira, 1975).

A produção do café em 1811 já possuía registro nos índices de produtos agrícolas da província, mas não havia alcançado anos depois expressividade no nível de produção. Em 1827, na pauta de exportações de produtos, o café aparece como o produto de menor participação, apenas 0,1%. Somente no início da década de 50, o café começa a se destacar na agricultura regional, cuja produção já atingia mais de 50% da produção açucareira. Nesse momento, a cultura do café já havia sido implantada em todas as regiões, com destaque para a vila de Vitória, que possuía 32% da produção total.

Para Rocha (1998, p. 39)

O Espírito Santo, em meados do século XIX, era ainda escassamente povoado, estando sua população distribuída por estreita faixa litorânea, em dez municípios. A agricultura regional produzia alguns bens destinados exclusivamente à subsistência (arroz, feijão, milho etc.) e outros, que tinham pequeno excedente exportável (açúcar, farinha de mandioca e café). A força de trabalho

era composta fundamentalmente por escravos, o que configurava uma economia de reduzido potencial de acumulação de capital.

Segundo Vasconcellos e Pandolfi (2004) o Estado chegou ao século XIX sem avanços significativos tanto no âmbito econômico quanto no social. Somente com a chegada do plantio do café nas lavouras da província que o processo de estagnação econômica por que passava o Espírito Santo começou a se modificar. As grandes extensões de terra desabitadas da província iniciaram o seu processo de povoamento através da política de imigração do governo Imperial. Dessa forma, o café e a imigração européia, em particular a italiana, irão incrementar e apresentar um quadro de mudanças para o Estado, sendo eles os ingredientes principais das transformações da segunda metade do século XIX no Espírito Santo.

A cultura do café

A década de 50 do século XIX foi palco de mudanças na estrutura econômica do Espírito Santo e responsável em parte pela atual configuração do Estado. Neste período, a cultura do café se expandiu, tornando-se a principal atividade agrícola regional. Substituindo a produção da cana-de-açúcar e transferindo para o plantio do café o trabalhador escravo então utilizado no cultivo açucareiro. Havendo uma mudança na configuração da dinâmica regional.

O café foi plantado em todas as regiões, mas a partir de 1870, concentrou a sua produção na região da capital e do sul do Estado, principalmente em Cachoeiro de Itapemirim, intensificando nessa região o número de escravos. Diferente da região sul, que possuía grandes fazendas de café, a região da capital, não conseguiu atrair para si a população escrava, devido a sua estrutura fundiária, basicamente formada por pequenas propriedades, e tendo na agricultura de subsistência a sua principal fonte econômica. A solução para atração de mão-de-obra para a Província era buscar na imigração européia o remédio para o problema de trabalhador tanto na lavoura cafeeira, quanto na ampliação da população.

Segundo Rocha e Cossetti (1983) nas últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX foi introduzido no Estado um número expressivo de imigrantes europeus, principalmente italianos, que foram conduzidos para a região de montanha, na região central do Estado, sobre a influência da capital.

Em função deste quadro, a organização da estrutura cafeeira nas duas regiões seguiu perfis diferentes. Enquanto no sul predominavam a estrutura da grande propriedade, trabalho compulsório, a monocultura do café na região central montanhosa e na região da capital predominavam o trabalhador livre imigrante, a pequena propriedade de caráter familiar, e a produção de subsistência (milho, feijão, arroz) para alimentação da família do colono. Com a Abolição da escravatura, estas condições foram alteradas, a capital permaneceu com a pequena produção familiar reforçando-a e o sul passou a utilizar o sistema de parceria em detrimento do trabalho escravo.

Essa quebra do marasmo da economia do Espírito Santo com a expansão da economia cafeeira e da entrada dos imigrantes no cenário agrícola regional, trazendo como conseqüência o progresso econômico, transformou a vida social capixaba. Fornecendo as bases necessárias para as atividades econômicas, como o beneficiamento do café, a construção civil, o comércio varejista, ampliando as relações sociais e econômicas da província, criando novas categorias sociais, associadas às elites do café, participando ativamente da vida republicana do Estado, sendo um embrião de uma classe média (Vasconcellos,1995).

Esse quadro criou as condições necessárias para o surgimento de uma nova elite local, muito mais engajada e voltada para o que acontecia no plano nacional e até mesmo em outros países do mundo. As idéias abolicionistas foram a que mais impactaram a intelectualidade capixaba, sendo vários os intelectuais capixabas que aderiram a essa causa. Com a crise do sistema escravagista e a sua desagregação final, o movimento republicano foi ampliado no Estado, com a anuência de vários fazendeiros, que não tinham mais por que defender a vigência do regime monárquico.

Vasconcellos e Pandolfi (2004, p.129) salientam que o plantio no café no Estado criou uma conotação simbólica muito forte, criando uma cultura do café, muito mais forte que apenas a produção ou a comercialização do produto. Ela formou na verdade uma “ [...] nova cultura no Espírito Santo, (...) criando uma nova onda econômica que gerou um modelo de gestão da sociedade fortemente ancorado no republicanismo positivista” .

Ainda segundo o trabalho, a cultura do café imprimiu e produziu no Estado, nas questões política e social, as marcas do coronelismo, mas que paradoxalmente modernizou as relações do processo social. Em termos de gestão pública, os governos de Muniz Freire (1891 e 1894 / 1900 e 1904) e Jerônimo Monteiro (1908 e 1912) chamam a atenção pelas suas visões de futuro.

No entanto, no campo econômico, o Espírito Santo não atingiu a mesma produtividade e eficiência dos mercados de café do Oeste Paulista. Segundo Taunay (1943, p. 315), “ no Espírito Santo não houve o surto de esplendor cafeeiro que tão notáveis proporções tomou na Província do Rio de Janeiro, São Paulo. Foi tudo mais modesto”.

Para Rocha e Cossetti (1983) vários fatores explicariam esse baixo nível da produção cafeeira em terras capixabas, mas algumas questões podem explicar esse impedimento do desenvolvimento neste setor: as relações de escravidão, os altos custos da produção, o baixo nível técnico, os problemas de logística do transporte entre outros são apontados como entraves para o desenvolvimento. Sendo um dos mais importantes a relação capitalista que o Oeste Paulista realizava com a economia cafeeira. Enquanto São Paulo adotava relações de assalariamento, o Espírito Santo mostrava-se incapaz de fazer essa passagem, acabando por adotar, ainda que provisoriamente, as relações de parceria e, posteriormente, produção em pequenas propriedades baseadas na força do trabalho familiar.

Na verdade, a economia no Estado apresentava uma dinâmica própria e específica, decorrente de uma estrutura produtiva e fundiária, predominante na pequena produção familiar. Bastante diferente realmente da produção cafeeira no Oeste Paulista. Nas fases de baixos preços do produto, por exemplo, verifica-se um comportamento diferente nas duas regiões. Essas diferenças se devem a formas de produção diferenciadas.

Os proprietários ligados as atividades não-agrícolas não possuíam influência sobre o sistema político, ou mesmo econômico da região. Os pequenos proprietários e os colonos parceiros, mesmo diante das oscilações do mercado cafeeiro, das crises dos preços, preservavam a plantação do café, pois era a única fonte de recursos. Era a colheita do café que propiciava às famílias a renda necessária para a aquisição de bens de consumo que não eram produzidos nos núcleos coloniais.

Sem dúvida, a cultura do café foi importante para a formação da base econômica regional e do dinamismo do Estado, mas ela não gerou movimentos eficazes, capazes de possibilitar a formação do capital privado, necessário para contribuir na construção dos grandes investimentos necessários para o Estado, principalmente, nos investimentos voltados para o sistema de transporte, o sistema bancário e a formação de indústrias. Esse papel coube no Espírito Santo à iniciativa governamental,

e não à iniciativa privada. O Estado, quando não esteve presente diretamente no financiamento, participou indiretamente no apoio ou na garantia aos investidores privados.

No entanto, essa cultura do café foi responsável por um projeto que foi implantado aos poucos por vários empreendedores tanto no campo político quanto na iniciativa privada, que foi a liga necessária para tirar o Espírito Santo do marasmo e lançar as bases para um desenvolvimento sustentável do Estado, colocando-o no contexto da economia brasileira e globalizada.

A imigração italiana no Espírito Santo

Como relatado anteriormente até meados da década de 50 do século XIX, o Espírito Santo era uma província fracamente povoada, com uma população vivendo numa faixa de terra próxima ao litoral e com um sistema de estradas e de transportes deficiente.

De acordo com Derenzi (1974, p.27) “[...] até meados do século passado, a Província não passou de mera divisão administrativa. Não pesava na balança econômica nacional, não tinha densidade demográfica capaz de eleger ou prestigiar um líder que a fizesse presente na trama administrativa do império”.

E ao contrário do que se pudesse imaginar, a proximidade com a província de Minas Gerais trouxe mais transtornos do que benefícios para o Espírito Santo, resultando num entrave para o desenvolvimento da região. A descoberta do ouro na região das Minas Gerais impediu a expansão da colônia, na medida em que foram impedidas as aberturas de estradas entre os dois territórios, através de decretos promulgados pela metrópole. Somente no século XIX é que essas leis foram revogadas. Assim, a tão sonhada comunicação com Minas Gerais só se realizou em 1816. Essa ausência entre as duas regiões não permitiu o escoamento dos produtos do mercado mineiro através do porto de Vitória, apresentando até a primeira metade do século XIX um estado de penúria.

Apesar de no segundo momento a lavoura cafeeira mudar significativamente a direção dos caminhos da província, o café no território capixaba não teve a grande lavoura como modelo no seu processo fundiário, assim como não gerou uma classe de grandes fazendeiros que fossem expressivos e que se opusessem aos projetos de núcleos de coloniais baseados na pequena propriedade levados a efeito pelo Governo Imperial.

Não há segundo Rocha (2000) durante todo o processo de estabelecimento de imigrantes em solo espírito-santense, qualquer motivo de reivindicação ou de contestação por parte dos grandes fazendeiros. Muito pelo contrário, em relatos pesquisados pela autora em jornais da época, a imigração estrangeira na província é por vezes elogiada pelos representantes da política local. Enquanto no país esse discurso persistiu até o momento da extinção da escravatura, no Espírito Santo ele ultrapassou a questão da falta de trabalhador cativo.

Alguns fatores talvez possam explicar esse fato, mas talvez o mais contundente seja que a lavoura cafeeira na província não necessitasse de trabalhador, pois estava suficientemente abastecida. A imigração interna, principalmente, com a entrada de fluminenses e mineiros na província expliquem o abastecimento de trabalhador escravo. Dessa forma, não houve por parte dos grandes fazendeiros da região sul do Espírito Santo, algo que os sensibilizasse com relação aos indícios da Abolição no país. Como já vinham sendo ensaiadas em outras regiões com São Paulo e Rio de Janeiro. Permanecendo assim até 1887, indiferentes a questão do trabalho livre.

Neste contexto, somente a partir de 1875, começam a ingressar no Estado os imigrantes europeus subsidiados pela política governamental brasileira. Os imigrantes formaram em solos capixabas núcleos coloniais de pequenas extensões de terra, sendo o objetivo maior colonizar e povoar as áreas desabitadas e improdutivas.

O Estado possuía grandes extensões de terra desabitadas, principalmente na região de montanha. Além disso, tínhamos uma carência de trabalhadores devido às leis restritivas a escravidão, e posteriormente, a Abolição, assim como a necessidade de se fomentar uma produção agrícola mais diversificada para a população existente no Estado. A solução então encontrada para resolver o problema foram as colônias de povoamento e o incentivo à imigração. Foram, portanto organizados núcleos coloniais, no início de 50 hectares, com características climáticas mais propícias ao clima europeu e que assegurasse a permanência do colono a terra.

Conforme Franco (1998, p.31)

Em cada lote, o governo se comprometia a fazer uma derrubada de mil braçadas quadradas para a primeira lavoura e um rancho para a habitação provisória. Fornecia ferramentas necessárias a

cada família, de acordo com o número de pessoas capazes de trabalhar na lavoura. Fornecia sementes diversas (...) para a primeira plantação, um casal de porcos, duas galinhas, um galo. Fornecia ainda para alimentação por um espaço de seis meses (...), [assim como] uma diária que era dada mensalmente (...). Em caso de doença ou má qualidade da terra, o pagamento podia ser prolongado por um período maior do que o estipulado. A passagem que o colono recebia quando embarcava da Itália para o Brasil era adiantado pelo Governo Imperial.

É importante frisar que a imigração no Espírito Santo não produziu os mesmos aspectos da economia paulista ou fluminense, com o predomínio de grandes extensões de terra. Assim como, não se especializou na produção do mercado interno, contrariando a tese de que o mercado exportador não seria acessível aos colonos.

Para Rocha (2000) o povoamento do Espírito Santo através da imigração era uma solução para o problema e também uma forma de fomentar melhor desempenho econômico na região, sendo o modelo de pequena propriedade com possibilidade de melhor êxito para ser implantado aqui. Ainda segundo a autora, não há nos relatos dos presidentes e demais autoridades do Estado nenhuma menção à questão da utilização do imigrante na grande propriedade e quando era relatada, a idéia parecia estranha e distante da realidade provincial.

Colbari (1998, p. 134) complementa o pensamento, levantando o fato de que “[...] o fraco dinamismo do setor cafeeiro capixaba teria sido responsável pela possibilidade do ingresso do pequeno proprietário na economia mercantil”, que dessa atividade retirava os recursos para abastecer de bens produzidos fora dos núcleos e para quitar os débitos com o Estado.

No entanto, a grave crise de trabalhadores chega às grandes lavouras cafeeiras da província. Inicialmente os imigrantes foram alocados na região Central do Estado, mas a partir da década de 80 do século XIX, o sul do Estado começa a receber imigrantes na grande lavoura cafeeira em decadência.

A crise propagada pela falta de trabalhador cativo na grande lavoura cafeeira na região sul da província e a falta de sensibilidade dos cafeicultores em perceber o fim da escravidão como fizeram outros cafeicultores de outras províncias trouxeram conseqüências para os fazendeiros. Muitos latifundiários tiveram que repartir as suas terras em pequenos lotes e vender aos colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender a produção a sua firma de comercialização. Essas terras eram vendidas aos colonos a preços módicos e a longos prazos. “ Com frequência cada vez maior os

fazendeiros subdividiavam as suas propriedades em lotes para vendê-los em seguida aos colonos” (Banck, 1998).

Outra forma como salienta Banck (1998, p.99)

[...]era conceder lotes de terra aos colonos, aceitando-os como meeiros, e fizeram também vir outros imigrantes da Itália. Além disso, muitos colonos que tinham suas próprias pequenas propriedades costumavam trabalhar regularmente em fazendas próximas para ganhar dinheiro.

Para muitos colonos isto representou a escola da plantação de café. Foi dessa forma, que os imigrantes aprenderam o cultivo do café e a ganharem mais recursos financeiros. Em contrapartida, as grandes lavouras vivenciavam um momento de rentabilidade cada vez menor, não só devido a questão do trabalhador, mas também, em decorrência do deslocamento da fronteira do café do Rio para o Oeste Paulista.

Atitudes como essas tiveram que ser tomadas pelos fazendeiros, para que os mesmos não perdessem as suas propriedades. Essa forma encontrada por alguns cafeeiros para solucionar o problema do trabalho escravo acabou por deflagrar o desenvolvimento de um novo setor na economia do Espírito Santo, voltado para a via comercial.

O primeiro governo de Muniz Freire (1892-1896) propiciou o início desse novo momento no Estado. Seu projeto fundamentava-se na construção da infra-estrutura necessária a tal intento, planejando a construção de sistemas ferroviários, construção de portos e projeção de bairros para Vitória, a capital do Estado, para que a mesma se tornasse o pólo de escoamento da produção do sul do Estado, que na época escoava toda a sua produção para as praças do Rio de Janeiro.

Para Campos Jr. (1996) o deslocamento do centro de acumulação da produção para o comércio no Espírito Santo, a partir da transição do trabalho compulsório, contribuiu para a difusão da pequena propriedade em solos espírito-santenses.

Mas, mesmo com tantos incentivos, a realização da conquista da terra própria só foi conseguida por alguns descendentes de italianos, na terceira geração, além da série de obstáculos que eles enfrentaram para permanecer nas terras: o suborno dos funcionários do governo, a não fertilidade da terra, o não cumprimento do governo da maioria das promessas ou compromissos firmados com os

imigrantes, sem falar nas cobranças pelos empréstimos tomados pelos imigrantes, que eram extremamente rígidos. A obtenção do título da propriedade só ocorria quando fossem realizados o pagamento total das terras e de todas as dívidas com o governo. Os colonos recebiam a terra para plantar e construir, mas faltavam o material e as ferramentas necessárias para o trabalho nas lavouras (Puppin, 1981).

Banck (1998, p.98-99) relata um episódio dessas promessas:

Ah, meu avô também voltou para a Itália. Mas o fez para aliciar colonos a pedido do governo brasileiro. Voltou com um grupo de imigrantes. Levaram aqui o maior susto, por que ele lhes havia descrito tudo mais bonito. Mas ele se arrependeu, por que lhe deram uma grande surra.

A questão fundiária e os recursos governamentais

Enquanto a região sul da província era ocupada pelas grandes fazendas e com a utilização de trabalho escravo, a região central da província estabeleceu-se nos moldes da pequena produção familiar, com a introdução do trabalho do imigrante, principalmente alemães e italianos. Enquanto, o imigrante que se deslocava para São Paulo iria para trabalhar nas grandes propriedades, no caso do Espírito Santo o imigrante que aqui aportava se deslocava para a pequena propriedade e não para substituir o trabalhador escravo como no restante do país.

As restrições ao tráfico dificultaram o comércio de escravos, elevando os seus preços. Os escravos eram nesse momento moeda importante para a aquisição de novos financiamentos, sendo assim, o fazendeiro que possuísse um maior número de escravos possuía também a vantagem de conseguir um maior volume de financiamento nas instituições bancárias.

Os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Espírito Santo obtiveram o direito de realizar empréstimos bancários tendo o escravo como garantia. Com o Espírito Santo diferente de São Paulo onde o governo possuía apenas 15% das terras devolutas, o governo da província espírito-santense possuía 85% ⁷³ das terras desabitadas, o preço das terras era de baixo valor comercial, o que tornava atrativa a sua ocupação. Sendo assim, especula-se que a entrada da lavoura cafeeira no sul da

⁷³ Ver Almada (1981).

Província do Espírito Santo nos moldes paulistas e fluminenses tenha acontecido devido a esses motivos.

A pesquisa realizada por Almada (1981) demonstra que grande parte dos imigrantes estabelecidos nessa região eram provenientes de Minas e do Rio de Janeiro. “[...] Das 486 pessoas pesquisadas, menos da metade, ou seja, 237 (48,7%), tinham nascido no Espírito Santo, enquanto 199 (41%) eram naturais das províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro”(Almada, 1981, p.33).

As restrições ao mercado escravista então impostas pelo governo brasileiro e até pelo cenário internacional, necessitava de solução para o elemento da garantia dos financiamentos e das hipotecas. Nesse momento, estavam em jogo dois interesses ao mesmo tempo convergentes e conflitantes: de um lado os interesses do setor produtivo (fazendeiros) e do outro o sistema bancário.

Convergentes no sentido de que ambos necessitavam de uma saída para o problema da garantia das hipotecas: com o fim da escravidão o escravo não poderia mais ser contabilizado como moeda nos processos de garantia. Tendo o fazendeiro assim como as instituições bancárias que arranjarão uma nova forma de garantir os empréstimos, já que o negro não servia mais. Mas essa nova forma se conflitava no que cada um entendia por nova garantia. Os bancos propunham que os imigrantes fossem proprietários dos seus lotes, para que a terra ficasse escassa e com isso provocasse elevação no seu preço e, desta forma, tornasse ela o requerido elemento de hipoteca em detrimento ao escravo. Mas, isso não passaria pelo crivo dos fazendeiros, já que colocariam em risco as suas propriedades.

Como de fato não aconteceu da forma esperada pelos bancos, o impasse foi resolvido quando se chegou a conclusão de que o colono deveria primeiro trabalhar nas lavouras antes de se tornar proprietário das terras. Essa proposta agradou tanto aos fazendeiros quanto aos bancos, sendo o governo responsável por potencializar essa empreitada, investindo os seus recursos na política da imigração, subsidiando a vinda dos imigrantes europeus.

Essa política de subsídio do governo na empreitada da imigração, gerando um excedente nas fazendas, produziu a escassez da terra e a conseqüente elevação dos preços, tornando-a elemento de hipoteca requerido pelos bancos.

Para Campos Jr. (1998, p. 164)

[...] a imigração em massa para o país e a difusão da pequena propriedade, haveria maior procura pela terra, e conseqüentemente a formação do mercado imobiliário. Deste modo, a terra ganharia preço, podendo ser aceita pelos bancos como elemento de hipoteca em substituição ao escravo.

O Espírito Santo, na verdade, parece ter reproduzido para o cenário da imigração no Brasil o discurso da política de imigração do país, que tinha o lema das constituições dos núcleos coloniais, com finalidade colonizadora, onde se difundia a questão da pequena propriedade para os imigrantes. Segundo Rocha (2000, p.47) “ [...] não pode ser de todo descartada a idéia de que o Espírito Santo foi a ‘cobaia’ perfeita para a implantação dos planos governamentais no que concerne à política de imigração”.

Ainda segundo a autora, a província vivia um círculo vicioso: população escassa, aliado a um sistema de comunicação precário, não gerador do desenvolvimento econômico necessário. Sem falar que a economia do país se baseava na lavoura de exportação, de grandes extensões de terra, latifúndios de origem escravocrata, que demandavam investimentos vultosos. Sendo assim, nada mais natural que, para o quadro formatado no Espírito Santo, a imigração tivesse aqui apoio na pequena propriedade, encontrando assim, terreno fértil para a sua implantação. O Estado devido às suas condições econômicas e financeiras acabou por se beneficiar dessa política nacional da imigração, já que a região da grande lavoura no Espírito Santo, “não se mostrou suficientemente vigorosa ao ponto de perturbar os planos do governo imperial “(Rocha , 2000, p. 46).

Outro fator que deve ser levantado com a finalidade de esclarecer a questão fundiária no Estado diz respeito ao papel do grande proprietário de terras do sul frente à política de imigração como elucidada Rocha (2000) e é confirmado por Campos Jr. (1996). Conforme os autores, a ausência concreta de interesse do fazendeiro local, perante a política de imigração no Estado e a falta de representantes no cenário político nacional com certa relevância no processo, acabou por levar os mesmos fazendeiros à derrocada. O que se pode analisar para esse período é que os fazendeiros além de não fazerem parte do circuito nacional no âmbito político, também não faziam internamente, não

havendo no Estado a discussão sobre a questão da substituição do escravo pelo imigrante como aconteceu nos grandes centros cafeeiros como São Paulo e Rio de Janeiro.

Almada (1981, p.183) registra esta situação na sua obra:

No Espírito Santo, foi somente após 1886, quando já se desintegrava o sistema escravista, que alguns fazendeiros propuseram-se a introduzir o trabalho de europeus em suas fazendas de café. Antes disso, todos os esforços do governo no estabelecimento de colônias tinham merecido do fazendeiro uma profunda indiferença, já que no Espírito Santo, devido à grande quantidade de terras devolutas, elas não ofereciam qualquer ameaça ao latifúndio escravagista.

Realmente, só se verificou alguma manifestação dos fazendeiros do café, contrário ao tipo de colonização empreendida pelo governo, após a Abolição, quando o governo nomeou uma comissão para dividir lotes coloniais no Rio Preto e Alto Castelo, município de Cachoeiro de Itapemirim. Assim se pronunciou o intelectual, republicano e positivista, Sr. Bernardo Horta:

[...]declarando ser inconveniente à lavoura, o serviço que a dita comissão executaria, já que é fácil prever que o imigrante dará preferência a ficar em sua casa, a roturar o seu terreno, a consagrar-se com afinco ao lote que lhe deu o governo, e não aceitará parceria ou salário em qualquer estabelecimento particular (...) e o atual fazendeiro colonizará a sua propriedade como o vadio, o indolente que só quer o que já está quase feito (Almada, 1981, p.211).

Antes deste protesto segundo Almada (1981), não se encontra nos registros ou documentos históricos qualquer outro no mesmo sentido. A fragilidade da grande lavoura cafeeira no Estado é decorrência desse fato gerador. Sendo minado ora pela política de imigração, ora pelas ações do processo abolicionista, sem que houvesse protestos por parte dos maiores interessados. Essa inexpressividade e o silêncio por parte dos cafeicultores frente às mudanças que se processavam naquele momento no país e no Estado foi a condição importante para os processos e relações de produção da cafeicultura no Estado e responsável por grande parte da configuração da pequena propriedade familiar no Espírito Santo. Consolidando e atraindo outros empreendimentos como a comercialização do café. Surgindo com a venda das fazendas que não conseguiram suportar a crise, um grande número de casas comerciais que vão ser importantes num novo momento da economia capixaba.

Campos Jr. (1996, p.84) conclui afirmando que a política de imigração/colonização “em outras palavras, mostra a ocupação do interior e configura uma forma predominante de produção em pequena propriedade com trabalho familiar, que por sua vez, explicita um outro tipo e estrutura de poder: a dos setores do comércio cafeeiro”.

Racionalidade da cultura italiana

As mulheres ainda adotavam uma segunda função que era cuidar da casa e da família. A elas cabiam o cultivo das hortas, da criação dos animais e dos afazeres domésticos, assim como, a educação dos filhos. O nível de escolaridade passível de ser atingida era o ensino básico, ministrado por professores contratados pelas famílias. As famílias italianas davam grande importância ao ensino, ocupando a educação um lugar de destaque. Assim como era importante a vida religiosa. Quem tinha oportunidade continuava os estudos até a formação superior, mas dentro dos pressupostos do que mais a frente se conceituará como: a racionalidade da cultura italiana.

Apesar da história da imigração no Brasil e especialmente no Espírito Santo ter sido generosa ou não com os imigrantes que para cá vieram, uma coisa é certa: não se pode negar de forma alguma o espírito empreendedor, ativo e arrojado desses italianos. As dificuldades encontradas foram vencidas e superadas com êxito na maioria dos casos. Um dos resultados disso, particularmente, são as empresas no Estado que possuem, em boa parte, a sua gênese na origem familiar italiana. Italianos esses que desbravaram matas, construíram vilarejos, pontes e imprimiram a sua marca, a sua cultura, ou melhor, a sua identidade na sociedade capixaba.

Para Derenzi (1974, p.162)

O homem ambicioso, tenaz, que fosse tangido pelo imperativo da sobrevivência, que tivesse no subconsciente séculos de energia criadora, ambição. Só o imigrante poderia realizar essa empresa, porque ele não representava o nômade, o pária, mas sim o descontente de uma civilização saturada de discórdia. O imigrante sonha e persegue o triunfo. Sabe pagar com abstinência e perseverança o preço da vitória.

No entanto, esse discurso exaltado e carregado de vivências pessoais não pode deixar de mencionar o real propósito da imigração. Colbari (1998) reafirma levantando a tese mais geral a respeito da imigração: que era a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Essa substituição propiciou a criação de um perfil de trabalhador diferente do escravo, com um nível de escolaridade

melhor, de uma etnia branca, com um entendimento de ética para o trabalho bem diferente do encontrado no Brasil até então. Para a imigração, eles representavam um tipo humano disciplinado, com uma cultura de trabalho e organização social *cujo eixo estava na igreja e no grau de parentesco*. Aliás, “[...] a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal” (Colbari, 1998, p.137).

Esse núcleo familiar também se utilizava de vários subterfúgios para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade. O encaminhamento dos filhos e filhas aos seminários, a distribuição racional daqueles que trabalhavam nas lavouras e os que estudavam, os casamentos entre as famílias são exemplos dessas estratégias para a não fragmentação das extensões de terra. Podendo ser entendido como a racionalidade da cultura italiana para a manutenção da propriedade. Já que as famílias eram numerosas era preciso prever uma forma de que não houvesse uma dispersão da propriedade.

Banck (1998, p.104) enfatiza

Como dissemos antes, as vocações religiosas serviram para aliviar a pressão sobre a terra. A escolha de uma carreira religiosa foi só um das estratégias adotadas para esse efeito. Muitos homens deixaram de casar e continuaram morando no sítio com os irmãos e, o que é mais importante, trabalhando ali. O caso das mulheres era em geral diferente. Cada mulher, com exceção das freiras, devia casar-se. Havia também casamentos em que uma jovem esposava o irmão da mulher do seu irmão: trocavam, segundo a expressão local usada para esse tipo de casamentos que neutralizavam a divisão da herança. Além disso, os filhos renunciavam à sua parte a herança se, por casamento ou por alguma outra maneira, vinham a conseguir meios suficientes de subsistência.

Não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreendimento familiar, tendo o seu apoio mais notório no trabalho e na Igreja. O trabalho em torno dos preceitos religiosos era pautado em valores solidários que sobrepujam as pretensões individualistas. A coesão e os investimentos em prol da coletividade são aspectos encontrados na vida comunitária das colônias italianas. Talvez o isolamento e o difícil acesso a outras localidades expliquem um pouco esse fator de coesão social. No entanto, em nenhum momento pode-se mencionar que a configuração dessas comunidades fossem fechadas ou mesmo excludentes. Isso pode ser esclarecido até pelo comportamento do povo italiano. Em parte, esse isolamento foi importante para reforçar a solidariedade e ajuda mútua no interior das famílias e minimizar outras forças que pudessem desagregá-las.

O forte apego à religião é o outro pilar de sustentação entre os imigrantes. A Igreja era o epicentro dos núcleos coloniais, representado pelo padre, que além de zelar pelos preceitos religiosos, também era a figura que intermediava com o mundo exterior, sendo o porta-voz dele, trazendo notícias, informações e até novas técnicas agrícolas para os núcleos. A religiosidade entre esses descendentes não era apenas uma forma de grande fervor religioso, mas sim, a mantenedora da coesão social, da convivência num ambiente desconhecido e hostil. A religião era, na verdade, a reafirmação da preservação cultural como forma de estimular a resistência e a solidariedade do grupo (Banck, 1998; Derenzi, 1974).

Para Colbari (1998, p.139) a “ [...] religião era o centro de valores morais que irradiava para a comunidade o ideal de disciplina, moralidade e ajuda mútua”. Criando, portanto, um *ethos* cultural bem diferente do encontrado no Brasil, ou melhor, do legado deixado pelos portugueses no tempo colonial.

A despeito de qualquer desdobramento que essa descendência gerou ou ainda gera para o Estado, o que fica claro é que a imigração italiana imprimiu a sua cultura na sociedade capixaba, contribuindo de forma marcante no mercado de trabalho exigido então pelo sistema capitalista em voga com a sua racionalidade, ética do trabalho, quanto do povoamento das terras desabitadas do Estado do Espírito Santo.

Conforme Colbari (1998, p.140)

essa mesma racionalidade foi responsável pelo processo de mobilidade social que marcou a trajetória dos imigrantes italianos e deixou marcas profundas na definição de aspectos socioculturais indispensáveis à configuração de um tipo de organização econômica que integrou a economia da região no circuito nacional.

É inegável que a imigração italiana imprimiu no imaginário coletivo, uma representação simbólica, que segundo Pierre Bourdieu (2003) também é parte da realidade. A figura do imigrante trabalhador e empreendedor sendo decisivo para o processo de formação do trabalho livre no Brasil.

Dito isso, o que é realmente real ou faz parte do mundo metafórico dos relatos dos descendentes ou de diversos autores a respeito da imigração italiana? É que todo esse processo gerado e que aqui nos

interessa para o universo do trabalho e principalmente para a compreensão do mundo do trabalho que é o corte deste estudo, diz respeito ao *ethos* da ética do trabalho italiano. Essa ética para o trabalho criou no Brasil uma outra concepção de família, do mundo que o lusitano criou, com uma nova forma na sua relação com o trabalho e que vai a posteriori gerar um tipo de organização (familiar) não mais baseada na violência, na força, mas baseada em uma forma de gerenciamento mais moderno. A imigração italiana no Espírito Santo possibilitou o surgimento de um gerenciamento diferenciado nas empresas familiares aqui instaladas.

O núcleo Antônio Prado: a futura cidade de Colatina

O que transcreveremos abaixo trata-se do primeiro documento oficial sobre a criação dos núcleos Senador Prado e Acioli de Vasconcelos:

Acham-se fundados em uma área de 180 km² dos terrenos devolutos discriminados pela Comissão de Santa Leopoldina em 1887.

A sede do primeiro está estabelecida no ponto de confluência do rio Mutum com o rio Santa Maria, afluente do fertilíssimo rio Doce. Dista a sede 20 km do rio Doce e acham-se no núcleo já estabelecidos mais de 500 imigrantes italianos chegados durante o ano próximo findo (1888).

O segundo tem a sede no lugar denominado de Pau Gigante, à margem esquerda do rio do mesmo nome, afluente do rio Doce. Dista a sede 30 quilômetros da margem direita do rio Doce. Notável pela majestade de suas florestas.

Conta atualmente uma população de 350 almas, sendo imigrantes italianos ali chegados em 26 de dezembro de (1888) e 4 de janeiro corrente (1889).

Os terrenos em que estão fundados estes núcleos são de admirável propriedade para as culturas de café, cana e cereais. Serão tais núcleos em breve a solução do importantíssimo problema da colonização do rio Doce, já que muitas vezes tentada pelo insucesso e de que muito se ocuparam em tempos passados os altos poderes de Estado.

Os nomes que receberam os núcleos exprimem devida homenagem a ilustres propugnadores do progresso do país que com a colonização dão utilidade a imensas riquezas representadas pelos seus vastíssimos terrenos devolutos em matas virgens até aqui figurando na História como tesouros de avaro.

O estado sanitário dos imigrantes estabelecidos é o melhor a desejar.

Convém dotar as sedes com os edifícios necessários a administração e culto.

Assinado: o inspector interino Joaquim Adolpho Pinto Pacca, 28 de Janeiro de 1889⁷⁴.

⁷⁴

Arquivo Público Estadual – ES, livro 47, da 2^o série da Agricultura.

Como relata o próprio documento, o núcleo Senador Prado, depois como ficou conhecido, como núcleo de Antônio Prado, foi fundado em 1888, por imigrantes italianos. Os nomes homenageados, no caso de Senador Prado se remete a homenagem a Antônio da Silva Prado, conselheiro do Império, político e homem de empresas. Antônio Prado ocupou importantes cargos, tanto no Império quanto na República. Tendo sido também senador, justamente quando estavam sendo realizados os trabalhos para fundação do núcleo, daí o nome inicialmente de Senador Prado ao núcleo.

São considerados os primeiros fundadores desse núcleo os imigrantes italianos que chegaram a esta Capital, a bordo do vapor “Adria”, em 27 de setembro de 1888, bem como os chegados em 24 de setembro desse mesmo ano de 1888 e final de fevereiro de 1889, também a bordo do citado vapor. Sendo o itinerário deles até o núcleo. Seguiam desta Capital até o Porto do Cachoeiro através do rio Santa Maria da Vitória, em canoas; depois, prosseguiam até a sede do núcleo (Mutum), atual Boapaba, passando por Santa Tereza, Santo Antônio dos Polacos, Barracão de Petrópolis e São Roque (Ribeiro, 1996).

Esse trajeto descrito pelo autor vai de encontro ao formulado por Novaes (1979, p.99-100) que descreve a seguinte trajetória:

Chegados a Vitória, ficaram os viajantes na Hospedaria da Pedra D`água. Depois, em canoas, os do Rio Doce eram transportados até o Porto de Santa Leopoldina. Daí seguiam até a concentração na Barra do Mutum (Boapaba), onde o chefe da colonização, Dr. Gabriel Emílio da Costa, distribuía os lotes do núcleo colonial de Antônio Prado.

A jornada era pior que se podia imaginar. No Porto do Cachoeiro, recebiam punhados de roscas para a sua alimentação. Somente roscas! Iam daí, através de picadas, até Santa Teresa; desciam o rio Perdido até o Santa Maria do rio Doce, passando por São Roque, em busca do ponto terminal dessa via dolorosa: a barra do Rio Mutum!

Como podemos notar, o texto da autora possui alguns elementos históricos discutíveis. O primeiro diz respeito a Hospedaria: ela ainda não havia sido construída nessa época, mas em 1889, por determinação do presidente da Província, Dr. Henrique de Athayde Lobo Moscoso⁷⁵. Assim como os imigrantes não foram recebidos pelo sr. Costa, mas pelo sr. Jacintho Adolpho de Aguiar Pantoja, sendo o Sr. Costa, dirigente da Comissão de Terras e Colonização só a partir de 1890, quando a sede se muda para Linhares. Além do itinerário realizado por eles está mais próximo ao que Ribeiro (1996), destaca acima.

⁷⁵ Relatório da Diretoria Central de Terras e Colonização, 1896, Biblioteca Pública Estadual-ES.

O nome Vila de Colatina apareceu pela primeira vez em meados de 1893, nos editais de concessão de lotes para construção de casas na referida vila, e no relatório da Diretoria Central de Terras e Colonização, referente ao exercício desse mesmo ano de 1893, assinado pelo Engenheiro Gabriel Emílio da Costa dirigido ao Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, presidente do Estado, sendo o nome do lugar uma homenagem a esposa do então presidente, D. Colatina (Ribeiro, 1996).

Segundo Ribeiro (1996, p. 71)

Não obstante todas essas medidas, o desenvolvimento de Colatina só veio a acentuar-se depois da inauguração, no lugar, da estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1906, da criação da Companhia Territorial, em 1923, e da inauguração da ponte sobre o Rio Doce, em 1928.

Um pouco da nova economia colatinense

Com a crise do café e o início do processo de industrialização, novas atividades econômicas surgiram no município. Elas são as bases do que poderíamos chamar da nova economia colatinense.

Dentre essas novas atividades produtivas, além do setor de vestuário, destacam-se:

1. O beneficiamento de produtos da pecuária leiteira e de corte.
2. Atividades industriais e de serviços ligadas ao setor metalmeccânico.
3. O setor moveleiro, sobretudo aquele formado de móveis feitos sob encomenda.

O Arranjo Produtivo do Vestuário não se originou do excedente vindo diretamente da acumulação do comércio do café, até porque as relações econômicas não se dão de forma tão mecânica. Mas não há dúvida de que se favoreceu do capital construído durante o grande período da dinâmica cafeeira. Capital físico e capital intangível, ambos muito importantes na lógica produtiva que acabou sendo um sucesso no município. Os traços históricos do passado certamente influenciaram decisivamente em sua construção do presente.

Na virada do século XXI, o Arranjo Produtivo de Colatina abriga a atividade industrial mais importante do município, com empresas alcançando o mercado internacional, a exemplo da Lei

Básica (nome fantasia) que já exporta para países como Estados Unidos, Espanha e Austrália e a Guermar que também exporta para os Estados Unidos, além de terem todas fortes taxas de participação no mercado interno brasileiro.

Não apenas em Colatina, deve-se registrar, o fenômeno se deu. A história do setor em todo o Espírito Santo registra fatos bastante parecidos. A indústria de confecções capixaba passou a ganhar destaque na economia estadual a partir da década de 1970, quando houve uma intensificação do processo industrial, com uma diversificação maior da estrutura produtiva, simultânea a um rápido processo de urbanização. Mas, Colatina destaca-se pela dinâmica de suas empresas, pelas habilidades gerenciais desenvolvidas e pela apropriação de um capital social historicamente construído, fonte segura de uma nova cultura política e da renovação importante de suas elites políticas.

Mas, muitas dificuldades também são narradas pelos que estudam ou vivenciaram o processo. Sobretudo no início, a indústria se ressentiu de uma alternativa satisfatória de financiamento para suportar suas expansões e para capital de giro para viabilizar níveis adequados de produção, criando mesmo um impedimento para um maior desenvolvimento da indústria de confecção daquele período, obstáculo vencido pelo caráter empreendedor do empresariado local.

A partir da abertura econômica nos anos 1990, a indústria de confecções de todo o Estado, mas, sobretudo a de Vila Velha e Colatina, passou a investir no desenvolvimento tecnológico do setor, com a aquisição de máquinas modernas, com aprimoramento da qualidade dos processos e a busca de novos mercados para comercialização. Assim, o impacto positivo da abertura econômica do início dos anos 1990 gerou novas oportunidades. Na verdade, os chamados Arranjos Produtivos Locais capixabas só deslancharam mesmo com a abertura que lhes permitiu liberdade para importar e condições de renovar a tecnologia e o capital instalado, além de ampliar de forma extraordinária o mercado comprador.

Atualmente esses dois centros se destacam como líderes do setor de confecções no Espírito Santo. O processo produtivo da indústria do vestuário em Colatina se dá de forma plena, enquanto o número de empresas localizadas no pólo da Glória, em Vila Velha, por exemplo, se configura de forma mais geral como ligadas ao comércio, apesar de seu registro na Junta Comercial do Estado figurar como indústria. Elas compram muita mercadoria que vendem de outras cidades ou mesmo de outros Estados, tendo ainda uma clientela de menor poder aquisitivo, ou mesmo disposta gastar

menos em suas aquisições (Campos Jr., 2004).

Em relação à escolaridade, o setor de confecções se caracteriza historicamente por uma mão-de-obra com pouca qualificação e escolaridade. Porém, este fato aparece com mais ênfase no município de Colatina. Segundo os dados do Ministério do Trabalho de 2001, o município apresenta, dentre aqueles que possuem carteira assinada, 18,4% da população com segundo grau, valor menor que a média estadual que se encontra em 22,6% e bem abaixo do município de Vila Velha que conta com 28,2%. Em relação às pessoas que possuem o primeiro grau, Colatina está bem próxima da média estadual com 27,5% e 27,7% respectivamente. Essa defasagem no nível educacional dos empregados do setor em Colatina, principalmente em relação à Vila Velha, ocorre devido à disponibilidade de uma mão-de-obra mais qualificada na região de Vila Velha e da Grande Vitória do que em Colatina.

Quanto aos aspectos de integração industrial e de serviços das empresas que compõem o Arranjo Produtivo do Vestuário de Colatina, observa-se a existência de empresas produtoras de artigos de vestuário, prestadoras de serviços de lavanderia, prestadoras de serviço de limpeza de roupa, prestadoras de serviço de facção e por prestadoras de serviços de estampanaria e de serigrafia. Atuam ainda nessa fase da indústria, trabalhando informalmente, prestadores de serviço que fazem o corte de tecido, bordadeiras e estilistas. Em muitos aspectos essas empresas e empresários constituem aquilo que vem sendo chamado de economia solidária, que é justamente um dos aspectos mais importantes da construção do capital intangível.

CAPÍTULO 4

OS INDÍCIOS PARA UMA REFLEXÃO DO CAMPO EMPRESARIAL EM COLATINA

Aspectos históricos

Em primeiro lugar, é preciso considerar que as falas dos entrevistados são sempre carregadas de vivências pessoais, de enaltecimento dos fatos desbravadores dos seus descendentes, o que de certa forma é natural, para aqueles que vivenciaram ou ouviram grandes feitos. Os fatos ficam maiores e mais empolgantes por parte de quem conta, principalmente quando a família conseguiu, apesar de todas as questões contrárias, progredir, tornando-se empresários, ou famílias abastadas no município.

Esse enaltecimento tem uma ligação também com a propagação do objeto, pesquisado e debatido ultimamente. A italianidade (Zanini, 1999) parece ter revivido entre esses descendentes. Fatos, histórias, passagens engraçadas e anedotas são contadas e recontadas pelos mais velhos como forma de não cair no esquecimento e ser repassado às futuras gerações. As comemorações do Centenário da Imigração Italiana acontecidas Brasil a fora, foi um dos momentos em que muitos dos descendentes desses imigrantes voltaram-se para um movimento em prol de uma nova vivência da identidade étnica, criando associações e *Circolos* com o objetivo claro de reviver essa italianidade. Sendo esta fonte de sentimento e pertencimento, um vínculo identitário forte que abarca sangue e valores, como por exemplo, família, trabalho e religião. Um atributo construtor de uma identidade vivida como positiva, a de ítalo-brasileiros (Zanini, 1999). Nesse sentido, contar fatos heróicos e mostrar as dificuldades por que passaram esses italianos são questões que ganham destaque na fala dos entrevistados.

A “bisa” contava que para sobreviver, além da atividade na lavoura, seus pais aceitavam qualquer tipo de trabalho. Era tudo feito no braço, picaretas, enxadas, pás, couro de boi para puxar terra e poucos animais e carroças (E3)⁷⁶.

⁷⁶

Os E significam abreviatura de entrevistados. Ou seja, E3 significa o terceiro entrevistado.

Como se sabe homens, mulheres e crianças acima de 10 anos, todos participavam de derrubada de matas, de roçadas, plantios, tratos culturais e colheita, empunhando machado, foices, enxadas. Era habitual minha avó e avô amanhecerem cedo e anoitecerem na roça. Após o jantar à noite, em casa, ainda debulhavam milho, feijão, aguavam hortas e preparavam alimentos, tudo coroado com a reza coletiva (E8).

Levantamos cedo, tudo bem, que eu era muito criança, mas nunca fui poupada por isso, quando tinha 10 anos, já trabalhava na lavoura de café, aliás lá em casa todos trabalhavam (E19).

Tem uma piada que contam a respeito dos imigrantes muito engraçada e que te ajuda a entender a questão do trabalho. Após a penosa jornada diária ao regressarem à casa, já à noite, enquanto o homem procurava alguma coisa para comer, na cozinha, algum pedaço de polenta para comer, a mulher no quarto ao lado, desanimada, ajeitando-se para o banho de assento na bacia de água morna, gritava lá de dentro.

- Bepe, la voto?⁷⁷

- No, no. Clareta mia. Son stanco me.

- Oh! Lora lavo solque le gambe (E3).

Os relatos que enaltecem os imigrantes são vários, desde aspectos relacionados à alimentação, trabalho, habitação, os feitos das *mamas* italianas sempre como sendo mulheres fortes e determinadas são questões trazidas à tona nas falas dos entrevistados (Banck, 1998).

No início, o problema da habitação era uma questão delicada. Os que já estavam na região procuravam ajudar os outros. Oferecendo abrigo, cedendo ou vendendo material e formando mutirões para construir casas e barracões cobertos de tabuinha ou palha (E5).

A alimentação no início foi um problema para os meus avós. Mas depois as hortaliças eram fartas, o milho, feijão, a batata, a mandioca, as frutas, a abundância de galinha, ovos, sobretudo carne de porco, símbolo de fartura, de carne fresca, salgada ou na banha, com seus miúdos, suas costelas, seu torresmo, sua lingüiça, chouriço ou toucinho que duravam dias. Caça também fazia parte do cardápio alimentar, pois viviam perto de matas quase virgens e nenhum imigrante dispensava a espingarda (E2).

O que era natural entre eles [os imigrantes] era regra milenar de homens mais velhos casarem com mulheres mais novas, como uma forma voluntária e natural de submissão (E10).

Era comum entre as mulheres serem corajosas, e que não pensavam duas vezes ante a necessidade de sair a qualquer hora da noite para quintais e terreiros, a fim de impedir ataques de bichos famintos a galinheiros e chiqueiros. Minha avó apreciava pouco o serviço caseiro e de cozinha, mas em compensação gostava de visitar doentes e dar-lhes tratamento e foi parteira prática por vários anos, atendendo a numerosos partos, e aplicava uma crendice aqui adquirida, para facilitar o trabalho de parto. Isto é, mandava o marido da parturiente ir a uma casa vizinha e ali rezar uma Salve Rainha até nos mostrai, então, a criança se mostrava logo, diziam (E9).

Os feitos continuam nos tipos de costumes como namoros, casamentos, superstições, os tipos de remédios utilizados, os trabalhos comunitários (paióis, construção de escolas, etc), e outros tipos de atividades desenvolvidas por eles que iam além da agricultura (Campos Jr., 1996).

⁷⁷ Tradução livre: Bepe, você vai querer hoje? – Não, não, Clareta querida. Estou morto de cansado. – Oh! Bepe. Então vou lavar os pés.

O namoro se desenvolvia dentro dos usos e costumes dos italianos: não havia intimidades; é claro que vários pretextos eram inventados. Nesse sentido, é importante notar que entre os italianos sexo era assunto intocável. Não havia a mínima preparação entre os jovens, e eles assumiam o estado conjugal guiados pelas leis naturais. Mas o êxito e a estabilidade entre as famílias eram quase totais (E12).

Para as doenças conheciam remédios, ou melhor, medicamentos práticos da flora, que eles conheciam e outros que foram incorporados aqui, como por exemplo, chá de folha de laranjeira – para gripe, chá de casca de romã – para inflamação na garganta, chá de pereirinha – para febre, chá de arrebenta pedra – como diurético, chá de cidreira – como calmante (E4).

Minha vó me contou uma vez que havia uma tradição entre as mulheres que casavam, que a noiva devia dar uma volta completa em torno da casa da sogra, com uma vassoura, significando submissão ao esposo e em sinal de que nunca abandonaria o lar (E11).

Não só o meu bisavô, mas vários outros como ele, dedicavam-se a agricultura, mas trabalhava também como pedreiro, carpinteiro e na fabricação artesanal de rédeas e outros acessórios para arreios de animais, com couro de boi que abatiam para alimentação (E7).

As construções de casas, paióis, terreiros e cercas eram feitos na comunidade com a presença de vários imigrantes (E5).

Colatina também aparece nas falas dos entrevistados, todos residentes na região, no que tange às questões de povoamento do espaço territorial e o seu sistema de transporte importante para o desenvolvimento da região. Assim, a travessia do Rio Doce e a inexistência de caminhos foram os principais entraves para a marcha colonizadora rumo ao Norte do Estado. O estabelecimento de vias de transporte que viabilizassem o escoamento da produção era essencial para assegurar a integração de grandes extensões de terras cobertas por florestas ao sistema de produção do Estado.

Segundo Ribeiro (1996), a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1906, foi o primeiro marco da transformação da região de Colatina em importante entreposto comercial e centro irradiador da expansão populacional a partir da margem norte do rio Doce. A cidade se transformaria em parada para os passageiros e isto, se somado ao intenso movimento de tropas cargueiras, estimularia o crescimento do comércio.

Em 1907, Colatina tornou-sede do município de Linhares. Com a criação da Companhia Territorial, entre 1920 e 1924, era incrementada a venda de terras na região, dando início a uma nova frente de colonização (Ribeiro, 1996).

O movimento pioneiro rumo ao Norte se intensificou a partir de 1928, com a construção da ponte de Florentino Ávidos sobre o rio Doce, em Colatina. Até então, a comunicação entre a margem sul e

a margem norte era realizada através de um sistema improvisado, ou seja, uma balsa deslizava de uma margem a outra sustentada por um cabo de aço. A ponte de Florentino Ávidos, inicialmente coberta por pranchões de madeira, e mais tarde por concreto, passaria a drenar o fluxo de pedestres e posteriormente a circulação rodoviária.

A estrada de ferro e a ponte constituíram a infra-estrutura básica que assegurou a Colatina a posição de cidade-entreponto, possibilitando a intensificação do aproveitamento e comercialização da madeira e facilitando o escoamento de toda a produção que desenvolvia rio acima (Ribeiro, 1996).

Por outro lado, ainda que os preços do café fossem pouco favoráveis à expansão da produção – em decorrência da crise de 1929 – a cafeicultura continuava sendo o principal fator que impulsionava a ocupação do norte do rio Doce, onde, aos poucos, foram surgindo novas colônias agrícolas e pequenas vilas e povoados.

Bom o que eu sei sobre esses fatos é que depois da crise do café, que se iniciou em 1930, no Espírito Santo qualquer lugar era renda escassa para levar a vida, sempre apertada pela pouca circulação de dinheiro. Foi época de mudanças. Em geral, se comprava áreas grandes terras aqui no Norte, onde as terras eram requeridas ao governo e custavam pouco. As terras no Norte eram fartas, abundantes, planas, quentes e propícias às pastagens e criação de gado, para contrabalançar com o que não dava o café, devido a crise (E20).

Assim, quando os meus avós compraram terra, foi com muito orgulho que ele entregou sua contribuição para o seu irmão, para efetivar a compra do negócio, isto é, o dinheirinho que amealhou anos a fio, com este propósito (E11).

Dinheiro era pouco, mas um pouco de dinheiro e fartura só existia na época da colheita do café, isso se o preço fosse bom; caso contrário, caía pingadinho. Tudo o que se ganhava era aplicado na compra de mais um pedaço de terra para ampliar a área de cultivo e para garantir o dinheiro de herança da numerosa família (E20).

O calor na região era um problema para os meus parentes, pois não estavam habituados a temperaturas altas, além disso não tinham roupa apropriada, já que o que tinham na mala eram roupas de lã tecida por eles mesmos (E1).

O papel da Igreja

Nas falas dos entrevistados há um fato que é recorrente: a presença marcante da Igreja junto a esses colonos ítalo-brasileiros. Uma presença viva e constante, que tinha um papel importante da vida desses imigrantes, ser o elemento de coesão, de transmissão de valores.

Mas do que um espaço físico para as reuniões, ou até mesmo para o funcionamento das escolas, as igrejas, com a presença do padre, era um espaço onde eram ensinadas as questões relativas à convivência harmoniosa, de confiança, de reciprocidade, o fazer o bem, geralmente em regiões de muitas dificuldades de transporte, de trabalho duro nas lavouras. A presença do padre parecia ajudar a atenuar os desconfortos e a vida difícil que os imigrantes levavam. Sendo o lugar de encontro mais importante para esses ítalo-brasileiros, sendo importante para eles o papel que a igreja desempenhava como instituição social. Foi ela quem garantiu a coesão tão necessária num ambiente novo, desconhecido e hostil. Era, na verdade, o centro dos valores morais e mantinha viva a tendência da ajuda mútua. Mas o que queremos apresentar diz respeito ao elemento que parece ser o papel do clero para com os imigrantes, colocar nas mentes desses imigrantes uma relação com o trabalho diferenciada, e o desenvolvimento de uma ética para o trabalho.

Bom! É de extrema importância lembrar que todos esses elementos que disse conservava os principais hábitos e costumes dessa italianada, a que se destacava era a prática da religião católica. Nesse sentido, os imigrantes, como o meu avô, exerciam a função de fabriqueiro, tesoureiro da igreja, cabendo a todos zelar pelo templo e organizar festas da igreja e da comunidade (E12).

O que os imigrantes nunca dispensaram eram as missas e as rezas (E6).

Era costume, falava a nona, que na igreja os homens sentavam-se numa ala dos bancos e as mulheres na outra. Não se misturavam. As cerimônias religiosas eram seguidas com muito respeito e ninguém ousava interrompê-las ou perturbá-las (E4).

Para Almeida (2002) o imigrante italiano foi instrumentalizado pelo catolicismo romano, numa tentativa por parte da Igreja de influenciar na política imigratória, devido ao que seria natural para o Estado moderno a separação entre Igreja e o Estado Brasileiro. “Na tentativa de estabelecer os critérios para a arregimentação de trabalhadores, o catolicismo romanizado estimulou a elaboração de pastorais voltadas para o enquadramento do imigrante, tendo em vista o seu projeto religioso e político” (Almeida, 2002, p. 2).

É impressionante como a figura do padre estava presente em todas as situações da comunidade, participando da separação das brigas, nas rixas de família, no almoço de domingo, em tantas situações (E19).

Não só o padre, mas a religião católica em si, ela estava presente na maneira de ser, de agir, de pensar, de reagir desses imigrantes (E19).

A tese de Almeida (2002) era a mesma defendida por Colbari (1998) com relação ao imigrante ideal para a Igreja Católica. Ou seja, uma pessoa comprometida com os laços culturais e religiosos, sendo essa a imagem idealizada pelo clero. Tendo este que ser portador das marcas da resignação, tendo a Igreja o papel de moldá-los. Mas o que a Igreja buscava eram indivíduos obedientes.

Conforme Almeida (2002, p.2)

O catolicismo buscava forjar, sob seus auspícios, a unidade cultural e religiosa do País. O papel do padre era que este ressaltasse as obrigações morais dos indivíduos, para o seu dever de obediência, de humildade, de docilidade e resignação, aceitando sua situação como desígnio divino, uma vez que a ordem social era por ele estabelecida.

O fato é que além das prerrogativas políticas e econômicas em relação à política da imigração, o objetivo da Igreja romana era enquadrar os colonos italianos na doutrina regida pela Igreja Católica.

É também importante ressaltar alguns rigores seguidos pelos imigrantes pela fé católica. Pregavam abstinência na quaresma e na Semana Santa, dormindo em quartos separados. Já o carnaval era uma invenção diabólica para os colonos mais puritanos (E8).

Vovó nos contou uma vez que era muito comum rezarem todos na casa antes de irem para cama, isso sempre acontecia, era um costume muito importante (E10).

A igreja também já serviu como estabelecimento de ensino, nós já estudamos na igreja, por que não tinha escola, nem lugar para estudarmos. Mas não apenas dessa forma, tinha um papel de unir, de evangelizar, me parece, não sei se estou enganada, mas uma forma também de catequizar, não catequizar como os jesuítas, mas uma catequização para a vida, em família e principalmente voltada para o trabalho (E9).

O núcleo familiar como patrimônio

Segundo Zanini (2004) a família para esses descendentes de italianos é um elemento compreendido como um patrimônio, numa perspectiva que procura valorizar o sangue e a etnia. Para Zanini (2004, p. 57) “a família se torna patrimônio simbólico que agrega valor a seus membros. Portanto, ser membro de determinada família, ter origem italiana e compartilhar de um itinerário de sucesso valoriza positivamente a identidade do descendente”. Para a autora, esse patrimônio interage no mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 2003) no qual a questão da etnia, como num campo (Bourdieu, 2003) representa busca por capacidade, aptidão e na capacidade de influenciar, na capacidade superiora. Nesse sentido, os descendentes são os herdeiros e portadores da saga do imigrante e do histórico particular dos seus antepassados (Zanini, 2004).

Vovô era um homem fortíssimo, viajava 4 horas a pé, com um saco de milho às costas, até o moinho mais próximo e voltava carregando o fubá. Sua disposição era incomum para o trabalho. Também derrubava mata, trabalho do qual não tinha muita prática, foi atingido por uma árvore que caía. Mas mesmo assim, levantou-se e, com auxílio de outros companheiros, foi caminhando para casa, onde faleceu horas mais tarde, sem qualquer assistência médica (E1).

Bom todo serviço da lavoura, era obra da família; quase não havia meeiros ou empregados. Os serviços da roça mais pesados, ficavam a cargo dos homens e os serviços rotineiros de colheita, por conta das mulheres (E19).

Meu avô tinha uma enorme disposição para o trabalho, pois a disposição dele era enorme, sentia a necessidade de se firmar em definitivo na nova pátria e ter a sua independência econômica (E6).

Uma frase muito comum entre eles: leva su, tosat. Le hora ornai delavora. Demovia, tosat, bisogna lavorar se vole impelir a panza. Tosat, demo dessur le rezar e dopo engastar la piava⁷⁸ (E7).

A colonização foi um empreendimento familiar (Colbari, 1998). Não se pode desconsiderar a imigração italiana também como um empreendimento familiar, tendo o seu apoio mais notório no trabalho e na Igreja. Esse núcleo familiar também se utilizava de vários subterfúgios para aliviar a pressão sobre a terra e preservar intacta a propriedade. O encaminhamento dos filhos e filhas aos seminários, a distribuição racional daqueles que trabalhavam nas lavouras e os que estudavam. Os casamentos entre as famílias são exemplos dessas estratégias para o não fragmentação das extensões de terra. Podendo ser entendido como a racionalidade da cultura italiana (Banck, 1998) para a manutenção da propriedade, já que as famílias eram numerosas. Era preciso prever uma forma de que não houvesse uma dispersão da propriedade. Além disso, o nível de escolaridade possível de se atingir era o básico. Muitas vezes as aulas ministradas por professores contratados pelas famílias.

Eram os professores particulares contratados por eles (os imigrantes) que resolviam a educação das crianças, já que o sistema educacional no município era insuficiente e de difícil acesso (E13).

A minha cunhada que tinha formação de professora, foi contratada pelo meu pai para ser a professora das crianças. Os meus pais junto com os meus tios se juntaram para ter dinheiro para construção de uma escola que pudesse ter acesso meus familiares, mas também outras pessoas (E14).

Mas o comum era contratar alguém para dar conta da educação das crianças, as crianças tinham até certo ponto educação básica, por que daí para diante era muito difícil ter acesso a uma melhor educação (E15).

Quando me casei só levei os presentes do casamento e uma máquina de costurar da minha mãe, as mulheres não tinham direito a herança. Só os homens (E20).

Meu tio foi para o convento era o do meio, pois o mais velho que ficou com as terras, era assim e ninguém discutia (E6).

⁷⁸

Tradução livre: Levanta filho. Já é hora de trabalhar. Vamos filho, é preciso trabalhar para encher a pança. Crianças vamos rezar o terço e depois debulhar o milho.....

Para a imigração, eles representavam um tipo humano disciplinado, com uma cultura de trabalho e organização social *cujo eixo estava na Igreja e no grau de parentesco*. Aliás, “[...] a família era tanto uma unidade de produção quanto de reprodução: era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal” (Colbari, 1998, p.137).

Essa forma de sociabilização, ou seja, aqueles que se associam em grupo, constituíram a realidade dos imigrantes, e estava estruturada a partir da vida familiar, sendo este o núcleo que provocou o desatar dos motivos ou causas para enfrentar as adversidades das condições físicas e sociais da região estudada e para manter o grupo unido e coeso, nessa vivência comunitária.

A família enquanto uma espécie de cooperativa é um importante elemento a ser considerado, pois ele é importante para se compreender a estrutura das empresas hoje no Espírito Santo e particularmente em Colatina. Por que estamos nos referindo à cooperativa? Porque unia geralmente uma mesma família, os Guerra, por exemplo. O patriarca geralmente tinha vários filhos, 12, por exemplo, que geravam outras famílias também numerosas. Estamos aí falando num total de 70 pessoas entre genros, noras, filhos, netos. Um contingente representativo de pessoas. Nesse sentido, era preciso alimentá-los, educá-los. Para tanto era preciso ter certa organização interna de quem cuidava do que. Geralmente, as famílias mais abastadas tinham vários tipos de atividades, comércio, plantação de café, plantação de frutas e cereais, criação de bois e porcos, entre outros fatores. Ou até mesmo, as famílias menos abastadas que tinham apenas uma atividade econômica necessitavam de um tipo de organização para que a produção pudesse ser suficiente para alimentar e vestir a todos.

É importante salientar que no Espírito Santo pouquíssimos foram aqueles imigrantes que foram meeiros, ou trabalhadores assalariados. A literatura sobre o tema relaciona que os imigrantes receberam pequenas propriedades e delas viviam (Campos Jr., 1996).

Nessa perspectiva, todos tinham uma função bem clara dentro da família, cada um possuía uma tarefa a ser desenvolvida, sendo geralmente o patriarca o que gerenciava a todos. A participação das mulheres nas lavouras acontecia na colheita basicamente, porque cabia aos homens, o trabalho que

necessitava de força física. Este papel estava relacionado geralmente às famílias de menor poder aquisitivo, já que as mulheres de uma família mais abastada eram donas de casa, e cuidavam da educação dos filhos e dos afazeres domésticos; não é que as outras não tinham esse tipo de papel, só que para aquelas a jornada era dupla.

Um caso contado por um entrevistado elucida o tipo de organização familiar que estamos fazendo referência, a da família enquanto cooperativa ou a família-cooperativa. Exemplos não faltam, desde a construção de escolas, barracões, ou até mesmo, quando a roça não possibilitava mais a continuação dos estudos das crianças. Dessa forma, entrava em cena a forma como lidavam com a situação, para saber quem, o quê, como fazer na nova situação que se configurava. O processo sempre acontecia dentro da família e convocando a todos para o consenso e repartição de tarefas dentro do grupo.

Bom quando acabamos acho a quarta série, estou transformando para hoje para você entender melhor, porque antes não se chamava assim. Meus parentes se reuniram e decidiram que meu pai tinha que abrir um comércio na cidade, porque era preciso dar acesso a educação às crianças, continuar a estudar. Bom assim aconteceu, meus pais se mudaram para Colatina, montaram um comércio, construíram uma casa que foi para toda a família, um ponto de passagem (E16).

Passei toda a minha infância e adolescência lidando com irmãos e primos, passando pela minha casa para estudarem, fazerem o restante dos estudos (E16).

Vovó fazia doces muito bem e estava firme na convicção de fabricar massas e doces caseiros de mamão, de goiaba, de pêssego e de figo, com a ajuda das filhas, já os homens, os filhos eram os vendedores. O tio Tito não gostava muito de ficar preso à venda não, mas mesmo assim ajudava a vender os doces. Mas a maioria dos meus tios, já trabalhavam na venda desde muito meninos, já com 12 anos, e tinham interesse pelos negócios (E10).

Contrastando culturas do trabalho a partir da cultura do imigrante

Segundo Holanda (1995), Prado Jr (1999), Freyre (2003), DaMatta (1997) a frouxidão da estrutura social associada à falta de hierarquia na estrutura da sociedade de origem lusitana gerou um tipo humano brasileiro com uma ética do trabalho bem diferente do que vai ser notado no contexto da imigração de estrangeiros no país. Neste contexto, a valorização da ociosidade, do trabalho não-manual, do personalismo vão formar no Brasil Colônia um tipo particular de família e de “negociantes”. A libertação dos escravos representou no Brasil mais do que a liberdade para um povo cativo, mas também, o fim de uma estrutura de produção.

A relação com o trabalho de herança portuguesa é um fato que não pode deixar de ser mencionado. Não houve entre a gente lusitana uma religião para o trabalho ou para o apreço às atividades utilitárias (Holanda, 1995). Mas, ao contrário, uma ânsia pela prosperidade sem custo, pelos títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis. Não é de se espantar o uso do trabalho cativo nas lavouras cafeeiras. Destoando, portanto, do *ethos* protestante defendido por Max Weber. Enquanto os povos protestantes tinham um apreço e uma valorização pelas tarefas manuais, as nações ibéricas possuíam um apreço maior pela “vida fácil”, pelo ócio, em detrimento do trabalho pela luta do pão de cada dia (Holanda, 1995).

Em Portugal somos todos fidalgos. Essa frase de Fradique Mendonça retrata bem a forma como os portugueses encaravam a relação com o trabalho e reforça o exemplo acima citado. Além, é claro, de exaltar o prestígio social, o privilégio, favorecendo a mania de fidalguia, reforçando a idéia de repulsa ao trabalho regular e utilitário.

Marcante e que deve ser levantado e discutido e que também não guarda relação com o mundo da imigração italiana é a reduzida capacidade de organização social da nação portuguesa. Dificilmente a solidariedade fazia parte da moral do trabalho na península ibérica. Dada a característica personalista desta sociedade, que valorizava o mérito pessoal, não é de se admirar que a idéia de solidariedade faça parte do imaginário desses povos. “*Se os homens se ajudavam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no mais animados pelo espírito da caninha do que do amor ao trabalho*” (Holanda, 1995, p.60).

Holanda (1995) ao criar o dueto aventureiro e trabalhador permite diferenciar o típico homem português que para cá veio, do imigrante estrangeiro. Apesar de não ter afirmado isso na sua obra, até por que a finalidade era outra. Ele acaba por apresentar um novo perfil: a da ética do trabalho, pautado numa nova moral em contraposição ao universo lusitano. Apesar do autor não ter detalhado o tema, dando maior atenção à ética aventureira. O conceito defendido pelo autor nos permite refletir a respeito do assunto.

Minha vó também recorda que em plena lua-de-mel foi plantar café com o seu marido, o meu avô (E5).

Sempre acordaram muito cedo para labutar na lavoura de café. (E2).

Nunca foram poupados do trabalho árduo e pesado. (E4).

Eles eram diferentes dos negros ou dos índios, mas o fato é que estavam aqui para trabalhar, e era isso que faziam, até que senão não teríamos o que temos hoje (E7).

Depois da colheita do café, vinha a fabricação do açúcar. Os homens cortavam a lenha para o aquecimento dos fornos, cortavam o canavial, puxavam com junta os dois bois a cana até o engenho (E19).

Para Holanda (1995) será a partir da sua afirmação de que existe uma ética da aventura e que existe uma ética do trabalho, uma distinção do mundo português (pautado na ética da aventura) e um outro mundo que ele não exprime qual, mas que é regimentado pelos vieram para cá para trabalhar, se sujeitar ao trabalho pesado da lavoura, ao esforço, a enfrentar o trabalho manual. Não vieram para cá com a finalidade de se tornar bacharéis e trabalhar no serviço público. Não havendo, portanto, como dissociar o mundo do trabalho pesado na produção da imigração, muito pelo contrário, uma vez que falar em trabalho é pensar imigração e vice-versa.

É preciso abrir um parêntese para que essa discussão não seja enquadrada no que DaMatta (1983) intitulou da “Fábula das Três Raças”. Ou seja, na imagem do mito da origem em que “índios”, “brancos” e “negros” são apresentados como partes complementares da Nação brasileira. Essa complementariedade se definiu em torno de um conjunto de propriedades diferenciais: negro/força, índio/coragem, branco/inteligência, que uma vez combinadas historicamente, teriam dado origem ao Brasil.

Pois é preciso levantar que a colonização brasileira teve um sentido nos trópicos, tomando para si um aspecto de uma empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais em proveito de um comércio europeu. O que explica os contornos fundamentais tanto econômicos quanto sociais da formação da história do Brasil (Prado Jr., 1999) e a ética da aventura discutida por Holanda (1995). Estamos levantando essa questão, pois não estou fazendo nenhum tipo de apologia aos italianos, ou aos ítalo-brasileiros como portadores de características superiores a outras etnias, “raças”, mas o que se discute e analisa é um relato do que foi visto, sentido, percebido no campo empírico e na literatura que discute o tema da imigração.

O que eu sei é que eles desbravaram matas, andavam a pé, pelas matas, demoram dias para chegar a cavalo ou a pé em outras localidades. (E10).

Bom o trabalho começa cedo, de madrugada na verdade. Eram pessoas determinadas, que tinham um objetivo claro, vencer na América. (E9).

A dedicação exemplar ao trabalho, nada mais era do que um imperativo de sobrevivência. (E6).

Os imigrantes ajudaram a povoar terras vazias, cultivar fazendas de café, fundaram vilas, montaram escolas, criaram uma mentalidade junto aos seus descendentes de boas maneiras, de moral, de ética, de um conjunto de valores importantes. (E1).

É preciso lembrar que eles (os imigrantes) estavam relegados a própria sorte em contexto hostil, onde a sobrevivência impunha o espírito de desbravamento. (E12).

Pois, enquanto para o tipo aventureiro a “[...] mira do esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que dispensa, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore” (Holanda, 1995, p. 44). O trabalhador, ao contrário, enxerga primeiro o obstáculo a transpor. Esforçando-se mais, com recompensas nem sempre satisfatórias, mas com um olhar mais atento a tentar tirar proveito aparentemente do insignificante.

Dentro dessa lógica apresentada por Holanda (1995), o tipo trabalhador construirá uma moral do trabalho diferente do aventureiro, não atribuindo valor às características do outro perfil: irresponsabilidade, ousadia, bravura, valentia. Ou seja, não irá valorizar nada que esteja ligado à questão da amplitude, da vastidão e do sentido de espaçoso do mundo. Ao contrário, privilegiará atitudes baseadas na estabilidade, na segurança e em perspectivas materiais sem proveito rápido.

Acho que esqueci de mencionar que tivemos escravidão, esse fato não é um caso qualquer, é um elemento importante, porque a população, ou melhor a sociedade então tinha uma lidar com o trabalho (E4).

Acho que esse elemento da escravidão ficou muito arraigado em nós (E20).

Mas os italianos que para cá vieram tiveram um bonito papel, mas um papel nem sempre fácil de ser exercido (E15).

Meu avô era um senhor muito trabalhador, acordava cedo, ia para a lavoura, só voltava à noite com toda a família, uma pessoa sem muitos luxos, sem muitas preocupações que temos hoje com relação ao consumo. O importante para ele era poupar e guardar para os filhos, foi o que fez a vida inteira (E6).

Se por um lado a característica do tipo aventureiro esteve ligada ao mundo colonial e sendo imprescindível para a colonização de outrora, nesse novo contexto, o da quebra da estrutura baseada na monocultura e escravista, a figura do trabalhador tem uma afinidade maior com o que se quer realizar no Brasil com a vinda dos imigrantes italianos. Transformar um país essencialmente agrícola colonizado numa nação republicana, industrial e democrática.

Deve-se ressaltar aqui, que não apenas o aventureiro não tem relação com o mundo da imigração, mas outras características ou traços da cultura brasileira presentes nos clássicos antropológicos e sociológicos brasileiros como: o homem cordial, o personalismo, a “sensualidade brejeira” como salienta Holanda (1995), o paternalismo, fazem parte de um Brasil a partir de uma ótica lusitana, que não possibilita explicar completamente o Brasil contemporâneo. Esses traços da cultura brasileira não incorporaram a presença da cultura de outros povos, em particular dos italianos. “*Essas ‘explicações’ se concentram sobre tudo no passado*” (Cândido, 1998, p. 84).

Para Cândido (1998), esse entusiasmo de Holanda, de Freyre, de Oliveira Viana, Manoel Bonfim pela raiz lusitana em nossa formação, resulta de uma visão conservadora e de saudosismo. Essa visão, segundo o autor, dificulta explicar a concepção do Brasil de hoje, não mais apenas português, mas com uma contribuição dos imigrantes. Para o autor é “*curioso que não tenha feito referência ao imigrante para caracterizar uma nova era devida em parte à influência deste*” (Cândido, 1998, p. 84).

Dessa forma, a distinção entre o mundo rural ibérico e o mundo urbano defendido por Holanda (1995), esse Brasil dicotômico, que a imigração se insere no país. Constituindo dois mundos distintos, duas mentalidades e que se confrontavam, marcando a imaturidade vivida pelo país naquele momento, sinalizando o processo de transformação profunda que a estrutura produtiva, social e econômica que o Brasil sofreria a partir de então. Numa espécie de “*[...] oposição entre duas trincas: luso-brasileiro – domínio-rural – agricultura versus imigrante – cidade – indústria*” (Cândido, 1998, p.84).

No entanto, essa análise não leva em consideração algumas características, especificidades ocorridas em outras regiões do país como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, especialmente em Colatina. O Espírito Santo, e por que não Colatina, não realizou como São Paulo ou o Rio de Janeiro a mesma estrutura da imigração seja ela nas grandes fazendas, seja ela na incorporação dessa mão-de-obra na indústria. Como salienta Taunay (1943), aqui foi tudo modesto e tardio. Isto não deixa de ser verdade. Mas por outro lado, não podemos deixar de mencionar que o processo da imigração italiana realizada no Estado contribuiu para o desenvolvimento de Colatina e de outros municípios, pois propiciou a organização da vida produtiva em terras capixabas, lançando as bases para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas chefiadas por famílias de origem européia, em especial de origem italiana.

A imigração italiana em Colatina não só influenciou a vida produtiva e a configuração do cenário empresarial no universo da cultura empresarial e organizacional das empresas e dos seus dirigentes, como também imprimiu a sua marca na formação social e cultural do município de Colatina. Preservando a sua identidade, a sua especificidade, frente ao caldeirão de etnias que é o Espírito Santo, mantendo o *habitus* ítalo-brasileiro e no seu conjunto o capital cultural.

Mas acho que interessante é mencionar que todos os esforços tinham basicamente duas finalidades: melhorar o orçamento familiar e permitir a formação de poupança (E9).

O estudo primário, básico era o que os homens na maioria das vezes faziam, porque era no comércio que deviam ficar, era lá, o laboratório de experiências, o campo de aprendizagem para manifestarem e expandirem a vocação que a minha família sempre teve para os negócios (E17).

Eu faço parte de uma dessas famílias importantes no Estado, não ligada ao setor têxtil, mas aos transportes. Essa grande empresa nasceu aqui em Colatina e somos oriundos de tudo isso que discutimos aqui durante essas entrevistas (E20).

As relações com o marco conceitual

O “indivíduo” denominado por Bordieu (2003) de agente, no nosso caso os imigrantes, é um termo que é também utilizado para designar a Igreja, o trabalho ou grupos de parentesco de acordo com os mesmos princípios, é indissociavelmente história incorporada e situada no mundo social.

Os *agentes* possuem *habitus*, ou seja, valores, elementos, estrutura social incorporada por esses imigrantes, podendo intitulá-lo de *habitus* dos ítalo-brasileiros ou *habitus* dos imigrantes e tem “lugar”, *posição* em um *espaço social*, e que tem lugar no mundo particular e específico como o campo social

desses imigrantes, o campo da comunidade de imigrantes formados no município de Colatina que se diferencia do campo dos imigrantes estabelecidos no sul do Estado, por exemplo, pelas suas especificidades. A prática é condicionada pelas determinações do *habitus* e da posição ocupada; ou seja, as ações possíveis são delimitadas pelas condições histórico-sociais. Como diz Bourdieu (*Les usages*, 1997, p. 17): “É a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer.” Porém, acrescenta ainda: “Os agentes sociais não são, evidentemente, partículas passivamente levadas pelas forças do campo [...]” (*Les usages*, 1997, p. 22).

Não sei explicar o que é exatamente, mas essas questões que estamos discutindo, talvez explique isso (a relação Igreja, trabalho, família). Até por que não veria uma relação melhor, mas o fato que somos diferentes e lidamos com essa diferença não tenho dúvida. Não tenho problema em trabalhar sábado, domingo, feriado, não sei se isso é comum com outras pessoas, mas o fato é que pelo que sei das histórias da família os nonos eram assim também, com eles não tinha tempo ruim, todo dia era dia, não tinha isso de feriado ou dia santo, todo dia era dia de trabalho, muito trabalho (E5).

Os *habitus*, disposições e estruturas mentais incorporados ao longo da história do “indivíduo”, ou seja, os valores herdados pelo discurso da igreja, pela ética do trabalho e tendo núcleo familiar, que incluem os condicionamentos da origem (por exemplo: social, econômica ou geográfica), porém: “[...] só se realizam efetivamente em relação com uma estrutura determinada de posições socialmente marcadas [...]” (As regras, 1996, p. 299).

A Igreja, família e trabalho era um tripé interessante que aliás sempre esteve muito interligado para esses “italianos”. A igreja era o palco de encontro das pessoas, onde se discutiam tudo, tinha até espaço para a escola. A família era o que unia esses pontos. E o trabalho era o assunto da igreja, no sermão do padre, a finalidade da escola (E7).

Nunca parei para pensar nisso, mas a família e o trabalho sempre foram duas peças importantes para esses imigrantes. O trabalho era o sentido de estar aqui, de estar vivo na verdade. A família era quem possibilitava tudo isso, dando a moral, a ética, os bons costumes, a maneira de fazer isso ou aquilo (E6).

Tenho a impressão que todas as atividades realizadas na zona rural, como outros imigrantes, acumularam considerável bagagem de conhecimentos práticos que lhes seriam extremamente úteis e serviram de base para os primeiros avanços desses imigrantes de se firmarem em definitivo no contexto econômico do município (E10).

O *habitus* é expressão do corpo socializado, história das relações objetivas incorporadas que “confere” o sentido das práticas ou ações dos agentes, “[...] sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional [...]” (O poder, 1989, p.

62). Ao permitir o reconhecimento prático do jogo, o *habitus* permite a identificação do espaço de possíveis, do espaço relativamente autônomo das tomadas de posição dos agentes.

Ou seja, estamos falando de uma história individual ou de grupo que foi sedimentada ao corpo, história incorporada, de uma certa estrutura social específica localizada em um campo, Colatina, de influência ítalo-brasileira que se tornou em estrutura mental. Nesse sentido, o *habitus* ítalo-brasileiro ainda está presente nessa região de Colatina, por que ele não se resume a uma aptidão natural, mas social, e nesse sentido pode ser variável através do tempo. Ele também é transferível, entre vários domínios presente na prática, e está presente na relação dos indivíduos de mesma classe ou grupo, fundamentando os estilos de vida de cada agente. Também tem a característica de ser durável, duradouro, mas não estático ou eterno. O fato mais importante é que tem a característica de ter uma inércia incorporada, ou seja, uma resistência que os corpos materiais opõem à modificação de seu estado de movimento, mesmo quando são produzidas práticas moldadas depois das estruturas sociais que o geraram, daí o peso desproporcional dos esquemas implantados na infância. O *habitus* também introduz um hiato entre as ações do passado que o formaram ou produziram e as determinações do presentes ou atuais. Ele também é guia de ações que assume a marca, a especificidade sistemática de estratégias, sem ser o produto da estratégia.

Nesse sentido, a história incorporada, o *habitus*, é um capital que possibilita aos agentes disporem das mesmas estruturas de percepção e de avaliação dos bens simbólicos de um universo social.

Mas de que capital estamos nos reportando aqui? De um capital cultural, baseado nessas relações colocadas acima: religião, ética do trabalho, higiene, domínio de técnicas de produção, senso de organização e respeito às leis. Mas um capital cultural específico, o *capital cultural incorporado*, vinculado ao corpo, supõe um investimento de tempo pessoal e intransferível, favorecido prioritariamente pelo *capital cultural familiar* acumulado, que amplia de forma considerável o tempo de aquisição, na medida em que este é constituído na própria socialização.

Nesse sentido, os ítalo-brasileiros são portadores de um capital cultural que lhes possibilitava uma certa vantagem em relação ao trabalhador nativo. Muitos eram alfabetizados, tinham assimilado uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na Igreja, na

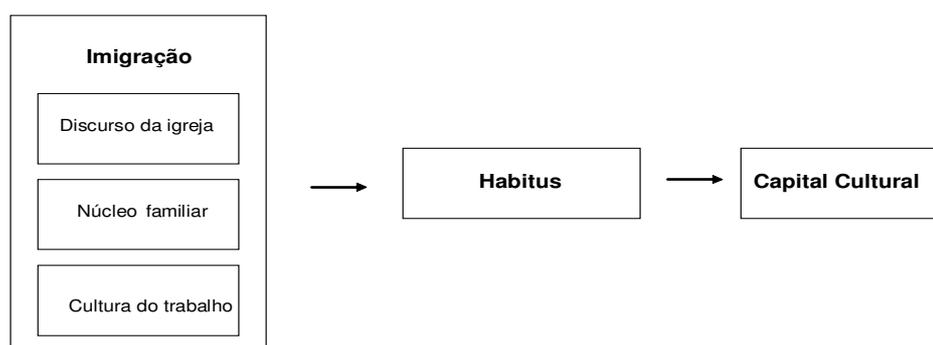
ética do trabalho e nos grupos de parentesco. Além do fato de serem brancos, o que facilitava seu trânsito numa sociedade impregnada pelos estigmas da escravidão da população negra.

Bom as suas perguntas giram em torno de três assuntos. Família, igreja e trabalho. Realmente esses três pontos são alicerces para compreender o que a família hoje tem, por exemplo, em termos econômicos, o que conseguimos chegar até aqui. A confecção que conseguimos montar, não tenho dúvida, porque acredito nisso. Primeiro, a igreja, era o lugar do sermão, onde aprendíamos a dar valor ao outro, a respeitar a Deus, a uma boa relação com o outro. O trabalho era a nossa razão de ser. Não há para o imigrante, ou qualquer dos meus descendentes que não tenha nas veias a relação com o comércio, com os negócios, assim entendo. E finalmente, a minha família era o esteio de tudo isso, e funcionando principalmente com divulgadora dos valores. Nela que está a forma com que lidamos com o mundo, a propagação das questões mais importantes. E nela que resolvemos a maioria das vezes os problemas que passamos nos negócios. É em conjunto que lidamos com essas situações do mundo dos negócios (E18).

Para ganhar mais dinheiro e dispor de algum tempo para os tratos culturais de suas lavouras, os colonos italianos organizavam turmas. Dividiam as obrigações e os horários, mulheres, crianças também colaboravam, levando para o marido e os filhos, a refeição da tarde e da noite. A refeição geralmente tinha polenta, queijo, folha de almeirão (E4).

É claro que houve um pouco de sorte, o período também ajudou, o café, a poupança, a forma de liderança, muita coisa influencia, mas sem sombra de dúvida se fôssemos pegar duas pessoas diferentes. Uma sem essa sustentação que estamos discutindo com relação aos italianos e outra com esse embasamento, por falta de melhor palavra, seria muito mais complicado. É claro que qualquer pessoa pode chegar a qualquer lugar, mas essa relação com o trabalho, não sei se é por que sou descendente, mas é muito forte, é muito presente, está no sangue essa disposição. Mesmo antes não fazendo parte das coisas da família e trabalhando como empregada, sempre tive essa relação com o trabalho de uma forma especial, parece um tipo de obsessão, não sei qualificar melhor (E11).

O gráfico 3 sintetiza o pensamento defendido acima.



Fonte: o próprio autor.

Reflexão sobre campo empresarial em Colatina

Três grandes eixos são importantes para explicar a pergunta que nos norteia esse estudo: o discurso da Igreja, o núcleo familiar e a cultura do trabalho. Eles são os elementos da estrutura social que estão presentes no campo territorial de Colatina e que formam o *habitus* ítalo-brasileiro e consequentemente o capital cultural local.

Nesse sentido, cada um desses elementos que compõem esse capital cultural geram formas, características, substratos que nos ajudam a refletir sobre a realidade empresarial e os modelos de gestão em Colatina.

- Do núcleo familiar

Dessa estrutura familiar foi possível extrair dois elementos a organização, a divisão do trabalho, mas de uma forma de uma espécie de cooperativa; e a presença da família em si na gestão dos negócios.

Do primeiro elemento, o trabalho numa espécie de cooperativa, podemos tirar algumas lições. Se formos pensar o que significa cooperativa? Tem a finalidade de aglutinar pessoas através do trabalho, atuando de forma coletiva e organizada, com uma meta a cumprir. Poderíamos ir mais longe e pensar esse tipo de organização como sendo uma sociedade cooperativa, como uma sociedade de pessoas que propõe mediante a cooperação de todos os cooperados (membros da família) o exercício de atividades em proveito deles próprios. O objetivo é nesse caso oferecer aos cooperados melhores condições econômicas e sociais. Ou seja, estamos falando de uma sociedade de pessoas, que geram condições de produção e trabalho, com uma participação mais democrática ou uma gestão mais democráticas dos membros, que por sua vez gera educação, formação e informação entre os membros participantes, assim como um processo de autônomo, já que não existe empregados.

O segundo elemento diz respeito à participação da própria família em si nas atividades gerenciais e no comando dos negócios familiares, o que contribui para o aprendizado, para a busca de solução na

geração de conflitos. As relações familiares são um campo rico no diz que respeito à questão do conflito.

- Da cultura do trabalho

Se formos pensar a partir da ótica do trabalhador em contraposição ao do aventureiro podemos retirar algumas características desse trabalhador-imigrante. Uma característica importante a ser recuperada nos textos de Holanda seria: tirar proveito do aparentemente insignificante, da estabilidade, das perspectivas materiais a longo prazo. Esse proveito do insignificante também poderia ser traduzido como a visão empreendedora desses ítalo-brasileiros, ou seja, olhar para o que ninguém ainda viu, percebeu, sentiu como algo a ser trabalhado e perseguido, e conseqüentemente sem pressa, sem ser afoito, apressado com a finalidade de adquirir bens materiais, acumular, poupar para adquirir novos bens, apostando na capacidade de sua visão.

Esse pensamento está presente nas falas dos entrevistados, principalmente naqueles em que as famílias possuem empresas, ou até mesmo em pesquisas realizadas em livros sobre algumas empresas do Espírito Santo. Um elemento é sempre recorrente, a existência nessas famílias de já terem possuído as famosas “vendas”, ou “seco e molhados” como eram conhecidos naquela época. O que nos leva a crer ser esse o modo como essas famílias entraram para os seus futuros empreendimentos no setor comercial. As falas são sempre corriqueiras: “meu bisavô ou avô montou uma venda, depois com o café, e a poupança foi possível se capitalizar e abrir novas frentes de negócios”. As vendas eram para atender aos colonos que trabalhavam só com um tipo de cultura, tendo apenas essa fonte renda, e pagando a “venda” com a comercialização do café. O colono, ou o imigrante abria uma caderneta na “venda” em que era anotado todos os itens consumidos pelos fregueses, e quando o café era colhido e vendido, ou menos o café no saco, poderia ser uma forma de pagamento, era paga a conta na “venda”. Isso possibilitou várias famílias a partir para outros empreendimentos, pois possuíam, diferentes dos demais, certo capital econômico (Bordieu, 2003). É claro que o tipo de atividade a ser desenvolvida por essas famílias dependia dos fatores externos, ou do pioneirismo de determinada atividade, das oportunidades, ou da visão empreendedora. Somado a isso temos o fator crédito, porque, como deu para perceber, esses donos de estabelecimentos comerciais recebiam apenas uma vez por ano, mas precisavam ter em seus estabelecimentos, mantimentos para o ano inteiro para abastecer a essas famílias, mas como

conseguiam? Através do crédito conseguido, os donos de estabelecimentos eram em sua maioria pessoas de boa índole e de grande respeitabilidade junto a sua comunidade, até porque não havia falhas no pagamento, a colheita feita era com certeza uma forma de recebimento, não havia a possibilidade de não recebimento por parte dos estabelecimentos, o que tornava a palavra de quem comprava ou pedia dinheiro emprestado com única forma de contrato estabelecido entre as partes. Nesse sentido, era possível ampliar os negócios e conseqüentemente sobreviver e crescer, principalmente no momento em que o café não tinha o mesmo valor econômico, tendo os imigrantes que começar a buscar novas formas de subsistência.

Quando estou falando que a minha família naquela época tinha comércio, era preciso entender que eles também plantavam tudo o que consumiam além do café, claro. E a venda nada mais era do que uma portinhola no quarto extra que dava para rua. Ali montaram uma prateleira e um balcão e iniciaram uma venda de secos e molhados como era chamada (E16).

O fato de morar no interior e não ter uma fiscalização muito grande, principalmente não pagando impostos, era possível ter uma venda e lucrar com isso. O que seria impensável hoje (E16).

Num pequeno cômodo, improvisaram balcão e prateleiras rústicas, colocaram mesa com gaveta para dinheiro, uma cadeira, uma bacia embaixo do balcão para lavar copos e modestíssimo sortimento de carne seca, peixe salgado, toucinho, banha na lata, queijo, trigo, fumo de rolo, sal, querosene, fósforo e bastante cachaça, além de massas e doces feitas pela nona (E10).

As tropas de burros eram um outro fator importante que ajudou muita gente a prosperar no comércio. Não tenho dúvida que ela ajudou e muito com a experiência de vender de porta em porta, conhecer consumidores, o que queria, e a maneira adequada de vender, servindo bem e vendendo pelos melhores preços (E19).

- Do discurso da Igreja

Com relação ao discurso da Igreja são herdados para o mundo dos negócios, os valores católicos e principalmente a coesão do grupo familiar.

O trabalho e a vida social giravam em torno da religião e fundamentava uma vida comunitária pautada em valores comuns em contraposição a atitudes e comportamentos individualistas. Essa estratégia de racionalidade em torno da religiosidade levava em consideração duas questões: a coesão e a melhoria da vida coletiva. A Igreja teve o papel de ser epicentro da formação desses ítalo-brasileiros, pois estimulava a convivência social e reforçava a coesão social e da família num ambiente hostil. Sendo ela o centro de valores morais que difundia na comunidade a disciplina, a moralidade e a ajuda mútua.

Nesse sentido, esses três elementos reafirmavam e preservavam a integridade do grupo familiar, a identidade sócio-cultural através do trabalho contínuo, obsessivo, o que garante a inserção desse capital cultural nas organizações econômicas e produtivas no município de Colatina. Esses aspectos socioculturais configuram um tipo de empresa, num campo territorial específico e particular como o de Colatina, com características próprias e peculiares.

Colatina se configura como um dos principais pólos da economia capixaba, sendo o município articulador não apenas econômico, mas também político de toda a região noroeste. É um dos centros regionais mais dinâmicos de uma nova economia que vai se construindo no Estado, onde os chamados Arranjos Produtivos Locais são peças-chave.

Cabe lembrar, para compreendermos melhor o caso de Colatina, que o Espírito Santo teve seu primeiro ciclo de desenvolvimento alimentado pela cultura do café. Posteriormente voltou-se para um ciclo de industrialização que se deu primeiro com capitais locais, depois com forte internacionalização dos investimentos. Nesses ciclos e mesmo em movimentos anteriores, muitos processos sociais foram sendo amadurecidos, de tal forma que, no início do século XXI muitos elementos sócio-culturais construídos historicamente já se apresentam consolidados e constituidores de uma nova base de sustentação de novos ciclos na sociedade.

Além disso, as condições objetivas de operação econômica, política e social do Brasil também mudaram muito. A chamada abertura econômica vivida a partir do início dos anos 1990, lançou-nos em mercados altamente competitivos e nos possibilitou também ampliar os níveis de competitividade de nossos sistemas econômicos. Economias locais como as de Colatina puderam inserir-se em mercados nunca antes imaginados. Desde que tivessem – e esse era claramente o caso do arranjo do vestuário em Colatina – as condições endógenas para lançar-se a novos desafios. Valendo-se assim de elementos positivos, evoluiu de pólo importante do ciclo do café para centro dinâmico daquilo que podemos chamar de nova economia capixaba, fazendo surgir um novo arranjo não apenas entre empresários, mas entre eles e a sociedade, ajudando a configurar um novo poder local.

Cabe aqui uma explicação. É que a conjugação de elementos presentes desde o início da ocupação

territorial e da exploração econômica da região – ambas proporcionadas pela presença marcante dos imigrantes – criou as condições para que se produzisse na região de Colatina uma certa organização da sociedade local, sob a forma de valores como a confiança, a cooperação e a solidariedade e permitiu o surgimento de uma configuração empresarial, gerencial e política na região que a diferencia de outros espaços produtivos capixabas. Das entrevistas realizadas durante a pesquisa, pode-se depreender facilmente que existe um sentimento comunitário que é forte e estruturado a partir de forte envolvimento entre as pessoas, gerando uma interatividade muito propícia ao desenvolvimento de relações mais cooperadas.

Do ponto de vista do cotidiano capixaba, o município atua como um núcleo de convergência da região do Vale do Rio Doce. Ele fica distante 137 quilômetros da capital, Vitória. Colatina possui hoje uma população basicamente urbana, decorrente em grande parte do esvaziamento da sua base econômica tradicional, o café, que foi obrigando as famílias a saírem do campo. Mas não podemos creditar somente à queda do café o esvaziamento rural e a conseqüente urbanização mais recente. Ela deve-se também à reconfiguração de suas bases sócio-econômicas e políticas. Afinal, uma cidade industrial, formada basicamente com indústrias leves e muitos serviços agregados ou decorrentes delas, foi surgindo a partir dos anos 1970 e 1980.

Nas grandes modificações econômicas, sociais e políticas pelas quais Colatina vem passando, destaca-se a constituição de um novo setor econômico: o vestuário. Ele transformou-se em uma espécie de carro-chefe da economia local, seja em termos de volume produzido, seja em capacidade de gerar marca para a cidade. Aliás, essa marca ligada à indústria da moda é um dos seus grandes diferenciais competitivos e das outras localidades que se articulam e se locomovem em torno dela. É um capital intangível importante, capaz de conferir aos empresários ligados ao setor uma presença diferenciada nos espaços em que atuam.

Como construção social-histórica, a cidade de Colatina teve uma trajetória que pode nos ajudar a explicar não apenas o surgimento e afirmação de um novo centro dinâmico, como também a construção de certo estoque de capital intangível. Para começar a entender o que vem se passando, é válido lembrar que no final do século XIX e início do século XX, em decorrência de uma grave crise decorrente, entre outros fatores, sobretudo da: a) extinção do trabalho escravo decretado no fim do período imperial; b) a chegada em massa para o Espírito Santo do trabalhador imigrante, principalmente italiano; c) e ainda, a crise internacional de preços e também da própria

comercialização do café, houve, no contexto de uma nova distribuição de importâncias no espaço produtivo capixaba, um deslocamento progressivo do eixo dinâmico da economia e da produção agrícola, do sul para o norte do Estado⁷⁹. É bom lembrar que a região norte do Espírito Santo, devido às dificuldades em ultrapassar o então caudaloso Rio Doce, era um imenso vazio. Silva⁸⁰ registra que não havia produção econômica na região até praticamente a virada do século XIX. Foi inicialmente a construção de Estrada de Ferro Vitória a Minas no início do século e depois a construção da ponte sobre o Rio Doce em Colatina, já nos anos 1920, que permitiu a integração da região na economia capixaba. A partir de um conjunto de elementos diferenciadores ela surge como um pólo importante da produção de café, com uma estrutura onde está presente não apenas a imigração italiana, como também uma estrutura de pequenas propriedades muito expressiva. A articulação da pequena propriedade permitiu que surgisse aquilo que foi chamado em outro texto de **cultura do trabalho**⁸¹

Com a construção da estrada de ferro Vitória a Minas, chegando a ferrovia em 1906 na cidade, Colatina, consolida a sua posição de centro comercial da região⁸². A construção da ferrovia para ligar o Espírito Santo ao Estado de Minas Gerais, concebida pelo Presidente Muniz Freire (1892-1895) teve impacto muito forte em Colatina. Ele queria trazer o café produzido no Espírito Santo e em Minas para ser exportado por Vitória, viabilizando economicamente o seu porto⁸³.

Nas imediações da margem direita do Rio Doce, nos arredores de Colatina, já havia cultivo de café e a ferrovia permitiu o seu escoamento com maior facilidade. Além de funcionar como indutor da expansão do café em direção ao território mineiro, contribuindo para a formação de novos pólos comerciais como os de Colatina. Da mesma forma que Colatina foi o ponto de partida da frente pioneira para o norte do Rio Doce, também foi o ponto de chegada das mercadorias produzidas na região. A passagem dos produtos por Colatina para serem embarcados no trem, desenvolveu um importante comércio regional.

O município de Colatina teve, tradicionalmente, como uma de suas principais atividades econômicas a extração de madeira e a produção de café. Na verdade, a extração da madeira teve início em função dos cafezais. É fácil entender. Como os imigrantes eram muito descapitalizados e

⁷⁹ Campos Jr. (2004).

⁸⁰ Silva (1995).

⁸¹ Pandolfi e Vasconcellos (2005).

⁸² Campos Jr., op.cit.

⁸³ Campos Jr. (2005).

o café naquela época leva cerca de sete anos para ter-se a primeira colheita, os colonos tinham de gerar outras fontes de renda. Assim, como estavam dentro da mata atlântica e precisam mesmo desmatar para começar suas lavouras, foram retirando as árvores mais nobres. Assim, lentamente foram vendendo jacarandás, perobas, e outras madeiras nobres até a sua extinção. Entre os anos 1940 e início dos anos 1960 a extração de madeira teve forte importância na região e construiu uma nova base econômica, juntamente com o café.

Entretanto, no final dos anos 1950 o governo brasileiro faz um forte esforço para requalificar a produção do café para exportação. O café que o Espírito Santo produzia era de baixa qualidade e assim foi decidido nas instâncias centrais da burocracia governamental que ele deveria ser erradicado. A retirada dos pés de café foi iniciada no fim da década de 1950 e prolongada até o início dos anos 1970. Entretanto, a erradicação não apenas esvaziou o campo como provocou um movimento maciço da população rural em direção à cidade, criando, enormes bolsões de miséria, além de uma mão-de-obra mais extensiva e, portanto, mais barata. A recomposição produtiva se basearia, então, com as iniciativas empresariais mais expostas à concorrência de fora, criando novas oportunidades para além de seu mercado local.⁸⁴

Não podemos, entretanto, afirmar com segurança que foi o esvaziamento da cultura do café que produziu um setor industrial forte e potente. Fosse apenas isso esse mesmo setor teria se desenvolvido em outras cidades próximas. Na verdade, a história não é linear e nem se desenvolve de uma forma que possamos traçar um quadro simples. Ela também e também é o lugar do inesperado. Condições especiais, provavelmente ligadas ao capital cultural já instalado na região, esse derivado em grande parte da imigração italiana, fizeram com que uma nova cultura do progresso, do gerenciamento e mesmo um capital empresarial tenham se desenvolvido de forma surpreendente, criando um novo patamar de crescimento, criando uma cultura empresarial voltada para as atividades industriais por parte dos setores mais novos das famílias, inclusive as mulheres.

⁸⁴ Dadalto (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da dissertação foi compreender a construção do capital cultural desses ítalo-brasileiros. Assentado na cultura do trabalho, na Igreja e nos grupos de parentesco gerou estratégias de racionalidade e um certo padrão de afetividade e sociabilidade na comunidade em que estavam inseridos. E que possibilitou a definição de aspectos sociais e culturais; de desdobramentos no campo empresarial em Colatina.

Para percorrer esse caminho da imigração e tirar algumas considerações a respeito, recorreremos ao método indiciário como modelo de método de pesquisa e a utilização de entrevistas em profundidade como forma de coleta de dados. Entrevistamos desde empresários, moradores antigos de Colatina, pessoas que estudam o tema tanto em Colatina como no Estado. Ou seja, pessoas que diretamente ou indiretamente viveram um pouco dessa realidade da imigração, com o objetivo de construir um quadro, uma pintura sobre um momento histórico. Era buscar na memória das pessoas o tempo múltiplo, não somente o cronológico, já que recorrer a ela é construir o passado com os olhos e valores de hoje. Sendo ao mesmo tempo, um documento do presente e uma reconstrução de fatos passados. Ou ainda, é um elemento constitutivo do sentimento de identidade relacionado ao sentimento de continuidade e coerência. Nesse sentido, história e memória são batalhas simbólicas pela apropriação de eventos do passado que devem ser lembrados, pois “a essência de nação consiste na existência de uma memória, de um patrimônio comum a todos os indivíduos”(Oliveira, 2006, p.13).

Com isso foi possível traçar os elementos que precisávamos para compreender o fenômeno a ser estudado. Não somente através das entrevistas, mas também recorrendo à literatura existente sobre o tema. Dessa forma, foi possível criar as categorias que o objeto necessitava. Ou seja, revisado todo o material bibliográfico retiraram-se os elementos que ainda não haviam sido melhor explorados, mas que também fosse viável para dar conta da explicação do capital cultural dos ítalo-brasileiros. Nesse sentido, chegou-se a três grandes eixos: o discurso da Igreja, a cultura do trabalho e o núcleo familiar.

Com esses três elementos construiu-se a noção de *habitus* e a de capital cultural presente na região de Colatina. Ou seja, valores, elementos, estrutura social incorporada por esses imigrantes, que

intitulamos de *habitus* dos ítalo-brasileiros. Nessa perspectiva, os ítalo-brasileiros são portadores de um capital cultural, pois muitos eram alfabetizados, tinham assimilado uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na Igreja, na ética do trabalho e nos grupos de parentesco.

Nesse sentido, foi traçado a partir desses três eixos que formam o capital cultural os elementos que ajudam na reflexão sobre o empresariado em Colatina.

- Da estrutura familiar foi possível extrair dois elementos a organização, a divisão do trabalho, mas de uma forma de uma espécie de cooperativa; e a presença da família em si na gestão dos negócios;
- Com relação à cultura do trabalho herdou-se a visão empreendedora desses ítalo-brasileiros, ou seja, olhar para o que ninguém ainda viu, percebeu, sentiu como algo a ser trabalhado e perseguido, e conseqüentemente sem pressa, sem ser afoito, apressado com a finalidade de adquirir bens materiais, acumular, poupar para adquirir novos bens, apostando na capacidade de sua visão.
- Com relação ao discurso da Igreja são herdados para o mundo dos negócios, os valores católicos e principalmente a coesão do grupo familiar.

É essa conjugação desses elementos presentes desde o início da ocupação territorial e da exploração econômica no município de Colatina – ambas proporcionadas pela presença marcante dos imigrantes – que criou as condições para que se produzisse na região uma certa organização da sociedade local, sob a forma de valores como a confiança, a cooperação e a solidariedade e que permitiu o surgimento de uma configuração empresarial, gerencial e política na região que a diferencia de outros espaços produtivos capixabas. Não é, portanto, por acaso, que o município sedia importantes indústrias na área de confecções, configurando-se hoje em importante arranjo produtivo nessa área.

Com relação às contribuições dessa dissertação para o campo da administração, está a sua perspectiva histórica, tão pouca explorada na área de teoria das organizações. Um elemento importante de ser visto, analisado e incorporado, pois possibilita conhecer melhor a realidade dos indivíduos, pois se essa dimensão for esquecida, esquecemos igualmente quem somos e de onde viemos, já que a história é constituída da identidade dos indivíduos e das sociedades.

6. Referências

ACERVO. *Revista do Arquivo Nacional*. v. 10, n.2, jul./dez. 1997 [Imigração].

ALMADA, V. P. F. de. *Escravidão e Transição: O Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALMEIDA, Vasni de. SOUZA, Wlaumir Donizeti de. Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. *Revista Brasileira de História*. vol.22, no.44, São Paulo, 2002.

ALVIM, Z. M. F. O Brasil Italiano. In: FAUSTO, B. (Org). *fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 383-418.

_____. *Brava gente! Os Italianos em São Paulo: 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL – ES, livro 47, da 2ª série da Agricultura.

BANCK, G. *Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1998.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro: Vozes. 2004.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. Lisboa: Difel, 2003.

_____. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit. 1987. (Colección Le Sens Commun).

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: _____. *Esboço de uma teoria da prática: Precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 2002. p. 133-257.

_____. *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*. Paris: INRA, 1997.

_____. *Meditações pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Pierre Bourdieu*. Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

_____; WACQUANT, Loïc. *Réponses: Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

_____. *Science de la science et réflexivité*. (Cours du Collège de France 2000-2001). Paris: Raisons d’agir, 2001.

_____. *As regras da arte: Gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Capital cultural, escuela y espacio social*. Compilación y traducción de Isabel Jiménez. 2.ed. México; Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Alice N.; CATANI, Afrânio. (Org.). *Escritos de Educação*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 71-80.

_____. Wittgenstein, le sociologisme e la science sociale. In: BOUVERESSE, Jacque et al. *Wittgenstein, dernières pensées*. Marseille, França: Agone, 2002. p. 343-353.

BRAZ, E. *Grupo Águia Branca: 50 anos de Estrada*. São Paulo, Grupo Águia Branca, 1996.

CAMPOS JR., C. T. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, A. H. (Org.). *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998. p.160-169.

_____. *O Novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

_____. *A formação da centralidade de Colatina*. Vitória: IHGES, 2004.

_____. *Estudo de referência para o município de Linhares*. Vitória: 2005, mimeo.

CÂNDIDO, Antônio. Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVATI, J. B. *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*. Belo Horizonte: Edit. São Vicente, 1973.

CHANLAT, J. *Ciências sociais e Management*. São Paulo: Atlas, 2000.

COLBARI, A. L. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998. p.129-146.

COSTA, Maria Cilda. *Correntes Migratórias no Espírito Santo: italianos, alemães e libaneses*. Vitória: EDUFES, 1999.

DADALTO, Cristina. Da colônia ao aglomerado industrial: o caso do relacionamento social-econômico-gerencial interfirmas da Indústria do Vestuário em Colatina. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - 2004, Atibaia-SP. Anais... Atibaia. 1 CD-ROM.

DAMATTA, Roberto. A fábula das três raças. In: *Relativizando*. Petrópolis: Vozes, 1983.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DERENZI, S. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

DIEGUES JUNIOR, M. Imigração, Urbanização , Industrialização. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC, 1964.

ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, n.57, 2006 [Dossiê Migração].

FAORO, R. Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras. In: CANDIDO, A. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p.81-88.

FAUSTO, B. (Org). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

FRANCO, S. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração – Século XIX e início do Século XX. In: CASTIGLIONI, A. H. (Org.). *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998. p.28-32.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUTTER, L. M. *Imigração italiana em São Paulo (1880-89): os primeiros contatos do imigrante com o Brasil*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

IANNI, O. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira*. Tomo II, v.3. São Paulo: Difel, 1967.

INTERNACIONAL ENCYCLOPEDIA OF ECONOMIC SOCIOLOGY. Edited by Jens Beckert and Milan Zafiroviski. London: Routledge, 2005.

KLEIN, H.S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, B. (Org). *fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

LAZARO, A. Historiador revela razões da imigração. Entrevista concedida a Rogério Medeiros. Disponível em:
<<http://www.seculodiario.com/etnias/italianos/index13.htm>>. Acesso em: 1 out. 2004.

MACIEL, P.B. *História Viva de Colatina*. Colatina: s/edit., 2004.

MARTINS, J. S. *A Imigração e a crise no Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, W. *Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

NOVAES, M. S. *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. 2 ed. Vitória: FCES, 1975.

OLIVEIRA, L. L. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

_____. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PANDOLFI, R.; VASCONCELLOS, J. G. Organizações Familiares, Cultura Italiana e Desenvolvimento Local: um estudo de caso do Espírito Santo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - 2005, Brasília-DF. Anais... Atibaia. 1 CD-ROM.

PETRONE, M. T. S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999 .

PUPPIN, D. *Do Veneto para o Brasil*. Vitória: UFES, 1981.

RAMOS, J. S. *O ponto de mistura: raça, imigração e nação num debate da década de 20*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994.

RELATÓRIO DA DIRETORIA CENTRAL DE TERRAS E COLONIZAÇÃO, Vitória: Biblioteca Pública Estadual-ES, 1896.

RIBEIRO, L. R. *Pequena Contribuição a História da Imigração Italiana no Município de Colatina*. Vitória: Artgraf, 2003.

RIBON, J. *História de Colatina*. Colatina: s/edit., 1990.

ROCHA, H. A Formação Econômica do Estado do Espírito Santo e a sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, J. G.; DAVEL, E (Orgs.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998. p.33-75.

ROCHA, G. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória: s/ edit., 2000.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.

ROCHA, L. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA/MEC, 1972.

SAINT HILAIRE, A. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1974.

SEYFERTH, Giralda. *Os paradoxos da miscigenação*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, apost. , 1990.

_____. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre: SAB, 1974.

_____. Nacionalismo e identidade étnica. In: *A ideologia germanista e o grupo teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

_____. A invenção da raça e o poder discriminatório dos estereótipos. In: *Anuário antropológico* 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p.165-203.

_____. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p.41-58.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.199-228.

_____. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais. BIB. São Paulo, n.57, jan./junh., 2004, p.7-47.

SILVA, Marta Zorzal. *Espírito Santo, Estado e Poder*. Vitória: FCAA, 1995.

SKIDMORE, Thomas. *O Preto no Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAUNAY, A. E. *História do Café no Brasil*. Tomo II, vol.10. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943.

TIJOUX, Maria Emilia. La paciente batalla de una sociología reflexiva. *Cuadernos Sociológicos - Pierre Bourdieu y la sociología crítica: resistir la dominación*, Santiago de Chile, Arcis, p. 159-176, 2002.

VASCONCELLOS, J. G. A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC/UFES, 1995.

VASCONCELLOS, J. G.; DAVEL, E. As organizações capixabas, seus contextos e mutações. In: _____. *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998. p.13-30.

VASCONCELLOS, J. G. M.; PANDOLFI, R. As Elites e a Gestão do Desenvolvimento: o caso do Espírito Santo. In: VASCONCELLOS, J. G. M.(Org.). *Memórias do Desenvolvimento*. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 123-143.

WACQUANT, Loïc J. D. *O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal*. *Rev. Sociol. Polit.* [online] n.19, p. 95-110, nov. 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200007&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 12 jan. 2007.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: INL, 1946.

WITTER, J. Imigrante, um fator da transformação da sociedade brasileira – São Paulo (1850-1914). In: CASTIGLIONI, A. H. (Org.). *Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: UFES, 1998. p.33-48.

ZANINI, M. C. C. Ítalo-Brasileiros: a trajetória da italianidade em Santa Maria (RS). In: ENCONTRO ANUAL. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - 1999, Caxambu-MG. Anais... Atibaia. 1 CD-ROM.

_____. A família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de Imigrantes Italianos. Campos, Revista de Antropologia Social, vol. 5, n.1, 2004.